

Fernando Torres Londoño / Hérnan Venegas Delgado
(organizadores)

SUJEITOS, AÇÕES E SENTIDOS NAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DA AMÉRICA COLONIAL



PUC-SP

edue

SUJEITOS, AÇÕES E SENTIDOS NAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DA AMÉRICA COLONIAL

Fernando Torres Londoño
Héran Venegas Delgado

(organizadores)

Vera Lucia Vieira

(Coordenadora)

educ



São Paulo
2020



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amália Pie Adib Andery

educ

EDITORA DA PUC-SP

Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amália Pie Adib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duck Marques

Sujeitos, ações e sentidos nas lutas e resistências da América Colonial [recurso eletrônico] / Fernando Torres Londoño, Hernán Venegas Delgado, orgs. ; Vera Lúcia Vieira, coord. - São Paulo : EDUC : Brasília : CAPES, 2020.

recurso online : ebook

Bibliografia.

ISBN . 978-65-87387-14-7

1. América Latina - Colonização - Historiografia. 2. Caribe - Colonização - Historiografia. 3. Missões - Historiografia. 4. Índios da América Central. 5. Índios da América do Sul. I. Torres Londoño, Fernando. II. Venegas Delgado, Hernán. III. Vieira, Vera Lúcia.

CDD 907.2

972

980

266

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. - 556

EDUC/CAPES - Processo 2016: 88881.122258/2016-01

EDUC/CAPES - Processo 2017: 88881.139871/2017-01

Produção Editorial

Sonia Montone

Realização dos volumes

Equipe Adhilac-Brasil

Editoração Eletrônica

Gabriel Moraes

Waldir Alves

Coordenação

Profa. Dra. Vera Lucia Vieira

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

Editor assistente

Ms. João Leopoldo e Silva

Editora assistente

Iwi Mina Onodera Garcia

Editora assistente e Capa

Paola de Ávila Barbosa

A Preparação e a Revisão dos textos são de responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro.

EDITORA DA PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 – sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO

Sujeitos, ações e sentidos nas lutas e resistências da América colonial

Fernando Torres Londoño
Hernán M. Venegas Delgado
(organizadores)

Os diversos objetos historiográficos, aqui presentes, colocaram durante sua preparação para virar livros um desafio a seus editores: como juntar temas, situações históricas e abordagens diferentes neste vasto mundo que foi a América Latina e o Caribe colonial? Cabe a nós apontar o que é comum e o que num primeiro olhar pode aparecer desconexo. Um fio se distingue: como em outros continentes, também na América, ao ver-se invadidas e ter seus territórios ocupados, as populações originárias atuaram num amplo espectro de reações e muito particularmente seus indomáveis povos nômades. Acreditamos, que ao apresentar-se uma ameaça a sua porta, até os monges em contemplação, esboçam uma resposta, pelo menos uma oração. É dessas ações e reações que tratamos aqui. Os capítulos reunidos examinam as narrativas de levantes, lutas, sublevações, rebeliões, motins, conspirações, fugas, ações de independência e variadas táticas e estratégias, da guerra à negociação, contra invasores ou exploradores das populações nativas de América ou que aqui chegaram, em diversas ondas.

Uma breve e concisa revisão da historiografia relacionada com estes problemas nos permite melhor compreensão de o porquê do amplo panorama e multiplicidade de estudos atuais sobre o tema que nos ocupa neste momento, o das lutas e resistências em nossa América. Assim, em 1959 Miguel León Portilla e o padre Angel María Garibay publicaram pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) *Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la Conquista*.¹ Começou assim a divulgar-se fora do círculo dos especialistas o registro do que teria sido a forma de ver desde o mundo asteca e seus correlatos, a conquista de Cortes e seus soldados. Em 1964 e desta vez sozinho León Portilla publicou *El reverso de la Conquista: relaciones aztecas, mayas e incas*, na qual assumiu que

estava revelando uma documentação que permitia escrever outra história da conquista.² Uns anos depois nos Estados Unidos foi publicado em 1970 por Dee Brown, *Bury My Heart at Wounded Knee: An Indian History of the American West*, que nas palavras de um chefe indígena, relatava com lirismo e drama o extermínio da população nativa dos Estados Unidos. No clima da contracultura desse momento a obra conseguiu chamar a atenção e provocar um debate além das academias.³ Ainda em 1971 apareciam, *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*, de Natan Wachtel e *Las venas abiertas de América Latina* de Eduardo Galeano.⁴ Lendo fontes conhecidas, mais colocando novas perguntas, Wachtel desvio o olhar do conquistador e perguntou, como teriam visto, entendido e atuado os Incas no processo de conquista. Por sua parte o uruguaio Galeano mostrou desde a perspectiva histórica a violência e o horror que os diversos colonialismos teriam imposto na maior parte de América.

Estas obras ajudaram a que nos anos sessenta e setenta na estela das lutas das esquerdas contra o imperialismo norte-americano, os nativos da América fossem inseridos na história do continente na condição vítimas. Seriam nos anos seguintes, no contexto das lutas pela libertação na América Central e Caribe que a historiografia entendeu os levantes contra os invasores como resistências que configuravam um atitude ativa, que respondia ante a agressão colonial, abandonando-se aos poucos o paradigma de entender os vencidos

1. LEÓN PORTILLA, M, GARIBAY, A M, *Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista, México, UNAM, 1959.*

2. LEÓN PORTILLA, M. *El reverso de la Conquista: relaciones aztecas, mayas e incas*. Mortiz, 1964; traduzido ao português pela editora Vozes de Petrópolis em 1987.

3. BROWN, Dee. *Bury My Heart at Wounded Knee: An Indian History of the American West*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1970.

4. WACHTEL, N, , *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquete espagnole, 1530-1570*, Paris, Gallimard, 1971, versão em espanhol pela Alianza Universidad em 1976; GALEANO, E, *Las venas abiertas de América Latina*, Monthly Review. 1971.

como vítimas indefensas e resignadas. Os povos apreciavam com agência, com protagonismo e resistência.⁵ Por sua parte os estudos de etno-história apontaram desde os anos 80 e 90 para a capacidade dos povos indígenas, como qualquer cultura, não só de resistir, mais de mudar e de ressurgir. Não teria havido só genocídio mais etnogênesis que mostraram adaptações que respondiam a lógicas culturais próprias, também susceptíveis de transformação.⁶

Nessa linha de privilegiar, na abordagem historiográfica, os sujeitos individuais ou coletivos que enfrentaram os poderes estabelecidos ou lutavam por legitimar suas ações políticas, abordamos aqui uma diversidade de temas e situações, muitas delas projetadas até a atualidade. Isto nos permite, aqui neste livro, traçar um caminho que vá de um artigo que faz referência a processos de independência, no Portugal de 1640, até outro, que se refere a imigração japonesa ao Paraná no século XX. Assim, tratamos aqui das releituras do passado e das representações do “caráter nacional” seja ele em relação aos portugueses do XV, XVI e XVII ou os japoneses do XX.

Apresenta-se também neste livro sobre os sujeitos coletivos, “selvagens” irredutíveis genericamente identificados como chichimecas, apaches e comanches, entre outros, no norte da Nueva España, índios sublevados das “montanhas” do Peru, escravos fugidos do Cabo Norte no estado do Grão Para e Maranhão, no final do XVIII, entre os quais pode emergir do palheiro dos arquivos, individualidades, que em boa medida representa a todos, como a do indígena *tusare* Miguelillo, que se teria “alzado” em 1666 em Santiago del Saltillo, Nueva Vizcaya, vice-reinado da Nueva España. Também aparecem em nosso livro, figuras registradas nos documentos coloniais com seus nomes e sobrenomes, alguns muito conhecidos no seu tempo pela sua riqueza e poder, como o conde da Torre no Pernambuco

5. OLIVA, J, *A resistência indígena. De México à Patagonia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*, Porto Alegre, LPM, 1986; primeira edição pela Siglo XXI em 1974.

6. Sobre a origem de etnogênesis ver, BOCCARA, Guillaume. *Colonização, resistencia y etnogenesis em las fronteras americanas*, pp. 47 -831 N: BOCCARA, Guiallem (editor), *Colonización, resistencia y mestizaje*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002. Ainda a respeito deste conceito ver, STURTEVANT, William C. *Creek into Seminole*, em LEACOCK, E. LURIE, N. O. (eds), “North American Indian in Historical Perspectives”. Random House, 1971. pp. 92 -198, que foi quem iniciou as discussões sobre o sentido de etnogênesis nos anos 70. Ver Também, REGALADO DE HURTADO, Liliana. *Historiografía occidental: Um transito por los prédios de Clio*. Lima: Fondo editorial PUCP, 2010. p. 294.

do XVII, os irmãos Iznaga Borrel de Trinidad, no centro da Cuba escravista, na década de vinte do século XIX, ou, ainda autores como o jesuíta Antônio Vieira, todo um exemplo instigante de formação e ideologia humanista cristã.

Apontando para a densidade temporal das múltiplas ações dos povos indígenas perante a invasão colonial, abrimos o nosso livro com o capítulo da memória de Popol Vuh, *La Memoria del Popol Vuh en la Historia y Literatura Del Pueblo Maya-Quiche*, de Josinaldo Oliveira dos Santos, Adna Maria de Souza Calheiros e Guilherme dos Santos Costa, que apresentam aqui um texto sobre o Popol Vuh e a cultura Maya que o teria gerado. Enfatizam os autores que no complexo universo cultural e linguístico que denominamos maya, existia grande valorização pelo registro do passado, desde a origem dos tempos até os acontecimentos recentes. Foram compostos registros sobre: os reis, as forças primordiais do bem e o mal, os fenômenos astronômicos, o calendário e seus possíveis usos para saber o futuro, as receitas curativas e as de preparação de alimentos. Esse registro podia ser transmitido pelas diversas formas de escrita existentes ou pela tradição oral na memória, manifestada a través de diferentes gêneros estilísticos.

É no próprio Popol Vuh que encontramos a referência que “antigamente”, quer dizer antes da chegada da cristandade, existia um livro onde encontravam-se as histórias da origem e do percurso do povo Maya-quiche; mais já não se entendia. Ele teria sido reescrito, acredita-se que na metade do século XVI, com o alfabeto trazido pelos espanhóis, para que seguisse sendo útil a comunidade. Querendo que sua memória fosse mantida, senhores, letrados ou os que possuíam no início do século XVIII o livro, o emprestaram ao padre Jimenez que por sua vez o copiou em Maya quiche e com uma tradução em espanhol. Passaram os anos e no século XIX a cópia do padre Jimenez saiu da América e começou um processo de novas traduções, francês, inglês, alemão que chega até nós com uma tradução em português feita uns anos atrás.⁷

Os redatores da primeira versão do Popol Vuh quiseram consignar em ela histórias que lhes pareciam necessárias para defender seu território. Os escritores/tradutores que o verteram do registro iconográfico para o registro silábico com o alfabeto espanhol, devem ter

7. POPOL VUH. Traduzido e Organizado por BROTHERSTON, Gordon; MEDEIROS, Sergio. São Paulo: Iluminarias, 2007.

pensado algo parecido. Seu mundo tinha mudado e novos poderes emergiam afirmados nas armas e nos seus deuses. Ante uma cultura invasora que se autoproclamava a verdade, a “visão clara que veio do outro lado do mar”, como a chama o Popol Vuh, que desqualificava como lenda e credence as memórias sobre o passado, os Maya quiches fizeram uma tradução utilizando o sistema de escrita do invasor e colocaram suas verdades numa língua que podia ser traduzida a muitas outras.

No distante norte de mesoamérica desde a segunda metade do século XVI, no norte do Nueva España, O atual México, os espanhóis faziam entradas nas terras onde os índios nômades, que “não eram de ninguém”, podiam ser submetidos e sujeitados, quer dizer caçados e escravizados e vendidos, nos mercados do resto da Nova Espanha, e ainda nas Antilhas, como anota Carlos M. Valdés Dávila, no seu trabalho “*Estrategia y tácticas guerreras de grupos indígenas contra los españoles en Coahuila, Nueva España, en 1666*”.

Tratava-se de uma região onde, em virtude dos ataques de inúmeras nações ou povos indígenas, a conquista espanhola durou praticamente durante todo o período colonial e, inclusive, estendeu-se até o fim do século XIX. Vilas como Santiago de Saltillo, puderam ser estabelecidas e nas missões jesuítas e franciscanas um programa missionário de trabalho, rituais, e catequese, tentava civilizar os índios. Porém, os nômades identificados em dezenas de nomeações coloniais pela ordem colonial (189 delas aparecem nos documentos do arquivo municipal de Saltillo), não se reduziram e travaram uma guerra sem fim contra os espanhóis, entendida por Carlos Manuel Valdés como “guerra de guerrilhas e de ataques estratégicos”. Comandados por capitães indígenas de títulos e nomes espanhóis como *don Benito*, que teria sob seu mando 18 nações, circulavam no seus cavalos, atacando os povoados onde numa seleção própria matavam os homens, as mulas e as vacas, levando com eles as mulheres e crianças, e os cavalos. Estes índios “alzados e rebelados”, estabeleceram uma fronteira norte para a Nova Espanha que chegaria até o século XIX, com o México independente. Fronteira imaginária esta, entre a “barbárie” indígenas nômades e a civilização cristã, demarcada pelas narrativas dos escalpelos dos índios contra seus inimigos e das execuções dos revelados por parte dos espanhóis.

Numa outra fronteira do império espanhol na América, desta vez no vice-reinado do Peru, estourava também um levantamento indígena. Embora no movimento participassem um numero expressivo de

caciques quéchuas, arawacks, panos e de outras línguas e culturas, a mobilização indígena ficou conhecida pelo nome de seu líder, um quéchua proveniente da serra, cristão e conhecedor da doutrina cristã. O movimento ficou assim caracterizado como andino, e a participação de povos de outras regiões foi vista como secundária ou de coadjuvante. Jose Santos, tinha-se proclamado Inca em 1742 adotando o nome de Atahuallpa Apu-Inca e desconhecendo ao rei da Espanha e a suas autoridades civis e eclesiásticas, conseguindo manter-se invencível até 1756 quando desapareceu. No artigo de Fernando Torres-Londoño “*Levantamientos indígenas no Ucayali no século XVIII. Sentidos da narrativa missionária franciscana*”, a insurreição é abordada através de uma crônica missionária franciscana redigida uns anos depois do fim da rebelião. Lendo a contrapelo o registro do frade, é apontado no artigo a existência de um levantamento contra os espanhóis que teria extraído sua maior força, da participação de um grande leque de “nações” das terras baixas da Amazônia. Tal mobilização que revela outros atores e outras motivações, estaria apontando menos para uma “confederação” e mais para um amplo leque de relações inter-étnicas que confluíam restabelecendo uma fronteira entre Andes e terras baixas, que estaria sendo ultrapassada pela dinâmica colonial fosse ela agenciada por colonos, missionários ou autoridades.

Dando prosseguimento a essa proposta de abordagem, em ver os sujeitos enquanto agentes de seus próprios destinos, o capítulo seguinte “*Sobre ser conveniente para se apanhem os índios e escravos fugidos daqueles moradores: cotidiano e sociabilidade nos intrincados labirintos das Terras do Cabo Norte*”, trás a questão de fronteiras examinada desde o ponto de vista dos personagens que nelas habitam e transitam. Não existe nitidez na percepção das fronteiras, por mais que tratados de limites as estipulem. Como os rios amazônicos que podem mudar e em muito seu curso, depois da estação de chuvas, as fronteiras como produção cultural alteram-se. Também, elas costumam ser reivindicadas e disputadas por estados e unidades políticas. Era este o caso das terras que ficavam aos dois lados do rio Oiapoque, numa margem ficaria a Guiana Francesa, e do outro a portuguesa Cabo Norte, hoje Amapá.

No final do século XVIII, os dois impérios coloniais olhavam para a fronteira querendo ultrapassar ela. Desde Belém sonhava-se com invadir Caiena, como mostra Paulo Marcelo Cambraia da Costa. Desde Caiena, mais que a fronteira, as preocupações estavam

centradas na própria colônia impactada pela abolição da escravidão em 1794 por parte do governo revolucionário francês, que teria levado a que os antigos escravos abandonassem as plantações. Ao mesmo tempo no Cabo Norte chegavam as notícias da Caiena que estimulavam fugas de escravos, cada vez mais frequentes, num contágio do “sonho da liberdade” representado pela França revolucionária. Fugas que na opinião de um alto funcionário colonial eram fáceis, contínuas e inevitáveis. A fronteira, quer dizer os rios, o litoral e a terra firme, diluíam-se socialmente pela parte portuguesa com índios e escravos fugidos, seguidos de escoltas militares, por sua vez compostas por índios de guerra, escravos e soldados recrutados para capturar os fugitivos. Do lado francês destacamentos de forros e barcos corsários patrulhavam um espaço fluído em nome do governo revolucionário. No Cabo Norte, a fronteira emergia, entre a escravidão defendida como legítima e necessária ao Estado, à fuga “inevitável”, e uma liberdade mais prometida que efetivada.

A luta social e política envolve a todas as classes e grupos sociais. Na ocupação holandesa de Pernambuco a partir de 1630, os senhores de engenhos foram enfraquecidos pelos invasores, perdendo influência, bens e poder e fugindo para Bahia. Ali, o conde da Torre, seguindo instruções de Lisboa e Salvador, quer dizer da metrópole e da periferia colonial, juntou forças, compôs alianças, concedeu privilégios e preparou um revide exitoso. Como desenvolve Thiago Cavalcante dos Santos, no seu artigo “*As cartas do conde da Torre e os assentistas no governo de Nassau*”, o nobre construiu uma aliança com os grandes comerciantes que ao atuar no comércio interatlântico fixavam tanto os processos da açúcar que saía como do vinho que se importava. Os que encabeçaram a reconquista foram compensados com honrarias várias e produtos entre eles pipas de vinhos portugueses. A correspondência, compulsada por Thiago Cavalcante de Santos, mostra assim as contradições internas desse universo de senhores caídos em desgraça, que associando-se a setores que eles exploravam como os índios e os escravos, construíram um sentimento de identificação com Portugal que ajudou a entender e libertar, aquela território como português.

Outro de nossos capítulos localiza-se em termos de tempo e espaço no Portugal de 1640, onde, apoiado por sectores da nobreza portuguesa, o duque de Bragança coloca-se na frente de uma insurreição contra a Espanha, para recuperar a independência do reino. A guerra lhe foi favorável e o duque virou João

IV de Portugal. Em termos de nome encarnava a continuidade dos grandes reis portugueses dom João II, dom João III, que tinham resistido às pressões de Castela mantendo o pequeno reino independente e fazendo dele uma potência marítima. Mais, seriam um nome e uma guerra suficientes para que alguém que não era filho de rei, nem descendente de reis, fora aceito como um deles, pelos nobres do reino, os comerciantes de Lisboa e Porto, os marinheiros espalhados de Cabo Verde a Goa, Macao, Bahia? Nos dois lados do Atlântico foi ensaiado um discurso em que legitima-se o reino e o inserisse no passado de Portugal: e seu Dom João IV fosse o rei encoberto, que seria já rei, esperando o momento para aparecer e restaurar a independência e a dignidade do reino? Servindo-se dos sermões, entre eles um proferido na frente do novo rei, padre Vieira, um jesuíta de Lisboa, mais vindo da Bahia, lamentou-se que o Portugal das descobertas, do império sem fim, fosse sucedido pelo Portugal debilitado, nação conquistada por espanhóis, que veia os inimigos protestantes invadir seu império de ultramar, segundo é proposto no capítulo de Andreia Bedin “*A escrita barroca de Vieira: construindo um novo caminho na historiografia setecentista*”. Segundo Vieira um designio divino tinha colocado Portugal na frente das nações para levar a Fé a lugares desconhecidos. Aquele designio de se espalhar pelo mundo definia o ser português, da mesma forma que era ao rei restaurador da independência da quem cabia o direito de exercer a realeza.

É num outro cenário de lutas pela independência, agora americana, que se localiza a conjuntura estudada por Hernán M. Venegas no seu capítulo *Luchas y resistencias contra el colonialismo español en el centro de Cuba (primeras décadas del siglo XIX)*. No começo do século XIX, América continental hispânica pendia a favor da independência e se esperava que Cuba a seguisse. Os registros deixados pelas autoridades na sua correspondência oficial, atestam para a perigosa propagação da ideia da independência em Cuba e da existência de redes de conspiradores, sobre os quais também se conserva documentação e algum texto escrito. Que tão abrangente em termos sociais seria a simpatia pela independência nessa conjuntura, na região de Trinidad, no centro da ilha, e em Puerto Príncipe no centro este de Cuba?

A tensão entre os escravos manifestava-se em sublevações desde 1792 que tiveram seu ponto alto em 1798. A resposta colonial foi recorrer ao terror manifestado em execuções exemplares para, nas palavras

do capitão geral e governador a ilha, restaurar entre os escravos “o respeito e a consideração que se deveria ter para com os brancos, como antes sucedia”. Para as autoridades, também pequenos labradores e trabalhadores estavam entre os prosélitos; atribuindo tal simpatia à sedução exercida por autoridades locais e membros das camadas altas, ou seja, dos fazendeiros açucareiros escravistas, em particular alguns de seus filhos. Porém entre os brancos existiam divergências, que além da severa repressão, e a falta do apoio que inicialmente se tinha recebido do exterior, terminaram sendo decisivas para isolar e enfraquecer os setores favoráveis à independência e o fim da escravidão, obrigando-os a levar sua luta para fora de Cuba, para alcançar sua independência com o apoio também da América em trance final de conseguir sua liberdade. Esta luta foi finalmente interrompida por um conjunto de acontecimentos internacionais desfavoráveis, em particular pela influencia negativa para a independência de Cuba e a de Porto Rico, últimas colônias espanholas na América, das principais potências europeias e dos Estados Unidos da América.

Finalizando a apresentação de nossos capítulos, devemos considerar que as imagens negativas construídas na Europa, a propósito das populações indígenas, em particular quando não se submetiam aos conquistadores europeus, as tem acompanhado praticamente até os dias atuais. Pode-se dizer o mesmo das imagens dos africanos que chegaram escravos a América na diáspora propiciada pelo tráfico atlântico entre os séculos XVI e XIX. Índios e africanos só eram vistos como úteis quando “dóceis” e trabalhando incansavelmente. Estas imagens estavam inseridas em discursos que respondiam a interesses e projetos coloniais e religiosos de sujeição, e subordinação. No século XIX no Brasil, como assinalado por Reinaldo Benedito Nishikawa, no seu capítulo, “*Os ‘Branços da Ásia, ou a metamorfose do imigrante asiático’*”, o discurso em relação à superioridade da raça branca sobre as outras, estabelecia um consenso entre as elites nos debates da fixação de uma política de emigração de trabalhadores. Existia, ainda, desconfiança em relação ao “perigo amarelo” que podia representar a vinda de chineses ou japoneses, numa país que tinham que “carregar” com índios e negros. Já no século XX os italianos, que teriam vindo aos milhares no final do século XIX, antes elogiados em aquele discurso da raça desejada, começaram a ser olhados com desconfiança, além de preferir a Argentina e Estados Unidos para se dirigir. Também, os custos da

emigração desde Europa ficaram altos, em tanto que desde países como Japão contavam com subsídios e facilidades. Era o momento para mudar o discurso em relação aos “amarelos” e ver neles atributos positivos como docilidade e obediência, por sua vez acordes com a tradição escravocrata do país.

Temos, pois, pela frente neste livro oito capítulos costurados pelas lutas, resistências, enfrentamentos e negociações realizadas por diversos sujeitos coletivos e individuais nas suas relações perante os reinos ibéricos e os poderes coloniais em América. Trata-se de ações e reações realizadas tanto nos centros coloniais como Salvador na Bahia ou nas periferias dos impérios espanhol e português, como Coahuila e o Cabo do Norte. A agenda das populações subordinadas contra os poderes coloniais, não foi, pois, rara na América, fosse hispanhola ou portuguesa.

Na maioria dos textos por nós reunidos, há também a emergência, de uma interpretação da fronteira como espaço instável que dependia em grande parte da marcação social e simbólica, realizada por povos indígenas que desconhecendo poderes coloniais, assaltavam como parte de sua estratégia de confronto, vilas e cidades, ou de escravos que fugiam reiteradamente estabelecendo em lugares distantes, mocambos e refúgios. Não faltam aqui, as elites, como os Iznaga Borrel de Cuba, que defendiam interesses, transpondo em conspirações a linha proibida da rebeldia.

Finalmente, lutas e resistências contra poderes coloniais, não costumam produzir registros abundantes por parte de aqueles que se insurgem ou contestam. Como fazer, pois, para escutar as vozes destes sujeitos, muitas vezes só presentes na fala de seus opressores? Respondendo a essa pergunta, aqui se oferecem vários exemplos de “leituras a contrapelo”, sugerindo-se ainda revisões hermenêuticas de ausências e silêncios como propõe Carlos Manuel Valdés.

SUMÁRIO

- LEVANTAMENTOS INDÍGENAS NO UCAYALI NO SÉCULO XVIII**
Sentidos da narrativa missionária franciscana 11
Fernando Torres Londoño
- A ESCRITA BARROCA DE VIEIRA:**
construindo um novo caminho na historiografia setecentista..... 19
Andrea Gomes Bedin
- LA MEMORIA DEL *POPOL VUH* EN LA HISTORIA Y LITERATURA DEL PUEBLO *MAYAS-QUICHÉS*..... 29**
Josinaldo Oliveira dos Santos
Adna Maria de Souza Calheiros
Guilherme dos Santos Costa
- “SOBRE SER CONVENIENTE PARA SE APANHAREM OS INDIOS E ESCRAVOS FUGIDOS DAQUELLES MORADORES”:** cotidiano e sociabilidades nos intrincados labirintos das Terras do Cabo do Norte (1790-1798) 41
Paulo Marcelo Cambraia da Costa
- A BOLA DA VEZ:O IMIGRANTE EUROPEU E ASIÁTICO NA IMIGRAÇÃO DO PARANÁ..... 49**
Reinaldo Benedito Nishikawa
- AS CARTAS DO CONDE DA TORRE E OS ASSENTISTAS NO GOVERNO DE NASSAU 57**
Thiago Cavalcante dos Santos
- ESTRATEGIA Y TÁCTICA GUERRERAS DE GRUPOS INDÍGENAS CONTRA LOS ESPAÑOLES EN COAHUILA, NUEVA ESPAÑA, EN 1666..... 65**
Carlos Manuel Valdés
- LUCHAS Y RESISTENCIAS CONTRA EL COLONIALISMO ESPAÑOL EN EL CENTRO DE CUBA (PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XIX)..... 75**
Hernán M. Venegas Delgado

LEVANTAMENTOS INDÍGENAS NO UCAYALI NO SÉCULO XVIII.

Sentidos da narrativa missionária franciscana

Fernando Torres Londoño*

Este texto está inserido numa pesquisa maior que visa estudar as relações dos Piro, Cunibo, Kampa nos rios Ucayali com o que seria uma fronteira colonial durante o século XVIII. Por ser uma pesquisa nova escolhi um momento particular que estes povos viveram em relação às frentes missionárias franciscanas e que tivesse sido recolhido por registros contemporâneos produzindo diversas abordagens e revelando diversos interesses. Minha escolha foi a da chamada rebelião de Juan Santos de 1742. Nessa pesquisa entendemos que o trabalho do historiador deve-se desenvolver em intendo diálogo com a etnologia. Assim acompanhando a produção acadêmica a respeito a estes povos acreditamos que eles têm que ser abordados na sua historicidade, nas suas dinâmicas internas e no universo das suas múltiplas relações. (Taylor, 1992).

Entre as tarefas desta fase inicial da pesquisa escolhi ler e fichar este ano a *Historia de las Misiones del Convento de Santa Rosa de Ocopa*, publicada em 1988 numa edição crítica incluída na Monumenta Amazônica publicada pela editora Aby Ayala de Quito e de autoria do frade franciscano Jose Amich, que se viu obrigado a terminar ela em 1771, sendo só publicado em 1854. O livro se dá conta da presença franciscana no oriente do vice-reinado do Peru, através de entradas a terras de infieis, conquistas, conversões de diversos povos entre eles os Cunibo, fundações de *pueblos* e reduções, perdas de várias delas; fundação e crescimento do colégio de Ocopa, gestões dos superiores e comissários das missões, vidas dos frades missionários, martírios de vários deles, alguns nas mãos dos Piro, e os Shipibo. No livro o padre Amich trata com detalhe a rebelião de Santos, sendo esse registro transcrito e recriado por cronistas e historiadores dos séculos XIX e XX.

Padre Amich, como espero se perceba neste texto, era a pessoa que reunia biografia e competências particulares. Segundo a apresentação que faz dele o padre Julian Heras, à *História de las misiones...* Jose Amich era Catalão de Barcelona, nascido em 1711 tinha sido piloto da Real Armada Espanhola, atuou como engenheiro de fortificações no vice-reinado do Peru já nos anos 40 e ingressou nos franciscanos em Lima em 1750. Nos 60 foi missionário, no norte do vice-reinado, e fez varias entradas à “montanha” pelos rios Huallaga e Ucayali e assistiu aos embates entre os missionários e os povos da região nos que foram assassinados pelos Shipibo vários frades. Nessas entradas levantou registro para a confeição de detalhados mapas do oriente do Peru (vigentes por muitos anos) ao mesmo tempo que ao passar pelo convento de Ocopa realizou consultas no arquivo que lhe permitiram depois escrever sua história das Missões, a partir de 1640. Estando nesse empenho em 1771 em Lima foi solicitado pelo vice-rei Amat para atuar como cartógrafo nas expedições realizadas as ilhas da Sociedad, serviu a coroa em estas tarefas por alguns anos mas e a sua ordem desempenhando cargos. O ultimo registro que se tem dele é de 1778, ignorasse a data de sua morte. (Amich, 1988, p. 15).

As missões franciscanas na “montanha”.

Entre o final da década de 1720 e a de 1770 os padres franciscanos do convento do Ocopa, na boca da Amazônia, ou da montanha como eles chamam a região nas suas cartas, se esforçaram por estabelecer missões entre os povos de Jauja, Tarma e Huanuco e nos rios Perene, Ene, Pachitea e Ucayali, para assim sem omitir “diligencia alguma para conseguir a salvação destas miseráveis que permanecem nas sombras da morte” (Amich, 1988, p. 145). Servindo-se do conhecimento de algumas das línguas faladas no Amazonas, do ascendente sobre alguns povos e caciques e do

* Prof. Dr. PUC SP; A pesquisa da qual decorre este artigo contou com bolsa de PPq/CNPq. Contato: .fertorresbracol@gmail.com

fornecimento de ferramentas nós contatos estabelecidos, um certo número de frades, 15 por um registro do convento de 1739. (Amich, 1988, p. 164), os missionários tentaram estabelecer missões permanentes entre sirimiches, kampas, cunibos, cashibos, shepebos, anapati, piros. (Amich, 1988, p.135-136). Na crônica do padre Jose Amich as missões progrediam atraindo para eles os Cunibo entre os quais arranjavam neófitos que estariam começando a vir para o rebanho cristão, passando os missionários a considerar como amigos caciques que aceitavam aos padres e que eram premiados com ferramentas e quincalherias. Através destes “amigos “ os padres almejavam entrar na “montanha”, a temida Pampa do Sacramento, consolidando um espaço missionário em Tarma, Pajonal e Sonomoro.

Entre os povos que os missionários esperavam contatar e atrair para o cristianismo e sus aldeias estavam os Piro e os Kampa de língua arawak e os Cunibo e Shipibo de língua pano, contatados sem muito sucesso em varias entradas. (Erikson, 1992, p. 200). Os piros, temidos no Ucayali como bravos e impiedosos guerreiros figuravam na memória missionária de Ocopa como um dos causantes do fracasso de suas missões no fim do século XVII, responsáveis também pelo assassinato tanto de franciscanos como de soldados espanhóis. (Santos, 2009). As atuações decididas dos piro e seus aliados, que em momentos de guerra podiam chegar a constituir “confederações de união guerreira”, teria levado aos franciscanos a desistir estabelecendo-se de fato uma fronteira que os piro teriam feito intransponível até os anos 40 do século XVIII. (Renard-Casevitz, 1992, 200.) Os kampas por seu jeito arredio, por sua dinâmica de unidade intra-etnica que não deixava espaço para que os missionários abrissem uma fenda e por sua presença ao longo dos rios da região, estariam também nas aspirações de conversão dos franciscanos. (Renard-Casevitz, 1992, 204.)

Os frades tinha qualificado sua presença na região com o intuito de avançar pelos rios ganhando e reunindo neófitos. Tinham estabelecido umas casas que denominavam de hospícios (casa, capela, chácara e criação de gado), por onde passavam os padres que chegavam à região, os missionários doentes e os que circulavam entre as missões. (Amich, 1988, p. 136). Isto lhes proporcionava bases de apoio para poder desde ali dar conta do avanço em territórios de “infieis” a ser contatados ou cristianizados. Também contaram com reforços de missionários que vinham de Espanha. Conseguiram por sua vez multiplicar o número de

missionários acudindo a irmãos e “donados”, pessoas que se teriam entregado a ordem, atuando em diversos labores, que não eram membros dela mas de fato atuavam como se fossem. Utilizavam igualmente o trabalho de neófitos tanto na produção dos alimentos para os padres como em diferentes funções associadas ao contato com grupos novos, como tradutores, remadores, guias, pilotos, carregadores e gente de segurança. Finalmente a experiência lhes teria mostrado a importância de se inserir no âmbito de trocas da alta Amazônia por médio de ferramentas como facões, enxadas, tesouras, anzóis. Mesmo com o assassinato de alguns padres nos contatos ou nos *pueblos* (Amich, 1988, p. 157) os frades acreditavam que as missões estariam num “estado florido com muitos *pueblos* de neófitos e bem fundadas as esperanças que os Cunibo e Simirinche admitissem o suave jugo do evangelho” como diz o padre Amich na sua crônica (Amich, 1988, p. 166).

A rebelião de 1742 na obra do padre Amich.

Porém a florescência das missões, para Amich, murcho de surpresa em maio 1742 quando os neófitos abandonaram as missões e alguns caciques afastaram-se dos padres. (Amich, 1988, p. 166). Teriam feito isto para juntar-se a um índio serrano ladino (haveria estado em Espanha com os jesuítas, e sabia ler e escrever) que por causa de um homicídio cometido em Huamanga, fugia da justiça, andando errante na montanha. No Pueblo de Quisopango “se proclamou verdadeiro Inca, descendente de Atahualpa, degolado em Cajamarca por mandato de *don* Francisco Pizarro. Este índio chamava Juan Santos y se intitulo Juan Santos Atahuallpa Apu-Inca”. (Amich, 1988, p. 167). Segundo Amich o “falso inca” teria dito aos índios que era o verdadeiro inca, que Deus o enviava a recuperar seu reino, o que ele faria coroando-se Inca em Lima. Também teria dito que tinha tanta sabedoria como Salomão, o que demonstrava por saber ler a doutrina cristã e rezar o credo em latim; que era filho de Deus, que acreditaram nele e o obedeceram, porque de outra forma faria cair os montes e que organizaria de tal forma seu reino que se acabariam os “obrajes” e outras oficinas onde os, índios eram obrigados a trabalhar e que terminaria a escravidão de seus filhos. Também dizia que mandaria os frades para Espanha e que conseguiria licença para ordenar sacerdotes aos filhos dos incas. Tudo isto era afirmado pelo Inca Santos Atahuallpa nas pregações

que ao estilo dos padres fazia aos índios. Finalmente o Inca lhes teria dado leis que deveriam guardar y mandava que ante ele ficassem de joelhos. (Amich, 1988, p.167-168).

Estes seriam os traços registrados por Amich e tomados de cartas de missionários que o teriam visto e se entrevistado com ele ou que tinham recolhido os testemunhos de outros missionários ou neófitos. Perfil do “embusteiro” em palavras de Amich, feito por um membro da ordem que seria um de seus grandes inimigos e competidores, no objetivo de ganhar influencia sobre os povos das “montanhas”. Este conflito de poder fara que Amich desqualifique a condição de cristão de Juan Santos, tratando-o como apostata, embora registre que lia a doutrina cristã, rezava o credo e assistia a missa. Investiu também na imagem de alguém que se comportaria com a aparente dignidade e cortesia de um senhor inca sem o ser, mantendo distancia e distinção em relação a todos, e que ao mesmo tempo colocava um limite no seu “despotismo” a suas ações não assassinando padres, como teriam sugerido outros de seu bando. (Amich, 1988, p. 184).

Há que registrar aqui, embora não seja o enfoque adotado que estes traços de Juan Santos, ampliados com outros, registros serviram também a estudiosos de esta rebelião nos anos 70 e 80 a considerar ela como milenarista.

A rebeldia de Juan Santos, teria causado grande comoção na *montaña* e muitos índios lhe ofereciam obediência “deixando desertos seus *pueblos*”, de Pajonal e das margens dos rios Perené, Eneno, Metráro, San Tadeo, Pichana, Nijándaris e Cerro de la Sal; deserções que Amich acredito responder aqui “os índios eram só cristãos de nome e somente se sujeitavam pelas guloseimas de ferramentas que lhes davam os padres” (Amich, 1988, p. 166). Com as primeiras vitórias, segundo Amich “ufano ficou o rebelde Juan Santos vendo os felizes princípios de seu império, que toda a indiada da montanha estava reduzida a sua obediência (Amich, 1988, p.170). Entre os curacas o primeiro a reconhecer teria sido don Mateo Santabangori de Quisopango e depois seguiram as autoridades de Simaqui, onde Santos costumava residir e curacas de outras partes como Siabar. Segundo Amich a todos eles o Apu-inca prometia “muita ferramenta e todos os tesouros dos espanhóis” (Amich, 1988, pp. 167-168).

Duas estratégias, dois objetivos, duas direções

O padre Amich ao abordar os mais de dez anos de ações de guerra contra Juan Santos Atahuallpa, elabora a narrativa de um fracasso militar e político. As autoridades coloniais, tanto de Lima como dos corregimentos próximos e mesmo os franciscanos, com tudo seu empenho e cota de padres assassinados pelos índios, não tinham conseguido eliminar, nem prender e aplicar a justiça a Juan Santos, que teria desaparecido na “montanha”. Amich, como homem que tinha servido ao rei como piloto da Armada real e engenheiro militar, e que possuía conhecimentos cartográficos construí uma narrativa rigorosa e em detalhe das ações, negociações, campanhas, combates do que foram tanto os aspectos militares como políticos, do que foi a luta contra o “fingido inca”. Seu texto apresenta, pois, um confronto entre a legitimidade da justiça colonial e um fora da lei, que terminou sendo favorecido pelos erros e a incompetência das autoridades.

Seu relato, se estrutura seguindo a cadeia de comando das ações que vinham desde o vice-reis em Lima ate os governadores da fronteira e os correge-dores de Tarma e Jauja, que organizaram as diversas armadas e os capitães que as comandaram. Nessa cadeia de comando, atenção especial merece no relato de Amich a procura de explicações aos diversos fracassos políticos, militares e à vitória dos indígenas. Seu texto traz muitos detalhes em relação aos espanhóis, sendo indireto e geral em relação aos índios, que em diversos momentos nomeia de “indiada”. Assim nos capítulos de sua crônica dedicados à rebelião, pode ser identificado o confronto de duas estratégias militares e politicas e em certa forma de dois entendimentos da guerra.

A estratégia espanhola aparece no relato a propósito das três grandes expedições determinadas pelos vice-reis em 1743, 1745 e 1750 que saindo de direções diferentes da serra pretendiam cercar a Santos impedindo as possibilidades de retirada. (Amich, 1988, p. 169;176,183). Essa estratégia ocuparia território através da pratica colonial espanhola do estabelecimento de fortes e presídios, protegidos com armamento pesado (canhões) que serviriam de bases para ações de proteção da fronteira com os índios da “montanha”, além de impedir trânsitos e comunicações entre estes e os índios da serra. Um destes postos fortificados foi construído em Quimirí aparelhado com 4 canhões, pólvora, munição de guerra, granadas e 60 soldados

comandados por um capitão; estabelecido segundo Amich “para sujeitar o apostata e os infiéis e impedir o trânsito dos índios da serra para a montanha”. (Amich, 1988, p.174)

As informações de Amich em relação aos rebeldes, aparecem no texto como a obrigatória referencia a um inimigo que finalmente não foi derrotado. No centro de suas atenções esta Juan Santos, sua atitude perante as autoridades, suas decisões militares e políticas, seus movimentos destinados a fortalecer-se, fazendo-se igualmente presente na serra. Também são mencionados, mas em ordem bem menor os curacas e caciques que teriam apoiado ao “falso inca”, e que são apresentados por Amich atuando sempre na sua conveniência e sem manter lealdade nem aos espanhóis nem ao rebelde. Finalmente estariam os “índios da montanha” aos que trata de forma geral e coletiva, identificando muitos poucos caciques ou lideranças. Porém mesmo com esta hierarquia a descrição de Amich, não deixa de apontar que de fato a grande força militar dos rebeldes estaria na sua grande capacidade de convocação, que mesmo não constituindo “companhias” grandes como as espanholas, rapidamente faziam-se presentes quando eram necessárias e em numero expressivo e num território extenso o que supunha a participação de diversas parcialidades. Um padre que teria estado preso onde estava Santos, teria informado que “tinha pouca gente e esta dos sirimiches. Mas quando lhe parecia necessário a juntava de todas as nações”. (Amich, 1988, p.178). Amich, insinua assim a presença de praticas de guerra de união inter-etnica ante um inimigo comum e que era mobilidade que interessava a estes grupos e não a defesa de posições. (Renard-Casevitz, 1992, 200.) O conhecimento da “montanha” em particular dos cursos dos caudalosos rios, dos passos, das pontes, dos sítios para embarcar, lhes permitia atacar as armadas espanholas quando eram mais vulneráveis, freando seu avanço e forçando a recuar através das derrotas infringidas (Amich, 1988, p. 175). Esse mesmo conhecimento das matas, unido ao conhecimento das festas e dos “calendários” dos pueblos, lhes permitia utilizar a surpresa para atacar sem ser percebidos, não perdendo a oportunidade de incendiar casas e capelas, destruindo também as chácaras e suas culturas (Amich, 19988, p. 170). Este teria sido o caso do ataque a Monobamba aproveitando a festa de São João Batista, onde forma mortos 32 indígenas e levadas cativas pessoas dos dois sexos, entre eles um padre (Amich, 1988,

p. 178). Finalmente o inimigo contaria com a deserção dos neófitos e dos supostos “índios amigos” dos espanhóis que terminavam engrossando suas filas.

Pelo interesse em examinar um fracasso militar e político, Amich apresenta as derrotas espanholas procurando explicações e apontando, indiretamente na descrição dos fatos, os responsáveis. Amich, pela ênfase que da as descrições das ações armadas, termina examinando explicitamente o militar, e excetuando um caso, da conta da dimensão política centrando ela nos franciscanos. Na descrição das três grandes expedições (1743,1745,1750), sendo as duas ultimas comandadas pelo general Llamas, Amich mostra que a falta de comunicação e de cumprir as ordens, atuando os comandantes por conta própria sem respeitar o acordado teria prejudicado a primeira expedição. (Amich, 1988, pp. 169-170). Nas outras duas expedições teria existido falta de ajuda e de auxilio de governadores e corregedores com os *pueblos* que estavam sendo sitiados, como no verão de 1751 quando a queda de Sonomoro, quando segundo Amich, teria acontecido “muita omissão houve na tropa do vale de Jauja em não seguir o alcance dos infiéis “ numa região de muito frio onde os índios da “montanha” tinha condições de utilizar o arco e a flecha, caso os de Jauja os tivessem perseguido teriam conseguido “completa vitória” (Amich, 1988, pp. 174, 175, 184).

Teriam existido também erros militares que explicariam a queda do forte, o fortalecimento das forças rebeldes que não foram perseguidas, pelo corregedor de Tarma Don Alfonso Santana que deveria ter ido a acometer o rebelde em Huancabamba, fechando as saídas e sendo iminente sua prisão. Ao contrario o corregedor fico construindo o forte de Quimiri que depois seria capturado pelos rebeldes fortalecidos. Para Amich ali se teria perdido uma oportunidade única. “Quando uma vez fica malograda uma favorável ocasião, com dificuldade volta-se a conseguir uma semelhante” (Amich, 1988, p.182).

Por sua vez desastres como a queda do forte, ou os ataques a um dos frentes da primeira armada, podiam ser atribuídos à falta de providências da época de chuvas ou de conhecimento de áreas por onde o transporte militar era muito difícil, além de falta organização na provisão de viveres e de alimentos, que Amich cita associando ela a muitas as derrotas, onde os espanhóis teriam sido vencidos por falta de mantimentos. (Amich, 1988, pp. 170, 174, 175,177, 183).

Na narrativa de Amich as ações militares estariam vindo desde duas direções, da serra no caso dos espanhóis e da “montanha” no caso dos índios. Por sua vez os índios teriam sido mais bem sucedidos nas suas ações de ataque e pressão sobre os pueblos da serra, que os espanhóis sobre a “montanha”. Ao mesmo tempo o texto de Amich revela que os espanhóis teriam definido sua estratégia a partir de um único objetivo: prender ou eliminar o falso inca, que seria a causa mor da rebelião. Do outro lado o que se percebe no texto é que desde os povos da “montanha” o que interessava era ficar uma fronteira para os missionários e seus *pueblos* coloniais.

Nas considerações políticas que não envolviam aos franciscanos, Amich só cita o caso da segunda expedição que teria entre as causas de seu fracasso, o plano que se teria traçado desde Lima em 1745, de utilizar a influencia dos jesuítas sobre Juan Santos e seu grupo, para conseguir através da presença do padre Irusta SJ, que teria levado copiosa ferramenta, que o curaca dom Mateo Asia entregara ao rebelde (Amich, 1988, p. 176). As “composições” dos jesuítas não deram em nada e a traição do curaca não aconteceu. Isto fez que a expedição do general Jose Llamas se atrasara e pela falta de viveres e as chuvas, fosse afetada pelas doenças ficando vulnerável aos emboscadas dos índios, provocando na opinião de Amich, que “com esta malograda expedição ficaram os infiéis e apostas tão insolentes que não temiam desafiar e lhes faziam dano tudo o tempo que podiam” (Amich, 1988, p.177).

A politica missionaria: composições e traições.

Contrastando com esse episodio que envolvia a rival Companhia de Jesus e velhos embates dos seráficos com os inacianos no Ucayali e no Maranhão, (Pedro, 2006), Amich destaca a mediação e atuação politica cumprida pelos franciscanos de Ocopa durante dez anos e suas varias tentativas de convencer a Juan Santos e seus curacas e caciques aliados de desistir da rebelião submetendo-se a à justiça. (Amich, 1988, p. 180). Em todas estas vezes que diferentes frades como Lorenzo Nunes (1747), (176) ou o padre comissário de misiones Manuel Albarran, procuraram “composições” com o rebelde confrontaram-se com a solenidade de seu comportamento, sua “arrogância sacriliga”, sua aparente ambiguidade e sua determinação em seguir com a rebelião, aproveitando-se do insucesso das autoridades espanholas (Amich, 1988, pp.180,

183). Ao narrar todos estes contatos entre os frades e Santos, sendo que alguns padres pela sua ousadia teriam terminado nas prisões do “falso” inca, como frei Otazuo que permaneceu em Quimiri “para ver se com paciência conseguiria sua tentativa”, Amich mostra a coragem e dedicação de alguns dos missionários que teriam desafiado ao “déspota” correndo risco de morte (Amich, 1988, p.180). Revela também na sua narrativa o objetivo de muitas destas composições, explorar os conflitos e dissentimentos que existiriam entre os curacas, caciques e Juan Santos por disputas de autoridade (Amich, 1988, p. 180).

Durante mais de dez anos lugares expressivos entre as missões foram ocupados pelos rebeldes, incendiados ou abandonados pelos neófitos, sendo que muitos destes compuseram um exercito que em pouco tempo chegou a alguns milhares entre índios da “montanha” e da serra, deixando um expressivo saldo de mortos entre missionários, soldados espanhóis e índios amigos e também do lado inimigo, entre os que se contou o curaca Santoabangori junto com dez ou 12 índios principais, (Amich, 1988, 170). Com a derrota da última expedição o conflito entrou na década de 1750 sem uma solução favorável aos missionários e ao governo colonial, impactando ainda sobre as missões (Amich, 1988, p. 184). Com a desapareição de Juan Santos, Amich deixa de tratar da rebelião.

Serra e “montanha”, neófitos e infiéis na rebelião.

No relato de Amich pode ser inferido que a rebelião foi gerada desde fora; “tudo estava florido” e chegou uma figura espúria, desqualificada, um homicida, um trãnsfuga, um impostor. Anteriormente a 1742 Amich registrou diversos conflitos e mortes de missionários tanto nas suas entradas como nos seus próprios *pueblos* a mãos dos neófitos; porém, para ele isso não foi o motivo para a rebelião murchar o campo “florido” das missões: foi um elemento externo, em certa forma um estrangeiro da serra ausente dos conflitos. Ignora também o franciscano os motivos da simpatia que pode ter suscitado Santos Atahuallpa e o que seriam as relações muito antigas entre a “montanha e serra” que segundo estudiosos se estenderia muito antes dos Incas.

A crônica também mostra que o projeto o franciscano para Amich, estava ancorado na serra, independente mais de alguma forma referido a ela.

A serra era fazia muito tempo cristã. Era de lá que vinham os reforços, os soldados, as armas os carregadores, os viveres, as ferramentas. E era, desde onde estavam as cabeceiras, desde onde eram feitas as entradas missionárias (Amich, 1988, p.179). Da mesma forma, na visão de Amich, a rebelião estaria também ancorada na serra e nos serranos que de fato seriam o alvo de Santos Atahuallpa. Por exemplo, depois da vitória do Sonomoro em agosto de 1752 o rebelde teria ficado ambicioso “determinando sair á serra para sentir os ânimos dos serranos”, acompanhado de 500 índios que lhe seriam fieis, para Andamarca, pelo caudaloso reio Punas. (Amich, 1988, p.184). Sobre es afinidade entre os rebeldes de Santos Atahuallpa e os serranos, anota Amich, “em Chanca-mayo espalhou-se a voz que o inca não queria mal aos serranos, e se fizeram grandes festividades, bailes, bebedeiras, celebrando com os *chunchos* a vinda de seu inca, cantando no seu idioma que beberiam chicha na caveira do padre e do tenente.” (Amich, 1988, p.172). Por sua vez entre as deserções que de alguma forma anunciavam que iria a acontecer um ataque eram protagonizadas por índios serranos. (Amich, 1988, p. 180). Ao mesmo tempo o rebelde quando percebia que os serranos não lhe davam obediência “saqueio o *pueblos* e os incêndio antes de se retirar com tudo o gado que pode recolher em aquelas Punas”. (Amich, 1988, p.184). Para Amich todos aqueles episódios configuravam uma rebelião dos povos serranos, muito mais que dos povos da “montanha”, apontando assim para a fragilidade da cristianização anterior e a fragilidade dessa fronteira entre a serra e “montanha”. (Amich, 1988, p. 181). Por sua vez esta fronteira estava nas mãos de corregedores e governadores no mínimo incompetentes, por não ser previdentes e fazer as escolhas certas de guerra e de ter sido ate cobardes por não ser solidários nos ataques.

O exame da crônica de Amich mostra que a rebelião produziu um ordenamento étnico expressado de forma complexa tanto no político como no militar, através da formação de alianças, que interferiram decisivamente nos processos de elaboração de fronteira. Amich aponta para esse ordenamento a partir da constituição de armadas como exércitos hierárquicos, desconhecendo e desprezando as outras presenças de guerreiros atacando pontualmente em pequenos grupos e respondendo a presença missionaria. Para Amich, do lado dos missionários e das autoridades se organizaram armadas compostas com a participação das autoridades indígenas dos *pueblos*, começando pelo curaca don

Bartolomé Quintimari, as autoridades de Sonomoro, e os Chirene. (Amich, 1988, p. 168). Situação correspondente elabora o franciscano em relação aos rebeldes enxergando também uma aliança entre os índios que apoiavam a Santos Atahuallpa e os Siriminche, Piro, Mochubu, Cunibo os índios do Pajonal e os que Amich, chama de forma geral Andes. Santos Atahuallpa teriam “nomeado general de suas tropas a Mateo de Assia, curaca de Metraro e Eneo e “sua segunda pessoa *don* Antonio Gatica, negro da conversão que com outros sete negros fez aos cristãos bastante mal com estas turbulências” (Amich, 1988, p. 169). Esta construção de Amich, privilegia um entendimento “serrano” do levantamento .Ele revela também a compressão quéchua do exercício do poder que entendia que existia uma segunda pessoa do inca. Amich insinua que o fato de essa segunda pessoa ser um africano, *don* Antonio Gatica e que comandaria um grupo de africanos, mostraria em evidencia o caráter estrangeiro e contraditório da rebelião nas terras da “montanha”.

Para Amich, de forma parecida como há tensões, deserções e conflitos entre os espanhóis e seus aliados o mesmo acontece com a “indiada” de Juan Santos. Amich assinala várias vezes as divisões e tensões dentro dos rebeldes como o ataque de 1751 dele a Sonomoro, para “tomar satisfação dos chichirines e andes de Sonomoro que não lhe tinha querido render submissão” (Amich, 1988, p.183). Nesse ataque os neófitos teriam permanecidos fieis mais por ter atacado suas chácaras, tem que fugir para a serra.

Concluindo, para Amich, a rebelião e os conflitos posteriores e ataques dos índios mostram a fragilidade do projeto missionário que só é fértil em martírios e mortes em nome da religião de padres e irmãos veneráveis. No seu texto, muito a contragosto a fragilidade das conversões é exposta e não poucas vezes apontado que os aos índios lhes interessam principalmente as ferramentas que podem ganhar sendo “amigos” dos padres. Mais aquele que chama “amigo, amigo” pode estar assassinado ao mesmo tempo. A lealdade dos neófitos era pois muito frágil. A fuga e a deserção eram praticamente imanentes. A traição era algo com o que os missionários trabalhavam, nas suas “composições” com os curacas e caciques aliados de Juan Santos. Assim como eles eram traídos, Santos podia também ser traído.

Finalmente, enxergo na crônica de Amich em relação à rebelião e à participação nela dos povos da “montanha” uma disputa pelo estabelecimento e

domínio de uma fronteira percebida e elaborada de forma múltipla. Primeiro, fronteira entre os povos do interflúvio principalmente os de ethos guerreiro como os Piro e os outros como Cunibo e Kampa. Segundo, fronteira entre os povos serranos de cultura inca e língua quéchua e os povos da “montanha” (do interflúvio) de língua pano e arawack. Terceiro, fronteira entre os franciscanos vindos da serra (Ocopa) associados simultaneamente a proteção e a morte e as lideranças dos povos da montanha, em crise pelas epidemias. Quarto, fronteira entre os neófitos associados aos espanhóis, que ganham aliados de peso, ferramentas e os que seguiam considerados infiéis que podiam associar-se ou não aos serranos rebeldes.

Referências

- AMICH, J.. *Historia de las misiones del convento de Santa Rosa de Ocopa*, Monumenta Amazónica, CETA, Iquitos, 1988.
- ERIKSON, P. “Uma singular pluralidade: a etno história pano”, in ACUÑA M C da, *História dos Índios no Brasil*, São Paulo Companhia das Letras, 1992.
- PEDRO, J.. Embates pela memória narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (dissertação de mestrado), 2006.
- RENARD-CASEVITZ F. M.. História kampa, memória ashaninca, in ACUÑA M C da. *História dos Índios no Brasil*, São Paulo Companhia das Letras, 1992.
- SANTOS R F do. *A expressão da vontade: relações interétnicas e rebelião indígena nas missões de Maynas (1685-1698)*. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.
- TAYLOR, A. C. História pós-colombiana da alta Amazônia, in ACUNA M C da. *História dos Índios do Brasil*, São Paulo Companhia das Letras, 1992.

A ESCRITA BARROCA DE VIEIRA: construindo um novo caminho na historiografia setecentista

Andrea Gomes Bedin*

[...] Isto matará aquilo. O livro matará o edifício. [...] Mas por baixo desse pensamento, que provavelmente era o primeiro e mais simples, acreditamos haver outro, mais novo, corolário menos visível e mais fácil de contestar, uma visão igualmente filosófica, não mais exclusiva do padre, mas comum também ao estudioso e ao artista. Tratava-se do pressentimento de que o pensamento humano, mudando de forma, mudaria de modo de expressão; a ideia capital de cada geração não se escreveria mais no mesmo suporte nem da mesma maneira, e o livro de pedra, tão sólido e tão durável, cederia vez ao livro de papel, ainda mais sólido e mais durável. Assim sendo, a vaga fórmula do arqui-diácono escondia um segundo sentido; ela significava que uma arte destronaria outra. O que a frase queria dizer era: a imprensa matará a arquitetura.¹

Nesta belíssima passagem do livro de Victor Hugo, que, aliás, se localiza num capítulo com o mesmo título, encontram-se preciosidades que talvez o próprio Victor Hugo jamais imaginasse transmitir com tamanha intensidade. Na longa e pormenorizada descrição da catedral de Notre Dame, repleta de elementos figurativos que conferiam beleza e soberania ao edifício, o autor retrata a arquitetura como sendo um livro de pedra, em cuja função repousava a tarefa de comunicar a verdade divina. Herança medieval por excelência, a grandiosidade arquitetônica manteve-se nos séculos posteriores, ganhando novos ares a partir do Renascimento cultural e científico, ressignificando-se, sobretudo, a partir do surgimento da imprensa, à qual se viu invariavelmente submetida.

Segundo Hugo, a partir daquele momento, o livro matava o edifício. A letra assumia a sublime missão

de dignificar a memória dos acontecimentos, de comunicar a mensagem divina, de nortear um conhecimento anteriormente não revelado.

De fato, a própria reforma protestante, ao “revelar” a Bíblia por iniciativa de Lutero, fundamentava o papel supremo da palavra escrita e abria um novo precedente na história do Cristianismo.

No século XVII, ainda que se recorresse em muito aos valores medievais, a presença de avanços significativos, anunciados pela produção escrita, pelo “papel”, abriu espaço para a larga produção historiográfica que, face às circunstâncias do período, imbuíu-se de significativa importância.

Diante do avanço das conquistas do ultramar e da necessidade iminente de defesa dos territórios pelos monarcas, a “arte da história” se revelou fundamental para a orientação dos monarcas, servindo como verdadeiro manual de aconselhamento político para o período. Neste momento muito específico, onde a escrita histórica ganhou notoriedade, se destacou a figura de Antônio Vieira, em especial no cenário luso-brasileiro.

Jesuíta, filho de seu tempo, Vieira mostrou notável astúcia no campo da política, integrando-se junto às negociações que envolviam a colônia e a metrópole. Além de sua atuação coadjuvante no cenário político-econômico, Vieira produziu obras de peso, com especial destaque para os sermões, cujo caráter histórico este capítulo se propõe a analisar.

No referido período, na esteira da importância da História, ganham notoriedade os sermões do jesuíta enquanto espaços de ideias que nortearam as ações dos monarcas, uma espécie de manuais de orientação, em especial do monarca português, D. João IV, que, nas penas de Vieira, havia sido alçado à condição não somente de restaurador político, mas, principalmente, de o *Encoberto*, a esperança portuguesa que conduziria Portugal à unidade da fé. O momento histórico vivido por Portugal foi de grande importância: a restauração,

* Doutoranda em História pela PUC-SP, Bolsista CAPES; Prof. Orientador: Dr. Fernando Torres Londonõ. Contato: andribedin@yahoo.com.br

1. Conforme HUGO, Victor, 2013, p. 189.

não resta dúvidas, revelou o grande momento de exaltação da identidade portuguesa, do resgate do modo de “ser” português abafado pela opressão do cenário de conquistas internacionais que abalaram a estabilidade portuguesa diante dos avanços da Holanda e da intransigente Espanha.

Vieira e a história

A História enquanto disciplina obteve um lugar especial no século XVII, num período em que se processava a solidificação das monarquias nacionais europeias. A arte da boa governabilidade, tão fundamental aos reis, tornou-se questão estratégica para preservar a soberania nacional e afirmar as identidades reinóis. No contexto português esse discurso ganhou força e encontrou, em muitos dos sermões de Antônio Vieira, a essência de sua afirmação: havia que se fundamentar a identidade do Estado-rei e legitimar a função da história enquanto mestra das demais disciplinas. Construir-se-iam novos caminhos na historiografia dos setecentos.

O cenário no qual se arquitetou a soberania da história, tanto europeu, quanto do ultramar, assinalou muitos conflitos, quer em função de um contexto ideológico de monarquias que aspiravam a um domínio mundial, quer em função de novas “identidades” encontradas nos novos territórios (como resultado dessa expansão): a junção desses dois elementos conturbou o aparente equilíbrio europeu que, desde o século XVI, se fundamentava na estrutura de uma sociedade de corte, hierarquizada e marcada pela égide divina do poder real. Esta égide divina, no caso português, no que tange ao período restauracionista, foi sendo gradualmente construída e arregimentada na figura de D. João IV. Não somente a Vieira, mas também a Bandarra coube a tarefa de tecer a imagem do monarca, transformando-o no rei *encoberto*, naquele que se revelaria em tempo oportuno, conforme relatado nas profecias.

Neste contexto em específico, Portugal enfrentava lutas contra a Holanda que se agigantaram especialmente a partir de 1640, e somaram-se à tentativa portuguesa de recuperação do reino face à Espanha, após longos anos de União Ibérica (1580-1640). Neste sentido, é possível afirmar que o século XVII foi decisivo para a consolidação da identidade portuguesa: sob o domínio holandês, diante do avanço e dominação inimiga em solo brasileiro, Portugal ainda se deparou com seu maior obstáculo: o de resgatar sua soberania,

há tempos em poder da coroa espanhola. Havia que se escrever uma nova história que imprimisse na trajetória portuguesa o sentido do “ser português” e, nas palavras de Vieira, “devolvessem ao reino aquilo que lhe fora designado por promessa divina”, consubstanciado na figura do rei escolhido, D. João IV.

Importa acrescentar que muito do reconhecimento e permanência de D. João IV no trono português certamente se deveu à concessão, pelo monarca, de importantes facilidades comerciais obtidas junto às demais “nações” do período, por meio de acordos comerciais que foram realizados, estendendo seus efeitos “benéficos” tanto a Portugal quanto às suas colônias. Certamente os resultados nefastos desses acordos se fizeram sentir no século XVIII.

Nesse contexto, Antônio Vieira,² um dos representantes da Companhia de Jesus, tanto em Portugal, quanto na colônia, se revelou figura emblemática, presenciando um ambiente marcado por embates entre católicos e protestantes, embates esses que, iniciados no século XVI, estenderam-se ao XVII e delinearão o projeto político-religioso das monarquias ibéricas em especial, em estreita relação com a igreja católica, de onde saíam fundamentadas as formas de dominação colonial mercantilistas. Para a metrópole portuguesa urgia estabelecer a dominação em terras brasileiras, uma vez que, segundo FRAGOSO,

(...) A enumeração das qualidades da terra a explorar incluía sua aptidão para produção de todo gênero de frutos, a qualidade das suas águas, os seus portos naturais, capazes de albergar grandes embarcações [...] Num discurso escrito em castelhano, o termo de comparação das grandezas do Brasil são as Índias de Castela, relativamente às quais se considerava mesmo a superioridade do Brasil [...] O que urgia fazer, segundo o autor, era povoá-la com cidades e

2. Antônio Vieira nasceu a 06 de fevereiro do ano 1608, na cidade de Lisboa, Portugal; era filho de Christovam Vieira Ravasco e de D. Maria d’Azevedo, fidalgos de nobre linhagem. Foi batizado no dia 15 do mesmo mês de seu nascimento, na Sé metropolitana. Em 1614, com seis anos de idade, Vieira veio com a família para o Brasil, concentrando-se no colégio dos Jesuítas em Salvador (Bahia), onde estudou e tirou o grau de Mestre em Artes, além de entrar para o Noviciado da Companhia de Jesus. Anos à frente segue para Portugal, onde passa a atuar como Pregador Régio, conselheiro e embaixador de D. João IV, além de atuar também como embaixador junto à França, à Holanda e em Roma. Preso pelo Santo Ofício em 1665, por acreditar e reafirmar acerca da ressurreição de D. João, e profetizar em Portugal o Quinto Império, teve o direito de pregar cassado, além de ter sido condenado à reclusão. Ao retornar à sua pátria em 1675, inicia, anos depois (1679), a edição de seus *Sermões Completos*. Faleceu aos 89 anos, no Colégio dos Jesuítas, onde se formara.

fortalezas de portugueses, podendo então chamar-se-lhe Nova Lusitânia ou Novo Portugal, “que es nombre mas nuevo, y mas insigne, y notório em el mundo” (FRAGOSO (2014, p. 429).

É perceptível o quanto a soberania do nome português foi valorizada nesse contexto de dominação, empreendido ao longo do XVII. Esse fato não escapou às penas de Vieira que, circulando entre a metrópole portuguesa e a colônia luso-brasileira, desempenhou com notável astúcia a missão que fora confiada aos jesuítas, de conquista espiritual das populações do novo mundo.

Legítima representante da contrarreforma católica, a companhia de Jesus enviou representantes dos mais dignatários para agir em favor da fé e do império português que, segundo Vieira, fora profeticamente imbuído da responsabilidade de levar o Cristianismo ao mundo, sob a liderança do 8º Duque de Bragança, depois D. João IV. Mas árdua seria essa tarefa, dado o caráter dos conflitos intestinos do continente, além do processo de restauração portuguesa que se processava desde 1640.

Descrita intensamente nos discursos vieirianos, a restauração se afirmava como um movimento coletivo necessário à afirmação da identidade portuguesa, sufocada pelos anos de opressão espanhola. Para tanto, tornava-se urgente a aclamação de D. João IV, visto como o rei eleito para o desempenho de tal missão. Segundo SERRÃO,

Mas a aclamação de D. João IV sentiu-se também nas terras ultramarinas, nas lutas que se travaram para a expulsão dos holandeses de São Tomé, Angola e Brasil, na vontade firme da Nação em executar o projecto que de novo a história lhe apontava. As páginas de heroísmo que então se traçaram receberam o influxo de um povo que não permitia ver-se retalhado na sua integridade física (SERRÃO (1979, p. 11).

O século XVII, nomeadamente o século do barroco, convalidou, na figura do monarca, o conceito de eleição divina assegurada pela teoria do direito dos reis, retomada ao longo século XVI, uma vez que era de origem medieval. Símbolo da ordem social e econômica, o rei tipificava uma dupla natureza, humana e divina, e fundamentou as bases do Estado absolutista. Para tanto, o monarca deveria contar com a obediência de seus súditos, com vistas à harmonia social e alcance do bem comum. É o que poderíamos chamar de origem

popular do poder régio, que conferia poder irrestrito ao soberano, com apoio de seus súditos e aquiescência papal, desde que o rei não viesse a tornar-se tirânico. Essa era a tese da Segunda Escolástica. Mais à frente faremos algumas considerações importantes sobre essa teoria.

No caso português, coube esse papel a D. João IV, legitimamente escolhido por Deus para conduzir Portugal à conquista cristã da América e do mundo. Segundo Serrão (IDEM, p.14), o poder concedido a D. João IV, e por consequência, a confiança nele depositada, superavam o caráter militar, uma vez que “(...) Não era D. João o chefe de uma revolta, mas a figura a quem cabia exercer a realeza, tendo de estar acima da organização militar que lhe abria as portas do trono.”

A promessa divina inscrita no reino português como sendo responsável pela propagação do Cristianismo na Terra, sob a liderança do monarca português, descrita por Vieira, nada mais fez do que alicerçar a razão de Estado característica da sociedade cortesã do século XVII, com vistas ao alcance do bem comum, sustentada pela crença na monarquia mística, prefigurada pelo Estado, na figura do rei. Assim, segundo Villalta,

(...) O Estado seria, assim, um “corpo místico” – isto é, *pactum subjectionis*, “unidade de uma vontade coletiva que se aliena do poder e o transfere para a pessoa mística do Rei, que se torna a ‘cabeça’ do corpo político do Estado subordinado, submetido ou súdito” (VILLALTA (1999, p.4).³

A teoria da Razão de Estado, que assume forte discussão no período, era, na realidade, anterior à restauração e foi, podemos dizer, trazida ao debate neste período. Sob a figura do monarca pesava grande responsabilidade política, e se pensarmos em sua eleição por direito divino, chegaremos à conclusão de que sua responsabilidade era temporal. Para tanto, necessitava de aconselhamento político para governar. Segundo TORGAL (1993, p. 167), “(...) Importava, acima de tudo evitar lutas internas e saber actuar perante o difícil xadrez da política europeia. Tratava-se de saber <<conservar>> o Estado, através de uma prática de soberania. (...)”.

Para Torgal, o quadro político que se instaurou após a restauração portuguesa, exigia do monarca a

3. Conf. HANSEN, João Adolfo. Teatro da memória: monumento barroco e retórica. *Revista do IFAC*, Ouro Preto, n° 2, p. 44, dez, 1995.

prudência necessária para lidar com a situação de um Estado que sequer se formara. Assim que assumiu o cargo, D. João IV tomou diversas medidas de cunho político e administrativo, tais como a criação do Conselho Ultramarino e de Guerra. Neste contexto, segundo o autor (1977), foi que se processaram novas mudanças sociais, com novos atores sociais. Destacaram-se como importante grupo, os “letrados”, que passaram a ser vistos como elementos fundamentais da administração moderna. Instaurou-se, no período, uma notável “prudência teórica” que encontrou respaldo nos manuais de aconselhamento do período, escritos por intelectuais que atuavam no âmbito das cortes europeias, tais como Luís Cabrera de Córdoba, na Espanha, e Antônio Vieira, em Portugal, dentre outros.

Além das cartas, os próprios sermões, de grande repercussão nos setecentos, serviram como fontes de conhecimento histórico, aconselhando a “arte do bem governar”, e deixaram impressas na sociedade lusitana, em especial, marcas da formação teológico-humanística de seu autor. Aliás, vale reiterar que os sermões se constituíram como a principal fonte escrita no período, na medida em que traduziam a ideia de história pensada para a época. Vieira, autor central de grande parte desses sermonários, assim como boa parte dos membros da Companhia, recebera uma formação intelectual apurada, não somente pautada na leitura dos clássicos como Sêneca, Cícero, Platão e Aristóteles e etc., mas diferenciara-se numa busca minuciosa pelo conhecimento da história, disciplina em destaque num período em que estabelecer o domínio temporal das monarquias se fazia extremamente necessário. Além disso, segundo Maria Leda Oliveira (2011), o jesuíta recorreu a diversos tratadistas do período que punham em debate as funções da história e sua aplicabilidade à arte da boa governabilidade.

Segundo a autora, Vieira teria recorrido a autores não somente lusitanos, mas também a tratadistas espanhóis, como Luís Cabrera de Córdoba⁴, da corte do rei Filipe II, dentre outros. A escolha de Vieira pelo gênero “história” teria sido, segundo a autora, elemento definidor de sua produção escrita, de sua forma e substância. Neste período, Vieira compartilhou com

os “colegas” de seu tempo a adesão ao gênero “história”, na época considerada a cabeça da filosofia civil, além de associada à política e, conseqüentemente, ao poder. Segundo Oliveira, Vieira se colocava no papel de historiador, e não de profeta, que, na visão da autora, caberia a Bandarra.⁵ Ao contrário, coube a Vieira a tarefa de perscrutar e interpretar a escrita sagrada, a fim de revelar os desejos do “Absoluto”, para o futuro da cristandade. Esta investigação da eleição sagrada de Portugal teria vindo do histórico português ligado aos descobrimentos. A partir disso, abriremos um pequeno espaço para explicitar melhor a visão da história construída ao longo do século XVI no mundo lusitano, e algumas mudanças que se processaram na passagem para o século XVII, o que resultou em novas produções historiográficas no referido período.

Por conta dos descobrimentos e demais conquistas portuguesas já anteriormente realizadas, a visão que se tinha da história no século XVI, tornou-se, por excelência, glorificativa. Essa historiografia ultramarina conheceu alguns expoentes que a representaram, narrando com singularidade o pioneirismo português e a conquista do ultramar. Acerca disso, SERRÃO (1962, p. 94) reforça que “(...) O constante louvor da Expansão vai sobrepor-se à história interna do reino; a tendência panegírica tende a deixar na sombra o apuramento de cada facto. História mais de conjunto, de largas expectativas, do que de pormenor.”

Essa tendência tradicional preocupada em relatar os fatos internos ocorridos no reino, devido ao novo ambiente histórico que se desenhou, ganhou proeminência ao longo do século XVII, quando o reino enfrentará dificuldades em preservar a autonomia absoluta dos mares, além da crise Dinástica que colocou à prova a “eleição” portuguesa antes da restauração. SERRÃO afirma que

4. Segundo Maria Leda, para Córdoba, o modelo de história a ser seguido se sustenta no fato de ser a história uma narração de verdades por homens sábios. Nesta perspectiva, o historiador deve ser aquele que narre acontecimentos que devem estar de acordo com a verdade, cabendo à figura do príncipe a tarefa de evitar qualquer adulteração desta verdade.

5. Gonçalo Anes, que por Bandarra ficou conhecido, terá nascido por volta do ano de 1500 e falecido em data posterior a 1556. Sapateiro, ou melhor, oficial de sapateiro de calçado de correia – não só consertava, mas também fabricava sapatos – em Trancoso, terra fria da Beira Alta, foi poeta, autor das Trovas, que lhe valeram o título de profeta nacional. Bandarra é o “Nostradamus” português. Nos seus versos, deparamo-nos com quatro visões fundamentais: - o regresso do Encoberto; - a Restauração de 1640; - A derrota de Napoleão, e, - o mito do Quinto Império – que tanto apreço geraram, quer no Padre Antônio Vieira, quer em Fernando Pessoa. Vieira descreve-o como um homem “idiota e humilde”, mas não lhe nega, antes exalta, os dons de profeta. (Cf. ALVES, José Maria. *Bandarra – Sapateiro, Poeta e Profeta da Vila de Trancoso: Trovas Proféticas*. Texto extraído de <https://homeoesp.org/> em 15/10/2016).

Terminara a época dos descobrimentos e conquistas. Antes mesmo de 1580, já com D. Sebastião a linha ultramarina era mais defensiva do que expansionista. [...] A evidente fraqueza do corpo nacional, com uma depauperada ossatura demográfica e a necessidade de a desmembrar por longínquas parcelas em três continentes, ajuda a compreender a crise ultramarina do tempo, tendo ainda em conta as mortes, naufrágios e a crise interna que a Expansão provocara. Desaparece o clima histórico da primeira metade do século XVI, enfraquecendo a ressonância literária desse período áureo que se denotara também na historiografia. Em 1580 éramos, mais do que uma Nação conquistada, um corpo enfraquecido na defesa desse património territorial contra as nações que pretendiam a sua posse[...] (IDEM, p. 161).

Diante desse novo desenho do cenário português e europeu, havia que se produzir uma historiografia que desse conta de “resgatar” o reino, valorizando sua história passada como combustível para as conquistas presentes e futuras. Essa nova historiografia buscou, por meio da magnificência do passado, o avivamento do futuro, o restabelecimento do sentimento de confiança no presente e no porvir. Valorizar o passado nacional tornara-se fundamental, e nesse sentido, qualquer tema, desde que ligado a esse passado, parecia digno de ser tomado; destacaram-se neste momento as crônicas de feitos dos grandes monarcas, vistos como símbolo da ordem nacional.

Segundo essa concepção, a história forneceria modelos e exemplos que poderiam ser seguidos e/ou imitados pelos monarcas. Assim, por meio dos exemplos fornecidos, optar-se-ia por seguir os modelos que certamente haviam resultado em sucesso para a história dos reinos, em detrimentos de modelos de fracasso, que, em nenhuma instância poderiam ser repetidos. Como dito acima, os modelos vitoriosos do passado português, que outrora haviam se revertido em vitórias e conquistas lusitanas, certamente consolidavam a certeza dos empreendimentos de sucessos futuros, uma vez que, do passado ao futuro português a mão da Providência divina fora com o reino e seus monarcas.

É compreensível o porquê de, nesse contexto, a figura de D. João IV ter assumido significativa importância, notadamente na produção vieiriana. Conselheiro-mor de D. João IV, a quem definiu como o rei “encoberto”, aquele que viria a ser, Vieira fortaleceu a imagem do monarca como sendo o responsável pela grandeza de Portugal num momento em que o reino tentava retomar seu poder face à tirania espanhola e

ao avanço holandês, que punham à prova a promessa divina de eleição do reino português como sendo o responsável por propagar a mensagem cristã ao mundo.

No entanto, convém acrescentar que, anos antes da Restauração, sequer se ouvia menção ao movimento, pelo menos por parte do jesuíta. Inclusive, coube a Vieira a defesa da legitimidade de Filipe II no trono. Curiosa posição do jesuíta, tendo em vista a situação portuguesa no período. De acordo com o relato de ASSUNÇÃO (2014), nessa época, ainda de União Dinástica, o jesuíta seguramente apoiava o monarca espanhol, vindo posteriormente a mudar de ideia, o que ficou reforçado em muitos de seus sermões:

[...] Vieira não defendia, com firmeza, os interesses portugueses, quanto à separação das duas coroas. Ao contrário, confirmava a figura do rei espanhol como herdeiro do trono português. As suas manifestações revelavam uma insatisfação contra a forma como as riquezas da colônia eram apropriadas pela metrópole. [...] O movimento de Restauração, engendrado na Europa, afetaria a vida de Vieira. Ele teria que adequar seu discurso, para “a maior glória de Deus” (ASSUNÇÃO (2014, p. 97).

Nesse contexto de lutas, a teoria da segunda escolástica, mencionada anteriormente, que buscava conciliar a natureza humana e divina no rei, ganhou força e definiu uma dinâmica social ao período, pautada na origem popular do poder do monarca para a obtenção do bem social comum. No caso das sociedades católicas, essa teoria encontrou campo maior de ação, dada à natureza religiosa tradicional dos impérios luso e espanhol. A segunda escolástica, foi, segundo VILLALTA (1999, p. 7), intrínseca à natureza dos sermões vieirianos: “(...) O padre Antônio Vieira, o mais célebre orador sacro-luso brasileiro, também deixou-se influenciar pela teoria de poder da Segunda Escolástica, acrescentando-lhe, porém, ideias retiradas da teologia mística.”

Essa dinâmica social, revalidada no século XVII no contexto europeu, apresentava uma ordenação própria, na qual cada elemento possuía sua responsabilidade perante o todo. O soberano, ao topo dessa estrutura, reunia, sob sua autoridade, diversos súditos que a ele deveriam submeter-se. Segundo Assunção, o próprio Vieira relata as necessidades do reino português:

[...] Vieira recorreu à alegoria do sal da terra, destacando a propriedade do sal em conservar. Para ele, a conservação da terra só seria possível se os

elementos: água (povo), fogo (eclesiástico) e ar (nobreza) se mantivessem juntos. Elementos distintos e diferentes que deveriam se unir e se compor de forma a garantir recursos para a manutenção do reino lusitano [...] (ASSUNÇÃO, 2014, p. 100).

A restauração, intrincada à teoria da Segunda Escolástica, se revelou um longo e doloroso processo para Portugal.

Ainda que firmemente alicerçados na ideia de “renascimento” da nação e de sua história, os portugueses tiveram que lidar com as dificuldades inerentes a esse processo, tais como o necessário reconhecimento da soberania portuguesa por parte dos gigantes mundiais no período, além dos muitos gastos obtidos com as guerras e a segurança das colônias ultramarinas.

Esse processo de crise, já em curso desde antes da Restauração, não sofrendo recuo algum após a retomada da autonomia do reino, praticamente impeliu os portugueses a buscarem novos caminhos para o estabelecimento de sua soberania política e estabilidade econômica. Todas essas mudanças e intempéries que afetaram o reino lusitano foram relatadas em muitos dos sermões de Vieira (Bons Anos) que, com persuasivo discurso defendeu a Dinastia de Bragança, e por meio dela, a chance de recuperação da glória portuguesa e de uma paz universal. Conforme Torgal (1977, p. 27), “(...) O Estado da Restauração significava a realização do genuíno pensamento político português – era a <<monarquia tradicional>>, paternalista, orgânica, corporativa, social, nacionalista e católica, que ressurgira com a aclamação de D. João IV.”

Estruturada sob a concepção da Segunda Escolástica, e, diga-se de passagem, não sendo um fenômeno caracteristicamente português, e resultante da contrarreforma, a restauração primou por adotar uma base teórica católica ortodoxa, e neste sentido, revelou-se menos flexível, demonstrando claro repúdio às doutrinas heréticas. Conforme Zeron (2014, p. 80), a Segunda Escolástica põe em discussão a teoria medieval dos direitos naturais que, segundo o autor, “[...] ao mesmo tempo em que serviu para legitimar o Estado moderno sobre as noções de soberania e comunidade internacional, plantou o germe da sua contestação revolucionária pelos seus cidadãos.” Segundo a Escolástica, o fato da lei e o direito natural serem comuns a todos os homens, facilitava a legitimidade da prática predatória dos conquistadores, validando juridicamente o processo de formação das sociedades coloniais americanas.

No caso português, a influência dominante no pensamento político da Escolástica se concretizou na aclamação de D. João IV ao poder e à conseqüente deposição de Filipe IV, o que reforçou a tão discutida e já mencionada origem popular do poder real. Portanto, podemos concluir que, segundo Torgal, “[...] o escolasticismo e o tradicionalismo, o paternalismo e o organicismo políticos, o catolicismo e o antimachismo, bem como o nacionalismo, são realmente característicos do pensamento da Restauração” (TORGAL, 1977, p. 14).

A historiografia em Vieira

Todo este organismo político-ideológico, anteriormente descrito, serviu como moldura ao cenário dos sermões vieirianos, e essencializados pela ideia de história do XVII, marcada por um compasso temporal muito peculiar, assinalado por uma religiosidade latente, influenciada pelos ares contrarreformistas. Segundo Lopes (2009), a história foi produzida no período, por escritores do gênero que

[...] estavam convencidos de que a história da humanidade só possuía sentido à luz dos Evangelhos. A História tornou-se um esforço de pura imaginação criativa sem qualquer apoio em documentos que não fossem as Sagradas Escrituras, lidas de certa maneira. Os principais autores no gênero foram Santo Agostinho e Eusébio de Cesareia LOPES (2009, p. 27).

É interessante observarmos o caráter das produções historiográficas do período, nas quais se incluem os sermões de Vieira, em sua maioria.

Herdeira de uma ideia de “imitação” característica de séculos anteriores, a historiografia do século XVII pouco se revelou na arte da criatividade. Segundo Lopes (2009), a ideia de história foi sendo gradualmente construída ao longo dos séculos e idades da história, e com efeito, conforme o historiador, os diversos gêneros de história produzidos (a historiografia) foram, de maneira progressiva, se desenvolvendo em direção à perda da transcendência e a um apelo maior à documentação. Neste sentido, a escrita histórica produzida nas primeiras idades era de teor narrativo; com o tempo, à medida em que a documentação passou a

dirigir o ofício do historiador, adotou-se a produção de uma escrita de caráter mais crítico. Isto se tornou notório no século XVIII.

Assim, poderíamos questionar o porquê de, na escalada da escrita histórica ocorrida ao longo dos séculos e períodos, o século XVII ter, em certa medida, referendado padrões narrativos, de origem medieval. Para tanto, não era suficiente apenas se levar em conta as “fontes” analisadas, mas, dado o contexto dos acontecimentos que envolveram a Europa, e, Portugal, em específico, as necessidades vinculadas a determinados segmentos sociais que exerciam domínio sobre as técnicas da cultura erudita e, portanto, mais próximos do poder político.

Vieira, diretamente envolvido com o núcleo político do poder, mantinha relações com vários elementos da nobreza, mesmo a despeito das diferenças existentes entre cada uma destas classes, pois tanto nobreza quanto clero possuíam divergências entre si: enquanto uns aderiram a um modelo mais liberal de governo, outros optavam pela preservação do modelo tradicional. Setores tradicionais do clero e da nobreza terminaram por alinhar seus interesses em prol da restauração. Importava restaurar a ordem perdida e, para tanto, somar esforços em torno da figura do monarca se tornava imprescindível. Uma burguesia letrada, de mentalidade conservadora, segundo Torgal (1981), em muito colaborou para dar o tom à sociedade dos últimos anos do período da restauração.

Esta ordem tão almejada encontrou fundamento escrito no corpus literário produzido no período que, necessariamente, foi de cunho político. Urgia convencer a população portuguesa acerca da necessidade de se restaurar o reino e, sobretudo, sob a liderança bragançina. Segundo Torgal (1981), “[...] a ideologia da Restauração servia um outro objetivo, este essencialmente de ordem interna – convencer todos os portugueses da justiça e do interesse da nossa razão, para que eles a apoiassem com o seu sacrifício, através das armas e do dinheiro” (TORGAL, 1981, p. 134).

Para tanto, se recorreu a um providencialismo místico que alçou Portugal à categoria de reino escolhido por Deus, e seu monarca, o rei eleito para conduzir o reino a um futuro de vitórias, inscritas num passado das conquistas portuguesas.

Assim, quase toda literatura produzida no período, de caráter historiográfico, o que inclui muitos dos sermões de Vieira, enquadrava-se numa diretriz prática. Para Torgal (1981, p. 136), esses escritos também se

prestavam a convencer os Estados estrangeiros: alguns com argumentação histórico-jurídica e histórico-política e outros com um sentido essencialmente histórico-religioso, “destinando-se a <<provar>> sobretudo o caráter miraculoso do nosso movimento.”

A vasta gama de literatura produzida, estendia-se, do vasto sermônário produzido, tratados políticos, até composições poéticas variadas. De todo modo, o sermônário revelava um caráter político de forte poder persuasivo, com claro objetivo de preparar os portugueses para os tempos difíceis que viriam, ao mesmo tempo que, em contrapartida, incentivavam o fortalecimento da fé mediante a ação constante da Providência divina que conferia ao reino a certeza das vitórias futuras. A este respeito, Torgal (op. cit., p. 147) reforça que

O sermônário desempenhava, porém, um papel político ainda mais importante, conforme no próprio tempo foi reconhecido. Constituía a maneira mais directa de convencer e incentivar os portugueses para as difíceis tarefas que tinham à sua frente. Além disso, mais do que o texto meramente escrito os sermões tinham um público vasto e variado. A demonstração do sentido sagrado da nossa independência e da nossa luta contra a Espanha, através da utilização de textos comparativos extraídos de Bíblia ou das autoridades eclesiásticas, era usual no tempo, como era vulgar que se pregassem tais sermões em momentos particularmente significativos e com objectivos por vezes muito práticos (TORGAL, op cit., p. 147).

Pela fala do autor, apreende-se que a parenética possuía um caráter eminentemente aplicável à realidade de seu tempo, tecendo críticas sobre vícios e costumes considerados danosos à sociedade, despertando a consciência portuguesa para questões importantes de seu tempo.

Esses discursos morais, consubstanciados nos sermões, terminaram por assumir um caráter historiográfico resultante do espírito reinante no período, em especial na sociedade portuguesa, e traduziram uma ideia de história para os setecentos impregnada pela religiosidade latente do barroco.

Considerações finais

De fato, o século XVI engendrou mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas que, uma vez consolidadas no XVII, fortaleceram as bases da sociedade de corte europeia, legitimando os valores

intrínsecos a ela. Definia-se, assim, a essência da razão de Estado absolutista, alicerçada na prática do bem comum. Nessa dinâmica, a figura do monarca assumiu notável importância, na medida em que representava a ordem social e o equilíbrio político do reino.

Em Portugal, D. João IV, o “soberano” dos sermões vieirianos, assumiu, como o rei eleito por Deus, a liderança da missão cristianizadora no mundo, prefigurando a cabeça do corpo místico dessa sociedade permeada por profundas mudanças resultantes dos ares da contrarreforma e da conquista do ultramar.

Caberia a esse soberano eleito receber a orientação necessária que pudesse lhe conferir segurança na arte da “boa governança” e prudência no trato das questões do reino, função esta que, somente a História, mestra de todas as disciplinas, poderia lhe fornecer. Coube, portanto, aos historiadores e tratadistas do período, a tarefa de fornecer o arcabouço teórico necessário aos monarcas, a fim de que estes pudessem governar com sabedoria e prudência diante das situações que se apresentassem.

Antônio Vieira, um sacerdote cujas funções superaram as fronteiras da fé, desempenhou papel fundamental nesse sentido, absorvendo da história os méritos necessários para alçar o reino português, representado por D. João IV, à sua condição soberana de líder cristão do Novo Mundo. Para tanto, ainda que sua produção escrita tenha sido gestada à sombra da Providência divina, manteve fiel referência à produção historiográfica do período, seja pelos conhecimentos e contatos que possuía, mas, principalmente, pela urgência da legitimação da aclamação do monarca português diante de um momento crítico vivenciado pelo reino.

Ao que tudo indica, Vieira recorreu à história em suas múltiplas dimensões e possivelmente inaugurou uma nova produção escrita no período, que, uma vez referendada por modelos do passado, desencadearia ações prudentes no presente, com vistas ao porvir.

Esta história, não cegamente submetida aos modelos do passado, passou a estabelecer a distinção entre os sucessos passados e os acontecimentos presentes que intentava justificar.

Mesmo por conta das influências das obras de Descartes, que delinearam uma separação entre a fé e a razão, a historiografia produzida ao longo do século XVII, cujos traços marcam os sermões de Vieira, ainda que tenha buscado referências em vitórias e exemplos do passado português, tendo como pano de fundo a

ação divina providencial, manteve na ordem do dia a noção de tempo oportuno, aberto à ação humana para a construção de sua história.

Por fim, o que Vieira propôs foi uma forma muito particular de escrita que terminou por conceber uma nova história que, caminhando na contramão dos fatos, alicerçou-se no manejo de certezas inquestionáveis, que “estavam por vir”, pois encontravam-se fundamentadas numa concepção de história sagrada e providencial.

Referências

- ALVES, José Maria. *Bandarra – Sapateiro, Poeta e Profeta da Vila de Trancoso: Trovas Proféticas*. Texto extraído de <https://homeoesp.org/> em 01.10.2016.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. A Leitura do Pe. Antônio Vieira sobre os impasses econômicos do Império Lusitano. In *Revista História e Cultura*, São Paulo:Franca, v. 3, nº 2, pp. 89-107, 2014.
- CORDOBA, Luís C. *DE HISTORIA: Para Entenderla y Iscribirla* (1611). Madri:Instituto de Estudios Politicos, 1948.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. *O Brasil colonial: 1580-1720*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, v. 2, 2014.
- HESPAÑA, Antônio M. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político Portugal séc.XVII*. Coimbra:Livraria Almedina, 1994.
- HUGO, Victor. *O Corcunda de Notre Dame*. Rio de Janeiro:Zahar, 2013.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo:Cia das Letras, 1998.
- LOPES, Marcos A. *Idades da História: figuras e ideias do pensamento político histórico moderno*. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2009.
- LOUREIRO, Marcello José G. A Segunda Escolástica e a Legitimação do Poder no Portugal Restaurado (1640-1650) In *Caminhos da História*, v. 7, Edição Especial, pp. 123-130, 2011.
- OLIVEIRA, Maria Leda. Antônio Vieira: a história e o futuro In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, pp. 1-12, 2011.
- SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal: a Restauração e a Monarquia absoluta: 1640-1750*. Lisboa:Editorial VERBO, 1980.
- SERRÃO, José. *Os antecedentes da restauração ao período pombalino*. Texto extraído de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/485/5/18024_ULFL063619_TM_Os_antecedentes_da_Restauracao_ao_periodo_pombalino.pdf, em 09.09.2016.
- . *História breve da Historiografia portuguesa*. Lisboa:Editorial VERBO, 1962.
- TORGAL, Luís Manuel R. A Restauração: Breves reflexões sobre a sua historiografia In *Revista de História das Ideias*, v.1, 1977, pp. 23-40.

- TORGAL, Luís Manuel R. *Ideologia política e teoria do Estado na restauração*. Coimbra: Biblioteca geral da Universidade de Coimbra, v.1, 1981.
- VILLALTA, Luiz Carlos. El-Rei, os vassallos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do Códice Costa Matoso In *Vária História*, Belo Horizonte, v.21, pp. 222-236, 1999.
- ZERON, Carlos Alberto M.R. A Ocidente do Ocidente: Linhas e perspectivas em confronto. In *Revista de História* (São Paulo), nº 170, pp. 77-106, jan./jun., 2014.

LA MEMORIA DEL *POPOL VUH* EN LA HISTORIA Y LITERATURA DEL PUEBLO MAYAS-QUICHÉS

Josinaldo Oliveira dos Santos*
Adna Maria de Souza Calheiros**
Guilherme dos Santos Costa***

Este trabajo examinará la importancia de la memoria del *Popol Vuh* en la historia y la literatura del pueblo Mayas-Quichés en México, verificará también la civilización Maya, que se destacó en el medio de otras civilizaciones como Azteca e Inca. La civilización Maya tuvo un avanzado grado de desarrollo social, tanto en la cultura como en la escrita, pues poseían una lengua con más de 700 signos lingüísticos y también era un pueblo destacado por su importancia histórica y por su imponente arquitectura.

Investigaremos el origen y división del *Popol Vuh*, empezando con la historia de la obra y cómo ha llegado hasta a diversas regiones del mundo, pero también la dedicación e interés de algunos estudiosos por la gran importancia de la obra para la literatura y cultura mexicana y mundial.

El libro estudiado ha llegado en diversas partes del mundo, siendo conocido, leído y admirado por grandes escritores y estudiosos; él está dividido en cuatro partes, pero Recinos (2005) lo distinguió en tres. Esta investigación está basada en los teóricos como Llorente García (2002), Recinos (2005) y Vázquez y Díaz (2009).

La contribución que deseamos con ese trabajo es que el *Popol Vuh* no sea no solo un libro sagrado para los Mayas-Quichés, pero, que su divulgación, sea consagrada por ser una obra en el rol de las más importantes de las civilizaciones, que el mundo conoció y muchos han aprobados por su capacidad de retratar la vida de un pueblo a través de la literatura, fundamentado nuestra investigación en los estudios de Recinos.

Esta investigación está dividida en tres secciones, en la primera sección hablaremos sobre la *Contribución de la civilización Maya*, con el objetivo de mostrar la importancia de esta para la historia de América.

En la segunda sección hablaremos sobre la *Literatura y cultura Maya*, pasando por la religión y otros aspectos interesantes de esa cultura, con objetivo de contribuir para el enaltecimiento de ya tan gran civilización.

La tercera sección estará hablando sobre el *origen y división del Popol Vuh*, que es la obra en la cual tenemos nos basado para la realización de esta investigación, el objetivo que pretendemos es hablar del *Popol Vuh* desde su origen, pasando por su división hasta que llegemos en su trayectoria para la historia.

Contribución de la civilización maya

En esta sección discutiremos sobre la cultura y la identidad Maya, su valor en el transcurso de la historia y presentaremos la influencia que ella tuvo en la cultura mexicana.

Serán percibidas en ese capítulo la grandiosidad de la civilización Maya y el porqué de ella tener se destacado en el medio de civilizaciones como las Inca y Azteca, como también la organización y el avanzado grado de intelectualidad en que ellos fueron encontrados, aislado del resto del mundo, los mayas han logrado éxito en la escrita, arquitectura y organización social-política y administrativa.

Dentro de la cultura mexicana veremos los aspectos extraídos de la cultura maya, el tema abordado en este capítulo es de gran importancia para la cultura y literatura general, por tratar de la identidad cultural de este pueblo. Segundo Llorent García (2002),

El tema de identidad y derechos de los pueblos indígenas constituyen un punto fundamental y de

* Universidade de Piauí. Contato: donjosinaldo@hotmail.com

** Universidade Federal de Alagoas.
Contato: adnaphd@hotmail.com

*** Universidad de Piauí. Contato:
guilherme_corinthians@hotmail.com

trascendencia histórica para el presente y futuro de México. Y la educación juega un papel fundamental decisivo para su conservación y desarrollo (LLORENT GARCÍA, 2002, p. 103).

La importancia de la educación para una buena conservación de la conciencia mexicana al respecto de la identidad y derechos de los pueblos indígenas en su trascendencia histórica para el presente y futuro de México, se da por medio de la concientización de toda la sociedad, para que los indígenas sean respetados y tengan sus derechos garantizados. Ahora hablaremos un poco sobre la importancia de la integración de los grupos étnicos de México, sobre la mirada de Llorent García (2002) que habla a respecto de este asunto.

Actualmente el proceso de globalización en que está sumido todo el planeta hace peligrar la diversidad cultural del México, debemos apostar por la educación como el mejor baluarte para la integración en igualdad de los diferentes grupos étnicos de México, sin dejen atrás su identidad cultural (LLORENT GARCÍA, 2002, p. 103).

La citación nos muestra la importancia de la educación para una igualdad entre las diversas etnias existentes en el México. Una vez más la educación se presenta como punto fundamental, para que todo que proviene de la globalización no deje que las culturas ya existentes queden para atrás y sean olvidadas con el pasar de los años. Llorent García habla también sobre la construcción de esta identidad, veamos lo que él dice a respecto de este asunto:

La construcción de la identidad cultural es un fenómeno que aparece a través de la dialéctica entre el individuo y la sociedad. Las identidades se construyen por medio de un proceso de diferenciación por los actores para los que son sujetos de sentido y aunque se puedan originar en las instituciones dominadas, sólo lo son si las figuras sociales las hacen propias y sobre esto último construyen su significación, como ocurre con una civilización dominada respecto a la sometida (LLORENT GARCÍA, 2002, p. 108).

Para que haya una comprensión de que la identidad cultural es algo unilateral, es preciso existir una interacción, protagonizada por los individuos y desde el exterior que deben ser lideradas por otras sociedades, así tanto las identidades culturales como

las individuales pueden ser comprendidas, haciendo así una integración de los individuos con sociedades distintas de la suya.

La construcción de la identidad cultural es un fenómeno que aparece a través de la dialéctica que debe ocurrir entre el individuo y la sociedad. Llorent García habla también sobre la importancia de la comunicación por medios de las interacciones sociales cercanas.

La comunicación oral es medio para interacciones sociales cercanas y primarias en la unidad familiar, vecinal y hasta comarcal. Junto con el idioma, los actos ceremoniosos y festejos también son parte de esa identidad cultural. Pero el lenguaje además se muestra como esencia de la cultura, especialmente a nivel de socialización y transmisión generacional de los principios y valores del grupo indígena (LLORENT GARCÍA, 2002, p. 109).

La importancia de la comunicación para las relaciones e interacciones en el medio social, segundo el *Popol Vuh* (2005):

En seguida se pusieron a tocar la flauta, tocando la canción de Hunahpú-Qoy. Luego cantaron, tocaron la flauta y el tambor. Después sentaron junto a ellos a su abuela y siguieron tocando y llamando con la música y el canto, entonando la canción que se llama Hunahpú-Qoy (*POPOL VUH*, 2005, p. 68).

En la cita, la demostración de una fiesta ocurrida en esa tribu, donde los indios tocaban sus flautas y tambores para divertirse y hacer con que los malvados fuesen atraídos por la música para recibir el castigo, dejando así una muestra de la importancia de los bailes para esa civilización, pues además de alegrar sus creadores, servían para poner orden en los soberbios. Conforme Vázquez y Díaz (2009):

La sociedad maya presenta rasgos peculiares que la hacen diferente de las otras sociedades mesoamericanas. Estos elementos distintivos son: 1º, el empleo de una escritura jeroglífica compuesta por más de 700 signos; 2º el uso de la bóveda falsa en arquitectura; 3º, el desarrollo de una escultura monumental de carácter religioso que asocia la estela y el altar; y 4º, un sistema para medir el tiempo que parte de una fecha concreta (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 43).

Se percibe que la sociedad Maya tenía rasgos peculiares que la hacían distinta de las otras

civilizaciones, su desarrollo frente a la escritura, su arquitectura avanzada para los patrones de la época, su desarrollo en la escultura y el sistema para medir el tiempo, ellos tenían un alto grado de desarrollo en diversos aspectos de su civilización, además de poseer una organización social basada en el parentesco, como veremos a seguir.

La estratificación social maya se basaba en el parentesco. Este hecho, sin embargo, no indica que los mayas formasen una sociedad igualitaria porque sus clanes se dividían en linajes (grupos de familias) inferiores y superiores, según estuviesen más o menos alejados del antepasado fundador. De forma que los descendientes directos del hijo primogénito del creador del clan ocupaban la posición social más elevada, los linajes procedentes de los primogénitos de sus hermanos, la escala inmediatamente inferior, y así sucesivamente (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 46).

La organización social era basada en el parentesco o linaje familiar, y que por eso aquellos que eran más cercanos de los primogénitos del fundador del clan tenían un grado social más elevado. De esta manera cuanto más distante quedaba la persona del primogénito del fundador del clan, menos privilegios ella tenía dentro de su comunidad y de la organización social existente en aquel pueblo. Lo que dice el *Popol Vuh*, (2005) sobre las generaciones de los reyes de los Mayas-Quichés:

Gucumatz y *Cotuhá*, principio de los reyes portentosos, que fueron la quinta generación.
Tepu e *Iztayul*, del sexto orden.
Quicab y *Cavizimah*, la séptima sucesión del reino.
Tepu e *Iztayu*, octava generación.
Vahxaqui-Caam y *Quiacab*, décima generación de reyes.
Oxib-Queh y *Beleheb-Tzi*, la duodécima generación de reyes. Estos eran los que reinaban cuando llegó *Donadiú* y fueron ahorcados por los castellanos (*POPOL VUH*, 2005, p. 158).

Una parte de las familias y reyes que hicieron parte de la historia de los Mayas-Quichés, empezando de la cuarta generación, hasta la llegada de *Donadiú*, cuando fueron ahorcados por los castellanos.

Dentro de este periodo ha pasado la quinta generación, que fue en principios de los reyes portentosos, hasta la llegada a *Oxib-Nah* y *Beleheb-Tzi* que fue la duodécima generación de reyes los últimos antes da llegada de los castellanos a américa. Más

adelante en la historia de la civilización Maya en su organización política y administrativa, que siguiendo los patrones Vázquez y Díaz habla:

El gobierno de la comunidad recaía, lógicamente, en el linaje principal, que monopolizaban las tareas administrativas y, sobre todo, las religiosas. Los descendientes del antepasado fundador eran verdaderos dioses vivientes que ostentaban el mando político, económico, judicial y militar de la comunidad; y como tales tenían derecho a ceder a sus hermanos y sobrinos los cargos políticos de mayor responsabilidad (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 48).

Todo el poder estaba centrado en el linaje principal, que tenía el control sobre todo el desarrollo de la comunidad, desde las tareas administrativas pasando por las religiosas, su importancia era tan grande que ellos eran vistos como dioses en la comunidad, y debido a su influencia tenían el derecho de pasar a sus hermanos y sobrinos los cargos políticos de mayor responsabilidad. De esta forma, el grado de parentesco definía su importancia dentro de la comunidad y su participación en los cargos de esta.

La economía de los Mayas también estaba centrada en la importancia del parentesco existente dentro del clan, que como en otros sectores de la sociedad Maya, quién estaba más cerca del primogénito del fundador del clan tenía sus privilegios dentro de la comunidad, Vázquez y Díaz señalan:

En el plano económico, los mayas sacaron el máximo rendimiento a sus tierras, la actividad agrícola, la principal rama de la producción, se organizaba de acuerdo con el principio de parentesco, lo cual implicaba que la tierra pertenecía al *Ahau*, encarnación del grupo, quién la distribuía en función de las necesidades de cada familia (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 49).

Como vemos, la parte económica de la civilización maya no era distinta de los otros sectores, la parte dominante siempre tenía una gran influencia sobre las demás, teniendo el control sobre las divisiones de las tierras que por su vez estaban divididas de acuerdo con la necesidad de cada familia. Veamos a seguir lo que dice Vázquez y Díaz sobre el sostenimiento de la clase dominante y como debería ser hecho.

Las cosechas quedaban en el poder del campesino, si bien éste debía entregar una parte al señor para

contribuir al sostenimiento de la familia dominante y del aparato burocrático. La recompensa por esa cesión era doble. Por un lado, el linaje gobernante asegurada la existencia de los campesinos en épocas de crisis al suministrarles alimentos y ropas procedentes de los almacenes del estado. Por el otro, efectuaba los ritos necesarios para atraerse el favor de los dioses de la lluvia y la vegetación (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 49).

La importancia de las clases dominantes para la civilización Maya, además de sostener a los campesinos en los tiempos de crisis, ellas tenían el papel de hacer los rituales, fundamentales para traer los favores de los dioses de la lluvia y la vegetación, sin dejar de citar aquí el papel de los campesinos en destinar parte de su producción para el sostenimiento de las clases dominantes y sus familias, contribuyendo también para el aparato burocrático. Vázquez y Díaz aún hablan sobre la religión y la historia de la civilización Maya. Veamos ahora lo que ellos hablan sobre la religión de aquel pueblo:

La religión maya fue sobre todo y ante todo un instrumento político, un arma que permitió a las castas superiores dominar a una sociedad de campesinos autosuficientes que no necesitaban tipo de autoridad suprema para sobrevivir, como se demostró tras el colapso político que puso fin a la etapa clásica. La principal deidad del panteón maya era Itzamná, el dios creador y conservador de la especie humana (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, pp. 50-51).

La religión de la civilización Maya era sobre todo y ante todo un instrumento político, lo cual permitía a las castas superiores dominar una sociedad de campesinos autosuficientes que no necesitaba de la autoridad suprema para sobrevivir, como fue demostrado a lo largo de la historia de la civilización Maya. La principal deidad del panteón Maya era Itzamná, que era el dios creador y conservador de la especie humana, entre otras existentes en esa civilización que tenía varios dioses.

Otro punto importante de la civilización Maya son las ciencias y artes que para muchos fueron los griegos del Nuevo Mundo. Veamos lo que Vázquez y Díaz hablan al respecto:

Se ha dicho de los mayas que fueron los griegos del Nuevo Mundo. Lo cual es del todo cierto, porque pocos pueblos desarrollaron una cultura tan abstracta e intelectual como los habitantes de las selvas del Péten. Tal vez por ello los mayas gozan de un

reconocimiento mayor que los incas y los aztecas. La alta categoría intelectual de este pueblo se plasma en tres campos: la aritmética, el calendario y la escritura jeroglífica (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 52).

Este grado intelectual avanzado les dio un reconocimiento mayor que los aztecas e incas, su alta categoría intelectual se dividía en tres campos: la aritmética, el calendario y la escritura jeroglífica, que como vimos en el inicio de este trabajo era compuesta por más de 700 signos, siendo así una civilización admirable por todo lo que construyó a lo largo de su existencia. Su historia está dividida en tres grandes periodos. Como afirma lo que dice Vázquez y Díaz:

Desde el punto de vista temporal, la larga historia maya se inicia en el Formativo y se extiende hasta la Conquista española. Abarca, por lo tanto, unos 2.600 años, separados en tres períodos: Formativo, entre el siglo X a. C y el siglo III d. C.; Clásico (siglos III al X d. C.); y Posclásico, de la décima centuria a la Conquista (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 44).

Literatura y cultura maya

La literatura y cultura Maya, abordada por sus principales aspectos y por la importancia de ambas para el desarrollo de la civilización, son muy ligadas una a la otra, puesto que una va acrecentando y sumando en la otra, complementándose y dando sentido cada una a su vez.

La literatura Maya en el descender de la historia está íntimamente ligada a forma de como aquel pueblo se expresaba, sus creencias, lo que los mantenían en contacto con los demás de su tribu, y establecía un parámetro entre ellos, así la literatura los dividían en grupos que a pesar de no tener una literatura propia tenía la ambición de conquistarla.

La cultura Maya estaba relacionada con la literatura en los más diversos puntos, desde su importancia hasta la relación que ellas tenían entre sí, la cultura por su vez abrazaba muchas más cosas del cotidiano de los pueblos Mayas del que la literatura.

La importancia de la literatura y cultura Maya para la construcción de la literatura y cultura mexicana, es hablar de la literatura y cultura de un pueblo que tiene una contribución fantástica para los hispanoamericanos. De acuerdo Acosta García (2004),

La riquísima literatura maya ilustra la vida de esta cultura. Obras como el Rabinal Achí, el Popol Vuh, El Chilam Balam son muestra de ello. Lo que sí fue destruido con la conquista es el modelo de civilización que, hasta la llegada de los primeros españoles, había generado milenios de historia (ACOSTA GARCÍA, 2004, p. 2).

La literatura maya en cuanto al modo de producción está dividida en dos grupos, de acuerdo con Perramón (1993),

En cuanto al modo de producción podemos decir que la literatura maya se divide en dos grupos: oral y escrita. En relación a esta última y su representación gráfica, en una primera época fue glífica y desde el siglo XVI alfabética. Mientras, la literatura oral será uno de los ejes que permanecerá fijo a lo largo de los siglos, pues el tipo de literatura a convertirse en el pilar básico para la conservación de la lengua y la cultura maya (PERRAMÓN, 1993, p. 1989).

De acuerdo con Perramón, la literatura maya está dividida en dos grupos, oral y escrita, esta última teniendo una evolución hasta la alfabética desde el siglo XVI, la parte oral de la literatura permaneció fija a lo largo de los siglos, puesto que este tipo de literatura tiende a ser un pilar básico para una posible conservación de la lengua y de la cultura Maya. Más adelante en la historia de la literatura Maya veremos que ella es un producto de la comunidad y no una creación personal, aún segundo Perramón (1993):

La literatura maya es en general, producto de la comunidad y no creación personal: existe lo que podríamos llamar un yo relator. Este aspecto va íntimamente relacionado con la importancia histórica de la literatura maya. La memoria colectiva resguardado, de hecho, durante generaciones la esencia del origen y de la historia del pueblo maya (PERRAMÓN, 1993, p. 190).

La literatura Maya es un producto de la comunidad y no de una creación personal, aunque exista un *yo relator* eso no la cualifica como una literatura personal.

Los posibles géneros de la literatura Maya que son señalados por Sodi (1983, p. 7) son: “La mayor parte de los textos que se conservan, a pesar de sus valores poéticos y literarios son eminentemente religiosos, proféticos e históricos”.

En la citación hay un cierto cuestionamiento sobre la literatura Maya, puesto que la gran mayoría de estos textos que hasta hoy se conservan son eminentemente religiosos, proféticos e históricos, además de sus valores poéticos, la predominancia de textos puramente religiosos tiende a sacar la real importancia literaria de estos textos. La literatura oral Maya vemos que según Perramón, en aquella época ya existían los cantos poéticos y las canciones populares.

Los cantos poéticos e las canciones populares que se interpretan en las escenificaciones pertenecen a la literatura oral que sin duda se desarrolló con mucha antelación a la literatura escrita pues estaba presente en los rituales de la comunidad (PERRAMÓN, 1993, p. 190).

Los cantos poéticos y las canciones populares, ya se hacían presente mismo en las épocas más remotas de la literatura Maya, que sin duda ayudó a la literatura oral tener una antelación significativa a la literatura escrita, tratándose de su desarrollo, pues que estaba presente en los rituales de la comunidad, haciendo notorio la presencia de estos cantos y canciones populares Mayas.

Entre las manifestaciones culturales de los mayas, están la religión, los ritos, las artes, su sistema de escritura, la música y la pintura, veamos lo que dice Hernández García (2008) sobre las manifestaciones culturales Mayas:

Dominando la mayoría de los aspectos de la vida de los mayas, se encontraba la religión, siempre presente y dejando sentir su influencia en los ritos agrícolas, en las ceremonias públicas en el arte y en la cultura. Su importancia fue muy grande, si se toma en cuenta que estuvo fuertemente ligada al control político, a la ideología que sustentó a la civilización maya y que, como las ciencias, estuvo también en manos de un grupo especializado, el de los sacerdotes (HERNÁNDEZ GARCÍA, 2008, p. 29).

La religión tenía un papel muy importante dentro de esa civilización, puesto que en la mayoría de los aspectos de la vida de los Mayas, estaba la religión, además de ser un importante medio de control político, una ideología que sustentó la civilización maya, y que como otras partes de las importantes de la civilización estuvo en las manos de un grupo especializado: lo grupo de los sacerdotes, la religión también se hacía

presente en los ritos agrícolas, en las ceremonias públicas, en el arte y en la cultura Maya, o sea, en casi todo lo desarrollo de esta civilización.

Los mayas eran politeístas, o sea, adoraban a varios dioses a la vez, su religión tenía aspectos naturalistas, los dioses eran los elementos, los fenómenos atmosféricos, y los cuerpos celestes, ella partía de un principio de que el bien y el mal son igualmente divinos. Los dioses del bien estaban en constante lucha con los dioses del mal, pero eran tan inseparables uno del otro como el día de la noche (HERNÁNDEZ GARCÍA, 2008, p. 29).

Dentro de la religión Maya existían también los ritos, que eran una parte fundamental, donde ellos tenían la oportunidad de pedir los dones de la vida como veremos en la citación a seguir.

Las pirámides son sus templos y los fieles asistían a las ceremonias al aire libre, abajo y al frente, de la pirámide-templo. Solicitaban de sus dioses los dones de la vida, la salud y el sustento, para Morley la oración formaba un elemento esencial del ritual maya, y la ayuda de los dioses se buscaba en todo género de actividades, en la adivinación, profecía y horóscopos, en los ritos de la pubertad y del matrimonio, en toda clase de ceremonias generales para librarse de dificultades y para reprimir el diablo (ANDREWS, 1995, p. 32).

Las ceremonias religiosas eran realizadas en las pirámides, que para ellos eran considerados sus templos, los fieles por su vez asistían las ceremonias en el aire libre, abajo y al frente de la pirámide-templo, en sus ceremonias ellos pedían a sus dioses los beneficios de la vida que eran también llamados de los dones de la vida, como la salud y el sustento dentro de los elementos esenciales del ritual religioso estaba la oración, que era nada más del que una forma de si buscar la ayuda de los dioses.

Los Mayas también buscaban la ayuda de los dioses a través de la adivinación, profecía y horóscopos, en los ritos como los de la pubertad y del matrimonio y en toda clase de ceremonias generales para que los dioses pudiesen librarlos de las dificultades y reprimir el diablo con sus malos deseos e intentos. Otra parte importante de los ritos Mayas eran las fiestas a los dioses, y las danzas donde raramente los hombres y mujeres bailaban juntos. De acuerdo con Dorado (2006),

La danza era también una parte importante del ritual. Tanto hombres como mujeres tenían sus bailes particulares y rara vez bailaban juntos, las fiestas dedicadas a los dioses se celebraban en las fechas fijas establecidas por el tzolkin o calendario ritual. Los sacerdotes organizaban las ceremonias, la ornamentación de los templos y la presentación de las ofrendas. Había también juegos de pelota, dramatizaciones, procesiones y otros festejos (DOURADO, 2006, p. 32).

La ornamentación de las fiestas de los dioses tenía los sacerdotes como encargados por la organización de las ceremonias incluyendo la ornamentación de los templos y la presentación de las ofrendas. Había también en los rituales los juegos de pelotas, dramatizaciones, procesiones y otros festejos existentes en la aquella época, y todo era hecho para la bendición de los dioses y para que los dioses les diesen salud y sustento. La cultura Maya y su importancia para la formación de la cultura mexicana, tiene como base algunas citaciones del libro *Popol Vuh*, conforme Díaz Bolio (1995),

Es pues con grandes detalles de descripción y la narración de cómo fue formado todo, el cielo y la tierra, cómo fue hecho con cuatro esquinas y cuatro lados, cómo fue medido y fueron puestas estacas, cómo fue doblada y extensión del cielo y de la tierra. Fue hecho de cuatro y cuatro lados por Tzákol Bitol, se dice, la madre y el padre de la vida y de la creación, la creadora y el cuidador: la que dio luz y el que mira por el bien de la verdadera taza y los hijos; pensadores que tenían sabiduría para todo, dondequiera que hay tierra, lagos y mares (DÍAZ BOLIO, 1995, p. 12).

La preocupación que Díaz Bolio tiene en hacer un relato fidedigno de lo que ocurrió en la creación del *Popol Vuh* muestra la riqueza de detalles en cada línea en cada cosa creada por los dioses, en cada parte de su obra, su interés en hacer una cosa buena, una cosa admirable que les llenasen los ojos al final de su tan magnífica obra. Sobre la creación de la tierra el *Popol Vuh* (2005) habla:

¡Hágase así! ¡Que se llene el vacío! ¡Que se esta agua se retire y desocupe [el espacio], que surja la tierra e que se afirme! Así dijeron. ¡Que aclare, que amanezca en el cielo y en la tierra! No habrá gloria ni grandeza en nuestra creación y formación hasta ni grandeza en nuestra ceración y formación hasta que exista la criatura humana, el hombre formado, Así dijeron.

Luego la tierra fue creada por ellos. Así fue en verdad como se hizo la creación de la tierra: - ¡Tierra!, dijeron, y al instante fue hecha (*POPOL VUH*, 2005, p. 24).

En esa parte hay una narración de todo lo que ocurrió y, de los hechos que se sucedieron hasta el término de la creación, donde podemos ver claramente la siguiente expresión; “¡Tierra!, y al instante fue hecha”, finalizando así la narración de esta creación.

La condición social de los pueblos del Continente americano antes de que los españoles llegasen segundo Recinos (2005) creía que las personas encontradas aquí no estaban como se hablaban en un grado inferior al de los pueblos del otro continente como se dice durante muchos años, conforme afirma en esa citación:

Los pueblos del Continente americano no se encontraban al tiempo del descubrimiento en el estado de atraso que generalmente se cree. En lo material habían alcanzado un notable grado de adelanto, a pesar de su aislamiento del resto del mundo, como lo demuestran las obras de arquitectura, los caminos de los incas del Perú y de los aztecas, del México y los mayas de Yucatán y Guatemala, la organización social-política y las conquistas en el orden intelectual (RECINOS, 2005, p. 7).

No es de impresionarse que los colonizadores tengan se sorprendido con tan gran nivel de desarrollo encontrado en el Continente, ya que aquellos pueblos vivían en total o parcial aislamiento del resto del mundo que llega a ser absurdo pensar cómo llegaron tan lejos con tan poca cosa ofrecida, y sin sufrir influencias externas.

La literatura Maya-Quinché se da con la descubierta del libro que ocurrió por vuelta del año de 1968, por el padre Ximénez que al pasar de los años ha ganado la confianza de los indígenas que por su vez le entregaron el libro sagrado.

Gracias a su carácter bondadoso y a su espíritu comprensivo de la psicología y necesidades de los indios antiguos, el padre Ximénez logró inspirarles confianza y consiguió que le dieran a conocer un libro escrito pocos años después, en la lengua quinché, con el auxilio del alfabeto castellano (RECINOS, 2005, p. 8).

Se percibe la influencia del padre Ximénez en aquel poblado, puesto que él como uno de los que

vinieron para tomar las riquezas de los colonizados ahora tenía ganado la confianza de los indios, a tal punto de ellos les confiaren su libro sagrado en las manos de él, que ha dedicado su vida para traducirlo al español y divulgar algo que él acabara de conocer, que tenía un valor histórico y cultural muy largo para la historia de los pueblos Mayas.

Levando en cuenta este hecho de la historia envolviendo dos grupos de personas totalmente distintas, percibimos la importancia del respeto existente entre una persona y otra que en este caso fue fundamental para la que la historia de la civilización Maya estuviese aún más destaque en el medio de las otras como incas y aztecas.

Veremos ahora como se dio la traducción de este libro no solo para el español, pero también en otras lenguas como veremos a seguir en otra citación de Recinos.

El padre Ximénez se interesó vivamente en el hallazgo, y hallándose ya en posesión del idioma indígena, pudo enterarse del gran valor del manuscrito que había caído en sus manos, y se dedicó con ahínco a estudiarlo y traducirlo a su propio idioma. Como garantía de la veracidad de su traducción, el buen fraile transcribió íntegro el texto quinché del documento indígena, y junto a él, en columnas paralelas, insertó su traducción castellana (RECINOS, 2005, pp. 9-10).

El interés del padre Ximénez fue el cuidado al traducirlo para el castellano, él ha contribuido mucho para que ese libro estuviese traducciones en las más variadas lenguas habladas alrededor del mundo, pero también por su aportación literaria y cultural para todas las generaciones y pueblos dentro de la historia de las civilizaciones precolombinas.

Origen y división del *Popol Vuh*

El origen y división del *Popol Vuh*, basado en los estudios que Recinos (2005) ha hecho sobre este libro, empezaremos sobre su origen, donde fue escrito, cómo fue descubierto, y su trayectoria, hasta ser traducido en las más diversas lenguas, y llegado a los pueblos alrededor del mundo.

El *Popol Vuh* fue un libro que ha despertado la curiosidad no solo de los estudiosos que le transcribieron, puesto que es un libro rico en cultura, religión y además de eso ha se tornado un marco de

la historia literaria general, dando así, lo debido valor a los Mayas-Quichés, pueblo ese de donde salió el escritor de este libro.

Los datos indican que el *Popol Vuh* fue escrito alrededor del año 1550, posiblemente escrito por el indio Diego, está dividido en cuatro partes, pero puede ser distinguido en tres, la autenticidad de esta obra es incontestable, sin embargo, no podríamos dejar de hablar que el libro tuvo gran influencia del cristianismo, puesto que el indio por ser hijo de los jefes tuvo contacto y fue catequizado por los españoles, conociendo así la Santa Biblia.

En aquella época, la literatura oral era muy utilizada para pasar a los más jóvenes la historia cultural religiosa y literaria de los poblados, de esta forma, el indio Diego, escribió el *Popol Vuh* bajo la influencia de su cultura, literatura y la gran diversidad natural que hacía parte de su vida desde niño.

En el transcurso de la historia de los Mayas, los Maya-Quichés, se destacaron por sus producciones del orden literario, con el *Popol Vuh* como uno de los más destacados libros de esta civilización. En esta sección enfatizaremos su descubierta, hasta su publicación en español, que fue hecha por el Padre Fray Francisco Ximénez, segundo Recinos (2005):

A principios del siglo XVIII el Padre Fray Francisco Ximénez, de la Orden de Santo Domingo, que había llegado de España a Guatemala 1688 “en una barcada de religiosos”, desempeñaba el curato del pintoresco pueblo de Santo Tomás de Chuilá, hoy Chichicastenango, donde se conservaba y existe todavía la antigua tradición de los indios quichés (RECINOS, 2005, p. 9 destaque de Recinos).

Con la llegada del Padre Ximénez, a principios del siglo XVIII, que tenía venido en una barcada de religiosos, de España a Guatemala en 1688, se dio la descubierta de él a la antigua tradición de los indios Quichés, empezando así un cambio de informaciones, entre los que habían llegado y los que ya estaban en la América

La cita deja claro que el modo como el Padre Ximénez se comportó delante del poblado descubierto tuvo gran importancia para que el *Popol Vuh* fuese traducido y llegase hasta nuestros días. Recinos sigue hablando de esto encuentro de culturas distintas y su participación para que el *Popol Vuh* llegase hasta hoy.

El Padre Ximénez se interesó vivamente en el hallazgo, hallándose ya en posesión del idioma indígena, pudo enterarse del gran valor del manuscrito que había caído en sus manos, y se dedicó con ahínco a estudiarlo y traducirlo a su propio idioma. Como garantía de la veracidad de su traducción, el buen fraile transcribió íntegro el texto quiché a él, columnas paralelas, insertó su traducción castellana (RECINOS, 2005, p. 9).

La gran dedicación que tuvo el Padre Ximénez, puesto que, al descubrirla, dedicó su tiempo y todo su conocimiento adquirido en el transcurso de su vida para traducir y pasar adelante esta obra para que fuera conocida.

Más adelante Recinos continúa hablando sobre la manera que se dio, la publicación de esta obra, en otros países, y los escritores responsables por ese hecho, que dividió la cultura y literatura general.

Esta primera traducción del padre Ximénez no era muy clara; apegada estrictamente al original, a veces era difícil de leer y de oscuro sentido; pero él la revisó, la hizo menos literal y de más agradable lectura y la incluyó en el primer tomo de su extensa *Historia de la Provincia de San Vicente de Chiapa y Guatemala* que terminó hacia el año 1722. (RECINOS, 2005, p. 10 destaque del autor).

El Padre Ximénez tuvo la preocupación de no solamente transcribirlo, pero también hacerlo del modo que los lectores lo entendiesen, por ello, él hizo una segunda versión de la obra, donde su mayor objetivo fue tener la certeza que sus futuros lectores consiguiesen comprenderlo, además de añadir el primer tomo de su extensa *Historia de la Provincia de San Vicente de Chiapa y Guatemala* que terminó en el año 1722. Recinos continúa hablando sobre la gran repercusión que tuvo el *Popol Vuh*, y sus varias publicaciones alrededor del mundo.

Los trabajos del padre Ximénez permanecieron olvidados en el archivo del Convento de Santo Domingo, de donde pasaron en 1830 a la biblioteca de la Universidad de Guatemala. Allí los encontró en 1854 el viajero austriaco Dr. Carl Scherzer, y dándose cuenta de su valor se hizo extender una copia de la primera traducción de Ximénez y la publicó en Viena en 1857 con el título primitivo de *Las Historias del origen de los indios de esta provincia de Guatemala* (RECINOS, 2005, p. 12).

El *Popol Vuh* permaneció desconocido hasta 1854, cuando el viajero austríaco Dr. Carl Scherzer lo encontró y percibió la gran importancia que esta obra tenía, publicándolo en Viena en 1857 con el título primitivo de *Las Historias del origen de los indios de esta provincia de Guatemala*, más adelante Recinos, sigue diciendo, como el *Popol Vuh* llegó a otras, lenguas y pueblos.

El célebre americanista Charles Étienne Brasseur de Bourbourg llegó a Guatemala un año después de Scherzer y se interesó también por estas historias; adquirió no se sabe exactamente de qué manera, el manuscrito de Ximénez, y haciendo uso del conocimiento de la lengua quiché que aprendió durante el año que administró el curato del pueblo de Rabinal, se dedicó a traducirlo al francés. Volvió a su país, Brasseur publicó un hermoso volumen con el título de ‘Popol Vuh. Le Livre Sacré et les mythes de l’ américaine’. Este volumen, editado en París en 1861, contiene el texto quiché, la traducción de Brasseur y un erudito comentario, y desde su aparición fue acogido con vivo interés por el mundo científico de América y Europa (RECINOS, 2005, p. 12).

Charles Étienne Brasseur llegó a Guatemala un año después de Scherzer y se interesó por estas historias adquiriendo el manuscrito de Ximénez, haciendo uso del conocimiento de la lengua Quiché que tenía aprendido durante el año que vivió, y administró el curato del pueblo de Rabinal, ha dedicado su tiempo para traducir el *Popol Vuh* al francés.

Después de tener vuelto a su país, Brasseur publicó un hermoso volumen con el título de *Popol Vuh*, llamado *Le livre Sacré et les mythes de l’antiquité américaine*. Este volumen, editado en París en 1861, fue el texto Quiché, con la traducción de Brasseur, añadiendo un erudito comentario, que desde su aparición fue acogido con mucho interés por el mundo científico americano y europeo. Recinos, continúa a hablar sobre esta edición francesa de Brasseur.

La versión francesa de Brasseur fue a la vez traducida al castellano y en esa forma fue publicada en Centroamérica a fines del siglo pasado y luego reproducida en Yucatán. Otros trabajos sobre la mitología y la historia precolombina de Guatemala los países europeos por Bancroft, Brinton, Charencey, Chavero, Muller, Seler, Raynard, Spence, animados todos estos autores del interés que les había inspirado la aparición del *Popol Vuh* (RECINOS, 2005, p. 13).

La traducción francesa de Brasseur, ella fue publicada en Centroamérica a fines del siglo pasado y reproducida en Yucatán, la cita aún habla de otros trabajos sobre la mitología, y la historia precolombina de Guatemala, como, por ejemplo, Bancroft, Brinton, Chavero Muller, Seler, Raynard, Spence, que fueron responsables, por la divulgación del *Popol Vuh* en otras partes de Europa.

Conforme Recinos (2005) constatamos la gran importancia de este libro y su llegada a diversas lenguas y pueblos distintos, sobre una segunda versión del *Popol Vuh*, veamos la próxima cita.

Una segunda versión del *Popol Vuh* se debe al profesor George Raynaud, dedicado durante muchos años al estudio de las religiones y de los manuscritos indígenas americanos. Su traducción vio la luz en París en 1995 y fue trasladada al castellano dos años después con el título de *Los Dioses, los héroes y los hombres de Guatemala antigua o Libro del Consejo*. Dos traducciones alemanas de este libro han sido publicadas en Alemania: la primera por Noah Elieser Pohorilles, apareció en 1913 en Leipzig; la segunda se debe al Dr. Leonhard Scultze-Jena, de la Universidad de Marburgo (RECINOS, 2005, p. 13).

Una segunda versión del “Popo Vuh”, hecha por el profesor George Raynaud, que a lo largos de su vida tenía se dedicado al estudio de las religiones y manuscritos indígenas americanos. Esta traducción hecha por él, fue conocida en París en 1995, trasladada al castellano dos años después con el título de *Los Dioses, los héroes y los hombres de Guatemala antigua o libro del consejo*.

Poco después apareció dos traducciones de este libro publicadas en Alemania, la primera de Noah Elieser Pohorilles, fue conocida en 1913 en Leipzig; la segunda traducción alemán, se debe al Dr. Leonard Scultze-Jena, de la Universidad de Mamburg. A continuación, Recinos habla un poco más, sobre el proseguimiento de la historia del *Popol Vuh*.

Este distinguido americanista, que había recogido anteriormente las oraciones de los indios quichés y publicado un libro sobre la vida y las creencias de aquel pueblo americano, tuvo a la vista una copia fotográfica del manuscrito de Ximénez y publicó en Stuttgart en 1944 un hermoso volumen con el título de *Popol Vuh. Das heilige Buch des Quiche Indianer*. Tiene esta obra en mérito de haber reproducido el texto quiché tal como lo transcribió el padre Ximénez

y de haberse basado en él su versión alemana que, por esta razón, es más fiel y exacta que la versión francesa de Brausser (RECINOS, 2005, pp. 13- 14).

Vemos que Recinos tuvo hasta aquí la preocupación de dejar bien claro toda la trayectoria del *Popol Vuh* pasando por varias traducciones en diversos países hasta llegar al americanista que ha publicado su versión en Stuttgart en 1944, un hermoso volumen con el título de *Popol Vuh. Das heilige Buch des Quiche Indianer*, teniendo el mérito de tener hecho su traducción tal como transcribió el padre Ximénez, siendo ella más fiel y exacta que la versión francesa de Brasseur. Dos traducciones modernas en castellano que según Recinos tuvo su primera publicación en 1927, veamos cómo se dio esto.

Dos traducciones modernas en castellano han aparecido en los últimos años. La primera se debe al licenciado J. Antonio Villacorta y don Flavio Rodas, y fue publicada en Guatemala en 1927 con el título de Manuscrito de Chichicastenango (RECINOS, 2005, p. 14).

La cita deja claro que solo en 1927, aparecieron dos traducciones modernas del *Popol Vuh* al castellano, la primera se debe al licenciado J. Antonio Villacorta y don Flavio Rodas, la misma fue publicada en Guatemala con el título de Manuscrito de Chichicastenango. Recinos habla que su traducción fue publicada en México en 1947 bajo el título de *Popol Vuh. Las antiguas historias del Quiché*.

Por empeño de mi inolvidable amigo el arqueólogo Sylvanus G. Morley, mi versión castellana fue trasladada al inglés y publicada en 1990 por la imprenta de la Universidad de Oklahoma, Estados Unidos, en un bello libro que lleva el título de *Popol Vuh. The sacred Book of the Ancient Quiché Maya* (RECINOS, 2005, p. 15).

El *Popol Vuh* ha llegado hasta la lengua inglesa, además de tener sido publicada en 1990 por la Universidad de Oklahoma, Estados Unidos, cómo un bello libro, que lleva el título de *Popol Vuh. The Sacred Book of Ancient Quiché Maya*. La división del *Popol Vuh*, de acuerdo con los estudios de Recinos.

En el *Popol Vuh* pueden distinguirse en tres partes. La primera es una descripción de la creación y del origen del hombre, que después de varios ensayos

infructuosos fue hecho de maíz, el grano que constituye la base de la alimentación de los naturales de México y Centroamérica (RECINOS, 2005, p. 16).

Para Recinos el *Popol Vuh* puede ser distinguido en tres partes, en la primera ocurre una descripción de la creación del hombre, que después de varias tentativas mal sucedidas, fue hecho de maíz, que es la base de la alimentación de los naturales de México y Centroamérica. Veremos ahora una citación tirada del *Popol Vuh* (2005):

A continuación, entraron en pláticas acerca de la creación y la formación de nuestra primera madre y padre. De maíz amarillo y de maíz blanco se hizo su carne; de masa de maíz se hicieron los brazos y las primeras del hombre. Únicamente masa de maíz entró en la carne de nuestros padres, los cuatros hombres que fueron creados (POPOL VUH, 2005, p. 104).

Aquí es relatada la creación, de la primera madre y del primer padre, hechos solamente de la masa del maíz, dejando así, una importante muestra, de cómo la civilización maya, influenció la cultura mexicana, y aún la influencia hasta el día de hoy, puesto que el maíz es el grano, que forma la base de la alimentación en México. Como Recinos describe la segunda parte.

En la segunda parte se refiere las aventuras de los jóvenes semidioses Hunahpú e Ixbalanqué y de sus padres sacrificados por los genios del mal en su reino sombrío de Xibalbay; y en el curso de varios episodios llenos de interés se obtiene una lección de moral, el castigo de los malvados y la humillación de los soberbios. Rasgos ingeniosos adornan el drama mitológico que en el campo de la invención y expresión artística no tiene rival en la América precolombina (RECINOS, 2005, p. 16).

En esta cita percibimos que hay una especie de tribunal donde los soberbios son juzgados por los señores de Xibalbay; con el propósito de darles una lección de moral, en los malvados y soberbios. En la cita percibimos rasgos ingeniosos que dejan claro el uso del campo de la invención y expresión artística no tiene rival en América precolombina. De acuerdo con el *Popol Vuh* (2005):

El tercero de los soberbios era el segundo hijo de Vucub-Caquix, que se llamaba Cabracán.
-¡Yo derribo las montañas!, decía.

Pero Hunahpú e Ixbalanqué vencieron también a Cabracán. Huracán, Chipi-Caculhá y Raxa-Caculhá hablaron y dijeron a Hunahpú e Ixbalanqué:

-Que el segundo hijo de Vucub-Caquix sea también vencido. Ésta es nuestra voluntad. Porque no está bien lo que hace sobre la tierra, exaltando su gloria, su grandeza y su poder, y no debe ser así. Llevadle con halagos allá donde nace el sol, les dijo Huracán a los dos jóvenes (*POPOL VUH*, 2005, p. 45).

La vida de Hunahpú y Ixbalamqué, fueron dedicadas para buscar y matar los soberbios, ellos estuvieron un papel de destaque en esa historia, pues cualquiera que estaba utilizando su poder para perjudicar a alguien o en beneficio propio, ellos en obediencia a sus superiores iban allá y con astucia sacaban la vida. Lo que dice Recinos sobre la tercera parte del *Popol Vuh*.

La tercera parte no presenta el atractivo literario de la segunda, pero encierra un caudal de noticias relativas al origen de los pueblos indígenas de Guatemala, sus emigraciones, su distribución en el territorio, sus guerras y el predominio de la raza quiché hasta poco antes la conquista española. En esta parte se describe lo también la serie de los reyes que gobernaban el territorio, sus conquistas y la destrucción de los pueblos pequeños que no se sometieron voluntariamente al dominio de los quiches. Para el estudio de la historia antigua de aquellos reinos indígenas los datos de esta del *Popol Vuh*, confirmados por otros preciosos documentos, el Título de los Señores de Totonicapán y otras crónicas de la misma época, son de inestimable valor (RECINOS, 2005, p. 18).

En esta tercera parte, no es posible encontrar, los mismos atractivos literarios de la segunda, pero encierra en ella un caudal de noticias relativas a los pueblos indígenas de Guatemala, sus emigraciones y la distribución del territorio, las guerras, y el predominio de la raza quiché, hasta la conquista de los españoles en América. Veamos lo que habla el *Popol Vuh* (2005):

Quedáronse todos en vela en el camino y nada sintieron hasta que acabaron por dominarse. En seguida comenzaron a arrancarles las cejas y las barbas; luego les quitaron los adornos de metal del cuello, sus coronas y collares. Y les quitaron el metal del puño de sus picas. Hicieron así para castigarlos y para humillarlos y para darles una muestra del poderío de la gente quiché (*POPOL VUH*, 2005, p. 135).

Los Mayas-Quichés han se unido para pelear contra aquellos que les oprimían, añadiendo sus armas y astucia, para vencer el enemigo, y además de eso, ellos les sacaron sus objetos de metales, afines de humillarlos, dando así una muestra de gran poderío de ellos, venciendo y castigando los vencidos.

Se describe también la serie de los reyes que gobernaban el territorio, y la destrucción de los pueblos pequeños que no se sometieron voluntariamente al dominio de los Quichés. Para la antigua historia de aquellos pueblos indígenas los datos de esta parte del *Popol Vuh*, confirman preciosos documentos, el Título de los *Señores de Totonicapán* y otras crónicas de la misma época, que sin duda son de inestimable valor.

La producción intelectual que ha hecho con que los mayas se destacasen en el medio de las otras civilizaciones existentes en aquella época.

Si la producción intelectual marca el grado supremo de la cultura de un pueblo, la existencia de un libro de tan grandes alcances y mérito literario como el *Popol Vuh* es bastante para asignar a los quichés de Guatemala un puesto de honor entre todas las naciones indígenas del Nuevo Mundo (RECINOS, 2005, p. 18).

La producción literaria del *Popol Vuh*, vista en la cita, deja claro que los Quichés de Guatemala entraron de vez para el rol de las más importantes producciones literarias de América, marcando así su espacio en el medio, no solo literario, pero cultural y religioso, además de mostrar para el mundo su alto grado de desarrollo, en las más distintas formas de organización de un pueblo.

Consideraciones finales

El *Popol Vuh*, a pesar de ser una obra auténtica, tuvo influencia de varias otras historias, como la cristiana, además de ser un libro que muestra con mucha claridad la versión de su autor, el indio Diego, todo lo que él presenciaba, pero sin dejar de aplicar las cosas que él conocía desde niño, o sea, él hizo uso de la cultura de su pueblo, la naturaleza, los animales y todo aquello que le cercaba para dar a su obra un significado completo y palpable.

El indio Diego, que hacía parte de los Mayas-Quiches, más como hijo del rey, tenía influencia dentro de la comunidad, ya que en la historia de la civilización

Maya, quién estaba cercano del líder, o sea, aquello que tenía un cierto grado de parentesco con el fundador de la tribu era beneficiado, de todas las formas, en la organización de la economía, política, religión y todo que hacía parte de la civilización Maya.

Por lo tanto, él como hijo del rey, tuvo acceso a los más importantes pueblos que llegaban a su tribu, y aprendiendo con ellos, viendo su manera de comportarse, ha visto como los españoles eran disimulados, mentirosos traicioneros, y hacía cualquier cosa para darse bien en la vida, mismo que para eso estuviese que matar, engañar y traicionar las personas que no tenían la malicia que ellos.

De esta forma, Diego escribió el *Popol Vuh*, utilizando la literatura que él tenía aprendido de forma oral y escrita, para relatar la historia de los Mayas-Quichés, adecuando las personas de su pueblo y las que han llegado en el transcurso de la historia, trayendo para las personas los nombres, aprendido en el transcurso de su vida, a través del contacto que él tuvo con la historia, pasada de generación a generación por los cuentos y la literatura oral de su pueblo.

Entonces, ha utilizado las características de las personas creando una versión propia sin dejar de lado las cosas que aprendió con su cultura, literatura y naturaleza, además de hacer uso de la influencia que el catecismo tuvo en su vida, puesto que los españoles llegaron en 1500, y solo en 1524 el *Popol Vuh* fue descubierto, o sea, Diego tuvo tiempo suficiente para aprender el cristianismo y escribir el *Popol Vuh* bajo la influencia de la religión que los españoles han trasladada para los Mayas-Quichés.

Deseamos que esta investigación llegue a aquellos que aún no tuvieron la oportunidad de conocer esta obra, que sirva de fuente de investigación para que las próximas generaciones puedan recurrir al mismo para conocer los Maya-Quichés a través de su vasta cultura y literatura.

Referencias

- ACOSTA GARCÍA, María Alejandra; et al. *Atlas de México Educación Primaria*. 2. ed. Ciudad de México:Comisión Nacional de Libros de Texto Gratuito, 2004.
- ANDREWS, George. *Arquitectura maya: arqueología mexicana*. Ciudad de México:Raíces/INAH, 1995.
- DÍAZ BOLIO, J. *La geometría de los mayas y el arte crotálico*. Ciudad de México:Documento del Museo de Antropología, 1995.

- DOURADO, Miguel Rivera. ¿Influencia del cristianismo en el Popol Vuh?. In *Revista Española de Antropología Americana*. n° 30, Universidad Complutense de Madrid, pp. 137-162, 2006. < <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/05566533/articulos/REAA0000110137A.PDF>> Acceso em 28 jun. 2015.
- HERNÁNDEZ GARCÍA, Eulalia. Rituales y género entre las mujeres mayas de Campeche. México: *Revista Digital Universitaria*, v. 9, n° 7, 10 jul., 2008.
- LLORENT GARCÍA, Vicente Jesús. *La identidad Cultural Indígena: la educación ante la diversidad social mexicana*. Ciudad de México:Cuestiones Pedagógicas, 2002
- PERRAMÓN, Francesc Ligorred. *Literatura Maya: de los jeroglíficos al alfabeto latino*. Mérida:Universidad Autónoma de Yucatán, 1993.
- RECINOS, Adrián. *Popol Vuh: Las antiguas historias del Quiché*. 32° ed. Ciudad de México:Fondo de Cultura Económica, 2005.
- SODI, Demetrio. *La literatura de los mayas*. 6. ed. Ciudad de México:Edit. Joaquín Mortiz, 1983.
- VÁZQUEZ, Germán; DÍAZ, Nelson Martínez. *Historia de América Latina*. Madrid:SGEL, 2009.

“SOBRE SER CONVENIENTE PARA SE APANHAREM OS INDIOS E ESCRAVOS FUGIDOS DAQUELLES MORADORES”: cotidiano e sociabilidades nos intrincados labirintos das Terras do Cabo do Norte (1790-1798)

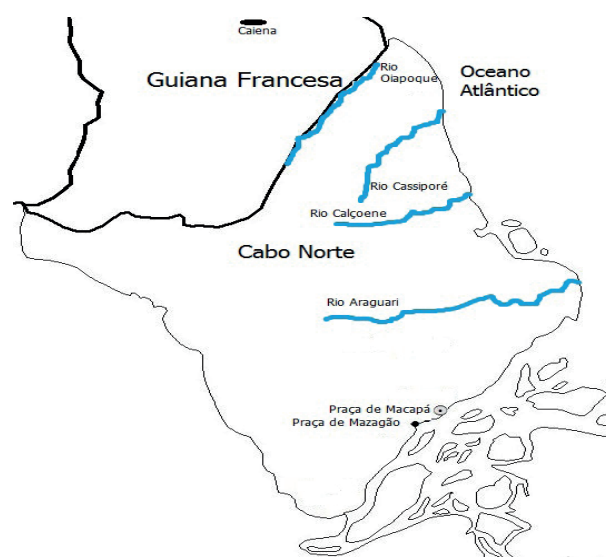
Paulo Marcelo Cambraia da Costa*

...Nesse mesmo tempo sem cooperação’ delles ao menos de systema nos fugirao’ tantos Escravos, que perdemos, de que apenas hum pequeno numero se poude colher quando fiz investir os Mocambos em que habitavao’: Nesse mesmo tempo nos fugirao’ tantos Indios, com que formarao’ as povoacoens, que fiz destruir, de que apenas tambem se colheo hum pequeno numero, mas não’ so por terem fugido muitos na occazioa’ em que se prenderao’, como por que antes para mais se segurarem se tinhao’ internado nas terras de Cayenna. Agora pois que os Pretos estao’ livres naquela Colonia, que nella vivem tanto ou mais licenciozamente que nas terras em que nascerao’**.¹

Este texto pretende apresentar de maneira breve, as tensões criadas entre portugueses e franceses pela disputa do território situado entre os rios Oiapoque e Araguari, na última década do século XVIII, concentrando a discussão principalmente nas fugas de escravos para as fronteiras que separavam as Guianas francesa e portuguesa, na formação de mocambos e em algumas tentativas de recapturas com a organização de milícias com negros escravos e alforriados no Grão-Pará.

Os referidos conflitos e tensões entre portugueses e franceses se desenrolavam desde a segunda metade do século XVII, especialmente na área fronteira localizada entre os rios Amazonas e o Orenoco. Segundo Arthur Reis, em 1697 aconteceu à primeira ofensiva do governo de Caiena para dominar os postos militares de Macapá e Peru. Mas, esta ofensiva foi rechaçada pelas forças portuguesas. Esse episódio marcou o início de uma consecução de altibaixos e de conflitos na relação

entre os vizinhos (REIS, 1953). Segue abaixo um mapa que localiza a área chamada pelas autoridades portuguesas de Terras do Cabo do Norte em 1790:



Mapa 1²
Terras do Cabo do Norte em 1790

No cenário da Amazônia portuguesa,³ os anos iniciais da segunda metade do século XVIII marcaram

* Prof. Doutor do curso de História da Universidade Federal do Amapá. Contato: paulo77cambraia@gmail.com

** Neste texto optamos por manter a ortografia original na documentação manuscrita citada.

¹ Pará, AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D8712. Ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20/04/1798.

² Desenho elaborado pelo autor do texto a partir de informações levantadas na carta “topographica” feita pelo governador da Praça de Macapá João Vasco Manoel de Braun em 1790. Documento disponibilizado no site da Biblioteca Nacional, cart168417.jpg.

³ Nesse texto, seguimos a denominação do território que a partir de 1621, quando foi criado pela Coroa portuguesa o Estado do Maranhão e Grão-Pará, abrangia, até a metade do Setecentos, os territórios dos atuais Estados da região norte, e ainda o Ceará, Piauí, Mato Grosso e Maranhão. O Estado estava diretamente subordinado a Lisboa. Portanto, separado administrativamente da governança do Estado do Brasil, com sede em Salvador. A partir de 1750 a Amazônia Portuguesa passou por reordenamentos administrativos expressivos. Em especial, durante a administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal — reinado de D. José I (1750-1777). Pontualmente, a partir de 1751, o então denominado *Estado do Maranhão e Grão-Pará*, dava lugar a instalação do *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, com sede em Belém, compreendendo os territórios das capitânicas do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, acrescentando-se a estas, a partir de 1755, a de São José do

uma inflexão na política lusitana para o povoamento, colonização e defesa do vale amazônico, ali durante o período pombalino, o Grão-Pará se tornou a sede do governo-geral do Estado, tendo como unidades subalternas às capitânicas do Maranhão, Rio Negro e Piauí. Em 1772, nova divisão estabeleceu o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí como unidades distintas (SANTOS, 2010, p. 77).

A incisiva investida do Estado português na contenda com os franceses se deu com os planos e preparativos para a ocupação de Caiena quando D. Francisco de Souza Coutinho (1790-1803) era governador da Capitania do Grão-Pará. Os anos de 1780 a 1810, nos chama atenção, pois segundo Rosa Marin e Flávio Gomes, as autoridades coloniais das capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro se preocupavam principalmente, com as regiões fronteiriças das Guianas, pois era latente naquelas autoridades o temor que as notícias da abolição da escravidão nas colônias francesas (1794) pudessem contagiar os escravos daquelas capitânicas, pois:

Os contatos de fugitivos e seus mocambos do Grão-Pará – a maior parte africanos, mas também alguns índios – com os franceses e com os outros setores sociais atemorizavam e muito, as autoridades portuguesas. Na faixa do Contestado franco-lusitano existiram vários mocambos. Os mais conhecidos localizados às margens do rio Araguari. Os fugitivos atravessavam matas, cachoeiras, florestas, rios, montanhas e igarapés e buscavam escapar para outras colônias. Por isso estabeleciam seus mocambos justamente nas regiões de fronteira. E não era só uma opção pela ecologia local. Contavam com a ajuda de cativos das plantações, vendeiros, índios, vaqueiros, comerciantes, camponeses, soldados negros, entre outros (MARIN; GOMES, 2003, pp. 71-72).

A formação de corpos de milícias negras no período colonial nas Américas obedecia continuamente duas ordens de necessidades, as militares e as burocráticas (SILVA, 2013, p. 117) que envolviam: o eminente ataque de inimigos internos e externos, a fragilidade burocrática do sistema de defesa e a dificuldade de adaptação dos soldados europeus aos trópicos. Expostos a esses elementos as governanças coloniais recorriam ao

recrutamento dos afrodescendentes. Porém, a formação de corpos de milícias com pardos e negros na América portuguesa, não foi um processo homogêneo, no qual, o jogo de forças políticas em cada capitania era determinado por uma combinação de compreensões local e metropolitana (SILVA, 2013, p. 120). Queremos aqui, apenas acentuar que a gênese dessas milícias difere inteiramente dos processos vividos nas capitânicas do Estado do Brasil e das demais áreas do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Dos três elementos, citados acima, que contribuíram para a formação de milícias negras no Grão-Pará na segunda metade dos setecentos, sem dúvida, o mais recorrente eram as ameaças de invasões estrangeiras, principalmente da Guiana Francesa. O expediente de armar os escravos das colônias poderia significar para aqueles, em especial nas áreas fronteiriças, poderia ganhar vários significados. A alforria era uma possibilidade concreta (GOMES, 1996).

As autoridades portuguesas, a partir de 1794, olhavam cada vez mais temerosas para o outro lado da fronteira, o governo revolucionário francês aboliu a escravidão na Guiana Francesa. *As plantations* e outros estabelecimentos foram abandonados pela quase totalidade dos negros libertos que passaram a se concentrar em Caiena. Na esteira de uma transformação e deslocamento de tal porte, o governador Cointet, em 1795, criou uma legislação que punia com prisão os “vagabundos”, o que forçava os escravos libertos ao trabalho nas plantações. Este sistema, que tentava remediar a libertação não planejada foi parte do sistema de requisição e fixação nas *plantations*: A saída encontrada pelos ex-escravos para não serem requisitados foi o engajamento ao “*serviço da República*” como: soldados, marinheiros nos navios corsários e trabalhadores nas obras públicas. Nesse momento, verifica-se na Guiana Francesa um aumento substancial na formação de unidades militares composta por escravos forros (CARDOSO, 1984, pp. 68-69).

Em 1796, viveu-se um momento de extrema agitação na fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, uma ação belicosa entre as partes era eminente, uma autoridade lusa informava a respeito dos corpos de milícias franceses:

Estas noticias tenho por verdadeiras por conformes, etaes queeserao’ e esperar, menos [que] por meio daGuerra em paiz estanho ou em defeza ocupassem os Negros porque depois de os reconstituirem em

Rio Negro. A Capitania de São José do rio Negro foi instituída pela Carta Régia de 3 de março de 1755, mas sua instalação de fato só aconteceu 3 anos e 2 meses depois na vila da Mariuá (Barcellos). Instituiu-se, assim, um terceiro governo no extremo ocidente da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa na boca oriental do rio Javari.

liberdade igualdade, e fraternidade, de os admitire ao exercício de Cargos públicos, deformarem com elles hum Corpo regular, e diversos de Milicias, armando-os, e disciplinando-os Sem escolha, nem distincção alguma dos que menos indígnos fossem por mais civilizados d’estas prerogativas aos que pello estado de ferocidade natural as não mereciaõ abbsolutamente era bem consequente que se negassem como negavaõ a todo otrabalho, e sujeição; que a persuazaõ fosse como foi inutilparaque prosseguissem acultura, efinalmente que sendo constrangidos atrabalhar praticassem asublevaçã que só admira Porter dado digo ter tratado digo por ter tardado, e não produzir o efeito que esperavaõ (OFÍCIO de 3 de abril de 1796).⁴

A manutenção da escravidão naqueles anos finais do século XVIII balançava freneticamente, as certezas e incertezas mudavam a todo instante, as autoridades modificavam suas percepções dos mesmos cenários, em poucos meses. A mesma autoridade da descrição acima, três meses antes, apresentava Caiena para seus superiores, em Lisboa, da seguinte forma: “Consta, e todos confirmao’ que os Negros absolutamente não querem trabalhar, que a fome he extrema naquella Colonia, e que os viveres, que consomem os recebem da América Inglesa. Por isso que estas forças se destinao’ a reduzir os Negros a sujeição’ e a ordem”.⁵ Parece que as autoridades de francesas estavam mais as voltas com as sublevações e fugas de escravos, de que preocupadas em fazer a guerra pela posse da região em disputa com os portugueses.

De qualquer maneira a formação de milícias com escravos negros possuía vários significados, um deles podia provocar um processo quase irreversível de trânsito para a liberdade. Para as autoridades coloniais era necessário se preparar de todas as maneiras da invasão das outras nações, até mesmo armar seus escravos, como clamou uma autoridade do Grão-Pará –, “(...) que armem seus escravos e defendao’ a entrada do inimigo nas suas fazendas, e ainda nos rios incorporando-se a Força armada que nelles existir para o mesmo fim persuadindo-se de que os mesmos escravos hão de concorrer para defesa das suas propriedades e do Estado...” (OFÍCIO de 1795).⁶

O cenário descrito acima, pelos autores, pertinente a última década do século XVIII, já despontava desde 1750 na Amazônia portuguesa. Quando os oficiais da Câmara da cidade de Belém, em maio daquele ano, preocupados com a profusão das fugas de escravos negros e índios e com a garantia da recaptura desses com escoltas frente aos muitos mocambos espalhados pela região, comunicavam por meio de uma representação, ao Conselho Ultramarino, a necessidade de uma ação que pudesse garantir a restituição dos escravos fugidos aos seus donos,

(...) sobre ser conveniente para se apanharem os Indios, e Escravos fugidos â quelles moradores, e que se mandem escoltas de soldados aos mocambos, em que ellles se juntao’, pagando seus senhores por Cada hum que se lhes entregar dez mil Res para satisfaçao’ dos Soldados, e Indios, que forem nas taes escoltas. (...) as povoações, que os Escravos fugidos fazem nos mattos, a que naquelle Estado chamao’ Mocambos, e no Brasil Quilombos em todo o tempo forao’ muy prejudiciaes as fazendas dos moradores, nao’ só pela destruição’ que fazem nas culturas, mas por agregarem a si outros Escravos, que Convidados da Liberdade da Vida, e izençaõ’ do Senhorio desamparao’ as mesmas fazendas easuciados huns com os outros commettem todo ogenero de insultos (CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO, 1750).⁷

Essa movimentação por parte dos oficiais da Câmara da cidade de Belém, pressionando o poder régio para que pusesse fim às fugas e desbaratasse os mocambos existentes, considerados pontos de apoio aos negros fugidos e de incentivo aos que ainda continuavam em cativeiro para a *liberdade da vida e isenção do senhorio*. No mesmo documento, os proponentes lembravam que o sucesso das diligências não era garantido, aliás, recorrentemente, as autoridades colônias reclamavam que as ditas operações eram onerosas e que mobilizavam um número de soldados e índios que não era fácil arregimentar no Grão-Pará, o trecho a seguir é revelador,

...diligencia fazem juntar, e depois lhes he resarsida a despeza com o achado que todo o Senhor de Escravo lhe paga por cada hum que se lhe entrega, e lhe fica conveniencia, que os incita a Continuarem Semelhantes diligencias. Que as desta qualidade,

4. APEP. Ofício de 3 de abril de 1796. Códice 682.

5. Pará, AHU_ ACL_CU_013, Cx. 106, D8400. Ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário interino de Estado da Marinha e do Ultramar e dos negócios do Estrangeiro e Guerra, Luís Pinto de Souza Coutinho. Pará, 10/12/1795.

6. APEP. Ofício de 13 de março de 1798, cod. 259.

7. Lisboa, AHU_ ACL_CU_013, Cx. 31, D2977. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre as cartas dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará. Lisboa, 21/05/1750.

que lhe consta se tem praticado naquella Capitania no tempo de seus antecessores forao' executadas por militares da guarniçao' daquela Praça, e delles nomeva hum Cabo de escolta, q^e. com pequeno numero de Soldados, e mayor de Indios de Guerra faziao' hum Corpo suficiente que municidados pela Real fazenda de V. Mag^e. entravao' em acçao', e muitas vezes succedia que dos achados que se pagavao' por cabeça apenas cobriao' a despesas da real fazenda.

(...) para ir dar Serco a alguns Mocambos que se acahavao' no Rio Capim Lha concedeo com alguns Soldados, e Indios fazendo lhe Capitam os gastos a sua custa, os quaes não chegou a Recuperar, porque as prezas não' corresponderao' asua especção' por haverem dezertado os fugidos das habitaçoes' do Matto, esó algum escravo disperso foi apprehendido pela tal escolta (IDEM, IBID.).⁸

No início dos anos de 1750 a fuga de escravos e formação de mocambos já preocupava as autoridades e escravocratas no Grão-Pará, já claramente considerado por aqueles um problema endêmico, no final da década de 1790, se transformou, sem dúvida para a governança do Estado, em epidemia. Em 1798, numa longa correspondência, o governador D. Francisco de Souza Coutinho, relata para seu irmão e secretário de estado da marinha e ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, às apreensões com a ratificação do tratado de paz assinado com o governo francês, que versava sobre os limites fronteiriços das Terras do Cabo Norte com a Guiana, a região do Oiapoque, assim como, as defesas necessárias para a proteção do Estado frente à ameaça da movimentação de ingleses e franceses nas fronteiras da colônia.

A essas preocupações, juntava-se a angústia do governador em acompanhar impotente a fuga de negros e índios em direção a mocambos cada vez mais numerosos, se tornarem incontroláveis, e que sem a cooperação dos Franceses na contenção das fugas e no dismantelo dos mocambos, a ruína para os dois países era fatal,

O perigo se não maior pelo menos o que mais fácil e mais prontamente se pode realizar he o de ficar esta Capitania em pouco tempo sem Escravos, e tambem sem Indios por se passarem successivamente para as terras de Cayenna, e he o que se não' em todo ja em parte se houvera realizado se a tempo se não' tivesse evitado toda a comunicação' pelo meio de limpar todo territorio na extençao' de 80 ou mais legoas de Costa, que decorrem de Macapa ate Cabo d' Orange...

(...) Agora que a cooperação do franceses não' pode deixar de ser tanto ou mais activado que o tem sido em toda a parte, onde tem entrado por bem, ou por mal, como se poderao' quer Pretos quer Indios, ficado a comunicação tao' fácil, continua, e inevitável (OFÍCIO DO CAPITÃO-GENERAL, 1798).⁹

O destaque dado pelo governador Coutinho ao fato das fugas estarem amparadas por uma comunicação *fácil, continua e inevitável*, não eliminava os perigos de morte que cercavam aquelas travessias, o relato de fugas de vilas próximas a Belém, mostram bem a dimensão dos riscos que esperam os fugitivos. Numa das madrugadas das noites invernosas do ano de 1796, alguns negros furtaram pequenas montarias amarradas na beira do rio e descendo-o até a sua foz no Oceano Atlântico, distante da barra da cidade de Belém vinte e poucas léguas, quase vencidos pela fome chegaram ao Cabo N, outros subiram mais um pouco de onde puderam passar para Caiena, navegaram mais de 70 léguas em alto mar nas pequenas montarias, um feito impressionante, visto ser as águas do Cabo Orange sabidamente revoltas e impiedosas com embarcações de qualquer porte.

Dessas fugas, o documento nos permite saber que uma parte do grupo foi apreendida pela ronda de captura e transportada pela navegação costeira até a cidade de Belém, de onde foram remetidos para as vilas de Caeté e Bragança na estrada para o maranhão, onde recomendava ao diretor e moradores uma reclusão para os escravos, não lhes delegando trabalho algum por um tempo, pois o não conhecimento do território não seria impedimento nenhum para uma nova fuga. A outra parte dos fugitivos se perdeu na mata, acreditavam as autoridades que os perdidos haviam sucumbido frente à fome, se afogado nos rios da região ou devorados por onças nas matas das Guianas, pelos menos era isso que aqueles desejavam e torciam para que tivesse acontecido.

De qualquer maneira as autoridades utilizavam o relato dessas fugas consideradas malsucedidas e desastrosas, para espalhar a notícia e desencorajar os outros escravos que pretendessem fugir. Os resultados desse estratagema das autoridades, bem, deixemos que o Governador Coutinho consternado reconheça,

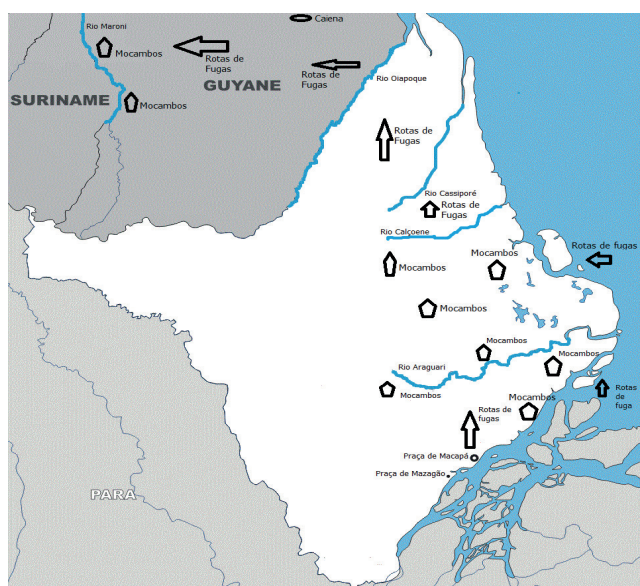
8. Lisboa, AHU_ ACL_CU_013, Cx. 31, D2977. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre as cartas dos oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará. Lisboa, 21/05/1750.

9. Pará, AHU_ ACL_CU_013, Cx. 112, D8712. Ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20/04/1798.

Finalmente nem o verem apreendidos alguns dos primeiros alguns dos primeiros, que tentaram semelhante viagem, nem a noticia, que se fez correr de se terem perdido os outros, foi bastante a evitar que no anno passado deixassem d’evadir-se em muito maior numero, de modo que actualmente ja são’ mui poucos os existentes. Quando pois nem hum dos obstaculos ponderados poude conter aquelles, como se poderao’ conter oz outros estimulados effectivamente por tantos modos desde tanto tempo.

6. Reconhecida esta tristissima verdade reconhecerá V. Ex^a. tambem que não’ he esta a gente, que se haja de satisfazer de deixar este paiz simplesmente por buscar outro, em que vá viver com mais commodidade, nem quando ofosse que os francezes se acomodassem com isso. (...)... Aqui ao contrario os Pretos de diferentes Nacoens, que temos por Escravos são Pais, Filhos, e Irmaos’ dos que existem livres na confiante Colônia [Guiana Francesa] (Oficio do capitão-general, 1798).¹⁰

O mapa abaixo, nos possibilita visualizar as rotas de fugas e as localizações dos mocambos que eram de conhecimentos das autoridades portuguesas:



Mapa 2¹¹
Rotas de fugas e mocambos nas Terras do Cabo do Norte e Guiana Francesa

10. Pará, AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D8712. Oficio do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20/04/1798.

11. Desenho elaborado pelo autor do texto a partir de informações levantadas no mapa elaborado pelo tenente-coronel Pedro Alexandrino em 1798. Documento disponibilizado no site da Biblioteca Nacional, cart525815.jpg.

Assim, para desespero do governador Coutinho, não só as fugas continuavam como os mocambos subsidiavam a ida de negros mocambeiros as vilas para incentivar e facilitar a fuga de escravos. Os mocambeiros das cercanias da vila de Macapá atravessavam fronteiras territoriais e contatavam com cativos nas plantações e construções militares, fugitivos, índios e soldados desertores da Guiana Francesa (GOMES, 1996: 140). Coutinho observa de maneira resignada e perspicaz que os escravos que fugiam para viver nos mocambos, não sobreviviam sem furta as vilas, os sítios, as povoações e cidades. Nesse caso, o furta se aplica tanto aos viveres necessários, quanto aos escravos que se encontravam cativos, ou seja, os mocambos não existiam de maneira isolada, sem contado nenhum com as povoações.

Nesse cenário, os moradores da vila de Macapá viveram naquelas noites de verão, em outubro de 1791, dias bem agitados. A agitação tinha uma origem bem conhecida dos oficiais da câmara da vila, vinha dos escravos fugidos e refugiados nos mocambos dos campos e altos do rio Araguari. Os mocambeiros ocupavam os caminhos da povoação, praticavam furtos, convenciam outros escravos a fugir e levavam a força, principalmente mulheres. Os dias estavam mesmo quentes, numa das visitas daquele outubro, os senhores de escravos tentaram barrar a entrada dos negros fugidos na vila utilizando seus escravos, a tentativa foi logo arrefecida com a ameaça de terem suas casas queimadas pelos mocambeiros. O documento não nos permitir traça um perfil daqueles negros, pois sempre se referem ao *bando*, sem destacar uma liderança, o que de certa forma é significativo para a ação dos mocambeiros, que poderia ser qualquer um, quer fosse fugido ou cativo.

Ao que parece os mocambeiros dos campos e altos do Araguari aterrorizaram os governantes e senhores de escravos por muito tempo. A ousadia daqueles era tão dilatada, segundo os oficiais da câmara da vila de Macapá, que era impossível aquele grupo agir sozinho, sem a ajuda e maquinações dos franceses do Oiapoque, que viam naquelas agitações uma maneira de ofender e desestabilizar a colônia lusa. De qualquer maneira, as trilhas, as rotas e caminhos dos escravos que fugiam para liberdade eram bem conhecidos pelas autoridades coloniais, “que deste [rio] Mayacaré facilita pelo interior, e por agoa sem vir a Costa até as margens d’Araguary, e de campos, que continuo’ até Macapá, que foi

sempre o trilho dos fugidos, ficando perto do intrincado labirinto d'ilhas da foz do Amazonas...” (OFÍCIO DO CAPITÃO-GENERAL, 1798).¹²

Naqueles anos finais do século XVIII, as autoridades do Grão-Pará tinham cada vez mais dificuldades de formar corpos de militares, daí recorrer milícias de índios e negros escravos, para tentar conter o avanço dos estrangeiros e, principalmente, e quase desesperadamente tentar barrar a fuga de escravos e a formação de mocambos naqueles intrincados labirintos.

Referências

- BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira, entre a Capitania de Rio Negro e a Província de Mayanas (c. 1780-c. 1820)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, pp. 14-33, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n° 52, pp. 79-114, 2006.
- COELHO, Mauro; QUEIROZ, Jonas. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/ NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.
- DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 vols., 1970.
- GOMES, Flávio dos Santos [ET AL]. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia. Séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999.
- . *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos, e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.
- . (Org.) *Nas Terras do Cabo Norte. Escravidão, Fronteiras e Colonização na Guiana Brasileira – Sécs. XVII e XIX*, Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- . Em torno dos bumeranges: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. *Revista USP*, n° 28, dez.-jan.-fev. 1995-1996.
- . *História de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas – século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Flávio dos Santos [ET AL]. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protestos escravos na Amazônia colonial. In *Anais do Arquivo Público do Pará*, vol. 2, T. 1, 1996.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG – Século XVIII). *Revista de História*. São Paulo: USP, n° 132, 1995, pp. 69-81.
- KANTOR, Iris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 463-482, 2014.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas Atlânticas estremeçeram. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH: Editora Marco Zero, ano 3, n° 6, pp. 07-46, setembro de 1983.
- . Réplica. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 8, n° 16, pp. 221-231, 1988.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-General da Capitania do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)”. In *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, pp. 199-235.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. “Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII)”. *Revista de História*. São Paulo: USP, n° 149, pp. 69-107, 2003.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. A disputa pelos ‘principais e mais distintos moradores’: As Câmaras Municipais e os Corpos Militares. *Revista Varia História* Belo Horizonte: UFMG, n° 33, pp. 219-233, 2005.
- . Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n° 45, pp. 29-56, 2006.
- MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a Dom Rodrigo de Souza Coutinho. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 111-156, 2014.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. *Terra das Águas*, v. I, n° 1, 1999.
- POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI – XVIII). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Gian Carlo de Melo, SILVA, Kalina Vanderlei, SOUZA, George Felix Cabral de (organizadores). *Políticas e estratégias administrativas no mundo Atlântico*, et all. Recife: Editora Universitária, pp. 19-48, 2012.

12. Pará, AHU_ ACL_CU_013, Cx. 112, D8712. Ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20/04/1798.

- POMBO, Nívea. Unidade política e territorial nos projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In MOTTA, Márcia, SERRÃO, José Vicente, MACHADO, Marina (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte, pp. 81-103, 2013.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Ministério da Educação e Cultura, s/d.
- . Limites e demarcações na Amazônia brasileira. Belém: SECULT, 1993.
- . *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: FGV, 1971.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo do estado do Grão-Pará e Maranhão: biografias e trajetórias administrativas (século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 447, pp. 75-94, 2010.
- SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco, e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, nº 169, pp. 111-144, 2013.
- SWEENEY, Robert. Outras canções de liberdade: uma crítica a ‘Todas as montanhas Atlânticas estremeceram’. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp. 205-219, 1988.

A BOLA DA VEZ: O IMIGRANTE EUROPEU E ASIÁTICO NA IMIGRAÇÃO DO PARANÁ

Reinaldo Benedito Nishikawa*

Entre o final do século XIX e o início do XX, o mundo passou por grandes transformações. Os movimentos liberais trouxeram novos olhares para a política, a economia, a cultura e a sociedade, principalmente pela Europa. Ao mesmo tempo que o liberalismo ganhava forças, em outras partes do mundo, o imperialismo se alastrava, consumindo muito mais do que matéria-prima. A África e a Ásia sofreram em demasia o avanço desse neocolonialismo. Enquanto isso, a América ansiava pelo progresso e suas possíveis benesses.

No Brasil, a modernidade ganhava novos tons adquiridos com o fim da escravidão e a chegada da República. O binômio liberdade e escravidão, ou monarquia e república, povoavam o imaginário de muitos. Mesmo com um século de atraso em relação a França, por exemplo, o país buscava encontrar um novo caminho para o seu desenvolvimento, que passava pelas tecnologias existentes na época. Telégrafos, estradas, linhas férreas, etc. Uma organização na própria estrutura burocrática que se pautava pelas palavras ordem e progresso.

Nesse contexto, a imigração também estava centrada no trinômio: liberalismo, imperialismo e progresso. Afinal de contas, havia uma necessidade de povoar essas regiões “vazias demograficamente”. Não apenas isso, as discussões em torno do imigrante ideal também entravam nas pautas relacionadas ao caráter modernista que buscavam desenhar no Paraná. Tais discussões estavam ajustadas em termos como laborioso, dócil, obediente, ou seja, uma modernidade de trabalhadores assalariados com um perfil muito próximo ao escravo.

Os europeus e asiáticos que aportaram no Paraná também procuraram algo. Os motivos que levaram um grande número de imigrantes são, em sua maioria, os mesmos. Podemos destacar as principais, sendo elas, as questões políticas, que ocorrem quando as

discordâncias ultrapassam os limites e tornam-se insuportáveis; as questões religiosas, que levaram a perseguição de muitos ao longo da história; as questões de território, em decorrência do não reconhecimento de novas ou antigas fronteiras; e finalmente e o mais comum, as questões econômicas, que levaram os operários ao desemprego graças a Revolução Industrial enquanto que no campo, o êxodo rural marginalizava uma grande quantidade de trabalhadores. Imigrar era uma das soluções encontradas por uma boa parte de estrangeiros e o Paraná foi um desses lugares.

Nosso objeto de estudo será abordar a imigração italiana, a alemã e a japonesa, buscando compreender como se deu a formação dessas colônias sob o ponto de vista do liberalismo, do imperialismo e do progresso. Não à toa, esses três países representaram um elemento fundamental para a construção e cristalização de políticas diferentes entre si e que, de maneira geral, encontraram eco aqui no Brasil.

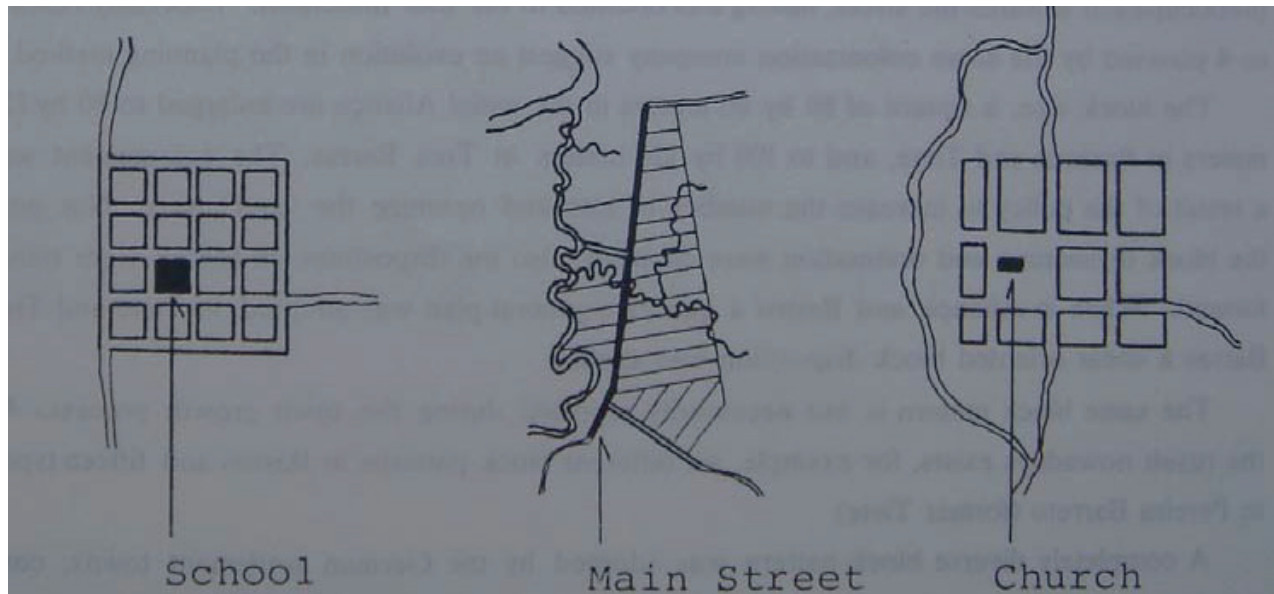
Como afirma Herbert Klein, o processo de imigração só começa quando “(...) as pessoas descobrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem.” (KLEIN, 1999, p. 13). Mas ao chegar em uma terra distante, aquele processo que estão acostumados, tende-se a replicar e organizar os costumes e as tradições que foram abandonadas. O que nos chamou a atenção foi a organização das colônias no Paraná, sob a perspectiva dessas três etnias.

Ao se observar essa planta (figura 1), nota-se que a colônia italiana, tem em seu centro, a Igreja, a alemã, o comércio e a colônia japonesa, a escola como base para sua colônia. O que significa tais concepções de colônia? Esses modelos de povoamento são reflexos das condições vivenciadas em seus respectivos países? Até que ponto a imigração, enquanto um fator de expulsão, pode romper o processo existente, na Itália, na Alemanha e no Japão? Quem seria o trabalhador ideal?

* IFPR.

Os trabalhadores europeus e asiáticos viviam uma relação de amor e ódio nas terras tupiniquins, uma vez que de solução para a falta de mão-de-obra, tornaram-se um grande problema. A necessidade de

trabalhadores para branquear o país e desenvolvê-lo, também trazia consigo a concepção de docilidade, laborioso e obediente. Essas três qualidades rodeavam o imigrante ideal, além é claro, da posse da terra.



Fonte: YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro. Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil: a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. In: Technology Reports of the Osaka University. Osaka., vol. 33, nº 1736, oct, 1983, p. 437.

Figura 1 – Planta das colônias japonesas, alemãs e italianas.

Mas se o acesso à terra era o mote que unia a grande maioria dos imigrantes, uma vez que, a formação de colônias de subsistência para abastecer o mercado interno, principalmente no Paraná, é uma ruptura com os países de origem, podemos também discutir se havia permanências naquilo que de mais importância havia para os imigrantes, ou seja, a construção de suas próprias identidades.

O estudo sobre a imigração entre o final do Império e o início da República coincidem também com o processo de expulsão de um enorme grupo de pessoas.

Os *enclouseres* (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas. (KLEIN, 1999, p. 15)

O mesmo processo também vale para o Japão no que tange a aceitação de seus trabalhadores no Brasil. Rogério Denzem descreve a transformação que os asiáticos enfrentaram para chegar ao Brasil. Principalmente no século XIX, as dificuldades de conseguir a imigração de chineses, que se tornaram uma espécie de meio termo entre o escravo negro e o assalariado europeu. Tal processo, mudou no começo do século XX.

Considerando-se a dinâmica dos mitos, podemos afirmar que ocorreu uma metamorfose: o japonês tornou-se o elemento “novo” na equação imigratória. Seria ele uma segunda opção? Na realidade, o japonês emergia ao olhar dos imigrantistas – e graças a fatores externos, como a ascensão da Ásia e o descrédito com relação ao chinês – como o principal denominador dessa “equação amarela” de onde o chinês foi subtraído para dar lugar a opção japonesa: “trabalhador bom, barato e dócil”. (DENZEM, 2005, p. 110)

Tal plano de desenvolvimento torna-se importante para se compreender o próprio processo de imigração na província do Paraná, que teve início antes mesmo da sua independência administrativa de São Paulo, ocorrida

em 19 de dezembro de 1853 e caminhava entre avanços e retrocessos na própria discussão em torno do imigrante ideal para o povoamento da província.

Antecipando as afirmações de que “*O Brasil é um país sem povo*” de Louis Couty (1988), que já foi lida por muitos estudiosos como constatação de um fato ou mesmo tomada como ponto de partida para a elaboração de um paradigma interpretativo da História do Brasil, o governador da capitania de São Paulo, capitão-general Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus salientava que:

Nestas terras não há povo, e por isso não há quem sirva ao Estado: exceto muito poucos mulatos que usam seus ofícios, todos os mais são Senhores, ou escravos que servem aqueles senhores: Estes são obrigados a terem escravos de todos os ofícios, nenhum é perfeito, algum oficial que vem do Reino, passado pouco tempo logo se mete a Senhor; compra escravos, ensina-os, e passa-lhes o ofício, fica recolhendo os jornais, estes sobem a preços altos e ninguém pode fazer obras; eles não têm o que fazer, e está a cidade por edificar. (BELLOTO, 1979, p. 242)

Uma agricultura só poderia ser exercida pelo povo, uma vez que o escravo deturparia e tornaria impraticável o trabalho e nulo qualquer lucratividade. Pois, “(...) *enquanto a sua lavoura se não fizer pelo povo independente de escravos, com bois e arados, gados, estrume sobre as mesmas terras sem mudar de pouso, nunca há de haver rendas, nem estabelecimento*”. (LOURENÇO, 2001, p. 126) A solução encontrada pela Coroa portuguesa era assegurar a terra ao lavrador pobre e livre, cujo acesso à propriedade se faria pela concessão de:

(...) datas de terras pequenas com emolumento proporcionado nesta Secretaria com que os pobres pudessem possuir com título justo, e permanente às suas propriedades, sem dependência de as mandarem confirmar ficando esta obrigação somente para aqueles que quisessem tirar datas avultadas para Fazendas maiores como até agora se pratica. (OEYRAS, 1766, p. 192).

Apesar dessas tentativas, durante muitos anos, principalmente no século XIX, encontrar braços livres para o trabalho foi uma luta para a Corte no Brasil. Se a mão-de-obra escrava tornava o trabalho indigno e financeiramente inviável e a mão-de-obra indígena não era muito praticada no Brasil, a solução encontrada era

atrair outros braços para o trabalho. No que tange a mão-de-obra indígena, Caio Prado Júnior justifica essa inviabilidade pela teoria de degeneração da raça, muito discutida no momento em que escreve.

A preguiça e o ócio aqui no Brasil, “até se pega como visgo”, dirá Vilhena. Mas se a escravidão, nas suas várias repercussões, é a responsável principal por isto, há outros fatores de segundo plano que não deixam de ter o seu papel. O principal deles é a contribuição do sangue indígena, considerável como sabemos. A indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata. (PRADO JR, 1973, p. 348)

Para Caio Prado Jr. o comportamento indolente do índio se dá apenas nas atividades em que lhe são estranhas. Para suas atividades rotineiras, o índio era disposto e fazia todas as atividades.

Será indolente, e só aí o colono interessado o enxergava e julgava, quando metido num meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende. (PRADO JR, 1973, p. 348)

Mas diante da possibilidade de se construir o novo, três elementos permanecem na composição dos espaços. A igreja católica, cristalizado pela colonização portuguesa e quase exclusiva em todo o processo de colonização no Brasil; o comércio e sua racionalização capitalista trazida pelos protestantes e pequenos proprietários e; a escola, ainda como algo novo para a maioria dos brasileiros, mas que já se torna um reflexo de modernização trazido pelos imigrantes.

Na Província do Paraná, as várias colônias formadas, se organizaram de forma aleatória e bastante rudimentar. Em nossa tese de doutoramento, analisamos a formação de 68 colônias entre 1860 a 1889 e foi possível perceber uma série de problemas recorrentes para se explicar o fracasso na colonização nesse período, principalmente pela concepção de alguns presidentes de província que insistiam em criar núcleos colônias distantes dos mercados consumidores, como o que ocorreu com Assunguy, distante oitenta quilômetros da capital. Apenas a partir da década de 1870-80, iniciou-se com o presidente Lamenha Lins um projeto de colonização próximo aos centros consumidores de modo a atender a demanda existente.

Ao olhar para esse conjunto de colônias formadas no Império, fica evidente que o projeto de colonização avançou, na medida que diversificou a estrutura agrária e instalou um novo modelo de trabalho livre, ao mesmo tempo, deixou a desejar a transição de imigrantes para proprietários de terras, uma vez que o acesso ao termo de posse era dificultado pela maneira como ele foi imposto.

Mas foi implantado um sistema de colonização bastante eficaz na Província do Paraná? Quando olharmos de maneira sistemática, a fórmula encontrada na organização espacial de algumas colônias nos permite compreender uma ordem no ponto de vista de sua origem que foram cristalizadas nas plantas das colônias formadas no Paraná e na qual se utilizou um critério racional na planificação do espaço.

Dessa forma, pretendemos analisar a construção do papel de alteridade de três grupos étnicos fixados na província do Paraná através da construção das colônias por eles organizadas. Ao mesmo tempo, devemos compreender como foi sendo construído o olhar sobre esses imigrantes, que foram se transformando ao longo do tempo. O trabalhador europeu no século XIX, visto como laborioso e dotado de uma moral para se modernizar o país contrastava com o imigrante chinês, deteriorado e cheio de vícios. Esse mesmo olhar se transforma com a virada do século, onde o imigrante europeu torna-se desqualificado para o trabalho, principalmente pelos movimentos operários que ocorrem no país. Do outro lado, os asiáticos (chineses) preteridos, ganham forças políticas através do novo imigrante japonês, tido como dócil, obediente e trabalhador.

Era clara a necessidade de trabalhadores nas colônias que tivessem conhecimento da função que iriam desempenhar. Apesar da mão de obra desejada tivesse a experiência com o trato com a terra, muitos colonos não tinham conhecimento das atividades agrícolas. Além de tudo, muitos tiveram que desenvolver ofício diferente daqueles praticados na própria terra natal.

É oportuno lembrar o Relatório apresentado ao *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*, o/ do conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza, que busca traçar um perfil para esses imigrantes, tratando de apresentar cada um dentro de suas categorias:

O Alemão, diz ele, obtem sucesso emigrando; elle tem o gosto e o talento da emigração. Paciente, perseverante, applicado, amando o trabalho pelo trabalho, passando facilmente de qualquer officio de

artesão para a profissão agricola, supportando com coragem, mas em resignação fatalista, as provas de uma situação nova, resistindo à oppressão em nome de seu direito, haurindo sua força moral nas alegrias da familia, ambicioso e dotado de aptidão para a administração municipal, elle reune em grao subido e raro a maior parte das qualidades, que se asseguram a propriedade do colono. Só lhe resta o precaver-se contra a tentação das bebidas espirituosas que, principalmente nos paizes quentes, lhe promettem forças e não lhe dão mais que a fraqueza – passaporte para a molestia.¹

E ao falar dos italianos, o relatório indica novamente a vocação para o trabalho, independente da formação.

(...) para o Brazil, onde se entregam a pequenas industrias, e ultimamente à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do commum e extrema sobriedade nas despezas, conseguem accumular capitães, e as vezes regular fortuna. Não são auxiliares para a agricultura.²

No que tange ao imigrante japonês, o processo era parecido com o europeu, com o intuito de construir um outro olhar sobre esse trabalhador, buscava-se diferenciá-lo, principalmente do chinês. Segundo Denzem:

A política emigratória adotada oficialmente pelo governo japonês na última década do século XIX tinha o intuito de aliviar o país da crescente pressão demográfica, através do incentivo aos imigrantes para o exterior, agraciados com o *status* de colonos e trabalhadores agrícolas, ainda que contratados como mão-de-obra barata. Procurava-se, dessa forma, consolidar *positivamente* a imagem do povo japonês junto aos países ocidentais (Europa e América do Norte). Desse modo os emigrantes japoneses funcionaram, aos olhos do governo japonês, como “pequenos embaixadores”, representantes do Japão e da *raça japonesa* no exterior. Tal política tinha também como objetivo “libertar-se da Ásia” (Datsua A), ou seja, evitar que o Japão fosse comparado à países como a Coreia e, principalmente, a China. (DENZEM, 2005, p. 133)

Ao analisar as informações básicas referentes as colônias fundadas no Paraná, podemos traçar um

1. SOUZA, João Cardoso de Menezes. Theses sobre a Colonização do Brasil. Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 403-404.

2. Idem, p. 409.

panorama de uma política de imigração criada pelo governo. Nessa “lógica” dos projetos de colonização, é possível perceber um projeto centrado na igreja, no comércio e na escola. Tal processo pode ajudar a melhor compreender os aspectos relevantes que enfocam na discussão de um processo de construção das paisagens étnicas no Paraná.

Essas colônias que se formariam na província, baseada na pequena propriedade e no trabalho livre tinham alguns objetivos. Em primeiro lugar, uma questão demográfica, relacionada ao povoamento do Paraná ainda pouco desenvolvido; a questão moral, relativo a transformação da ideia de trabalho, em um período que a escravidão ainda era vigente e muitos consideravam o trabalho braçal indigno; uma questão social, visando a formação de uma pequena classe média e rompendo o monocromatismo social senhor/escravo; uma questão militar, uma vez que as colônias também serviriam para proteger as fronteiras e, a mais importante; a questão econômica, com o claro objetivo de abastecimento do mercado interno.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi diferente de região para região. Regiões como São Paulo e Rio de Janeiro incorporaram a mão-de-obra imigrante em grandes quantidades, ao mesmo tempo, utilizava-se da mão-de-obra escrava e livre. O Nordeste conseguiu, dentro de suas condições, adotar a mão-de-obra nacional livre. Ressaltemos que houve um fluxo migratório no século XIX em direção à Amazônia, atraídos pelo ciclo da borracha. Se no Nordeste a pressão demográfica e a alta concentração fundiária eram elementos que estimulavam a imigração para outras regiões, o Sul do Brasil não fazia parte dos planos dos nordestinos, ao menos enquanto a borracha estava mais próxima – fato que muda no início do século XX, onde o trabalhador nacional passa a ser visto como ordeiro, pacífico e facilmente adaptado às duras condições das fábricas que surgiam.

Enquanto isso, o Paraná adotou a mão-de-obra livre, imigrante, mas destinada a colônias de subsistências, alocados em pequenas propriedades. Sendo assim, a transição da escravidão para o trabalho livre foi um processo regionalmente diferenciado. Ao analisar a formação das colônias a partir das suas plantas, fica evidente que ali temos um elemento de identidade que, enquanto grupo étnico, define culturalmente sua maneira de manter-se de alguma maneira próximo ao seu

país de origem, mas que como colônia, também busca um processo de integração com um grupo heterogêneo que perpassava as mesmas instâncias.

Mas essa mão-de-obra livre e desejada não estava livre de outros problemas. Apesar de necessários, havia sobre essa grande massa de imigrantes um peso muito grande relativo a um liberalismo ferrenho. Segundo Fernando Loureiro:

A discriminação e o preconceito social e racial são traços mais ou menos fortes, presentes nas diferentes aclimações das ideias modernas em terras brasileiras durante todo o século XIX, como na nossa ilustração, nos diferentes liberalismos, e no bando de ideias novas que aqui aportaram após 1870, trazendo o positivismo e darwinismo social. Momentos e manifestações tão distintos não deixam contudo de partilhar uma constante: a crítica das nefandas ideias de 1789, em particular daquela quimérica ideia da igualdade entre homens. (LOUREIRO, 2001, p. 72)

Cabe aqui discutir, portanto, como os conceitos de liberalismo e progresso foram de fato apresentados nessa proposta. O imigrante italiano, alemão e japonês, assim como os demais, iriam compor o mosaico da colonização paranaense e, em vários aspectos, eram vistos como apenas uma mão-de-obra necessária. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 1984, p. 119)

Esse mal-entendido refletiu na articulação entre o governo paranaense que buscava engendrar esse processo de manter o discurso de democracia nos moldes do liberalismo e, ao mesmo tempo, as tentativas dos colonos de construir sua própria identidade, cada qual dentro de seus arquétipos.

No que se refere a função do historiador e a documentação encontrada no Paraná, podemos perceber um certo vazio em relação a questão da imigração. Muito se fala da vinda de imigrantes para sanar o problema de mão-de-obra, para branquear o país e para

dinamizar o trabalho, substituindo o trabalho escravo pelo livre e assalariado. Mas acredito que a discussão que falta realizar passa pela questão agrária e pela questão agrícola. Ou seja, a primeira sempre foi colocada a margem das discussões, basta perceber as dificuldades encontradas para o colono tornar-se proprietário das terras que colonizava, de outro lado, a questão agrícola era de fato a grande preocupação dos governos e dos grandes proprietários, pois focalizava-se nas inovações tecnológicas, novos meios de dinamizar a produção e escoamento para os centros consumidores.

Esses debates podem ser encontrados no Congresso Agrícola realizado na Província de São Paulo. Uma das questões que foi bastante discutida centrou-se nos gastos feito pelo governo para a atração de imigrantes, uma vez que o Brasil possuía uma grande quantidade de mão-de-obra livre e disponível ao trabalho. Era justo gastar dinheiro para os imigrantes com uma grande quantidade de trabalhadores nacionais? Mas alguns pontos foram consensuais entre fazendeiros e o Governo, principalmente no que tange a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Se o imigrante europeu era o portador da civilização, portanto, voltado a um projeto de nação no país, o imigrante asiático era uma solução barata e imediata e vista simplesmente como mão-de-obra e não como parte de um processo para povoar o país. Os brasileiros, segundo o Congresso do Sudeste, eram vistos como indolentes, preguiçosos e instáveis no trabalho. Ex-escravos, ingênuos não poderiam se adaptar ao trabalho e obedecer qualquer tipo de contrato, a menos que fossem ensinados previamente.

Se havia em quantidades suficientes esses braços, como coagi-los ao trabalho? Muitos acreditavam que deveriam criar leis para que obrigassem esses ociosos ao trabalho através de estabelecimentos agrícolas. O trabalhador livre, visto como preguiçoso, era uma solução encontrada para ocupar a vaga deixada pelo escravo, bastava apenas que os proprietários soubessem como incitá-los ao trabalho: boa remuneração (parte que caberia aos proprietários), e leis que assegurassem que fossem cumpridos seus contratos de trabalho (responsabilidade do Estado). Na Região Sudeste, esses trabalhadores foram descartados e substituídos pela mão-de-obra estrangeira.

Quanto aos ingênuos, uns afirmavam que esses trabalhadores não permaneceriam com o mesmo trabalho nas lavouras, preferindo serviços mais leves ou trabalhar por conta própria, oferecendo seus serviços à

população. Ao mesmo tempo, o número de ingênuos não seria suficiente para suprir a necessidade de mão-de-obra para a grande lavoura; seriam indolentes como os escravos e não seriam confiáveis, uma vez que, recebendo oportunidade melhor em outro serviço, abandonariam seu trabalho. Os que viam com bons olhos essa mão-de-obra, também concordavam em educá-los para o trabalho agrícola, juntamente com leis coercitivas.

Portanto, se as “qualidades intrínsecas” a cada tipo de trabalhador são consensuais, a polêmica girava em torno de qual dos problemas colocados por estes distintos trabalhadores vale a pena ser enfrentado no sentido de constituir um mercado de trabalho livre. Ou seja, as discussões [acerca do caminho a ser adotado] revelam as necessidades de adaptação e mudanças na sociedade brasileira que caminhava, inevitavelmente, para o mundo do trabalho livre. O que se discute é qual a forma de transição, qual o caminho a ser trilhado:

Através das diferentes propostas de organização do trabalho e da utilização de tal ou qual trabalhador, percebe-se a existência de projetos conflitantes que estão diretamente associados às características regionais, à sua capacidade de transição ao mundo do trabalho livre e à dinâmica da transição capitalista em curso. (LANNA, 1988, p. 64)

Com a transição do trabalho livre realizado no Paraná, os três grupos que se fixaram no Paraná, representaram também três distintas formas de se apresentarem como uma solução para as necessidades da região que se fixaram. Seu modo de vida, formado sob diferentes aspectos podem ser analisadas de acordo com uma série de discussões que foram sendo apresentadas ao longo do processo de colonização realizada no Paraná.

Nossa hipótese inicial tende a compreender que o processo de liberalismo e do imperialismo que viviam a Europa e a Ásia, acabaram por reproduzir e cristalizar nas colônias formadas pelos três povos estudados um reflexo daquilo que torna uma identidade. Ressalta-se que tanto a Itália quanto a Alemanha, passava por intensas lutas de unificação e que essas não passaram incólumes e, ao mesmo tempo, o Japão estava em um processo de abertura para outras fronteiras.

De certa maneira, cabe buscar compreender os mecanismos de atuação existentes entre os imigrantes que buscavam formar uma identidade no Paraná, e o processo que estavam vivenciando para além do Atlântico. De outro lado, no Paraná, o imigrante colono

foi desenvolvendo características bem peculiar ao longo do tempo. O imigrante passou por três grandes fases ao longo dos séculos XIX e XX, ou seja, da imigração para povoar os “vazios demográficos”, passando para a imigração para substituir a mão-de-obra escrava e chegando na imigração para as grandes obras públicas que eram necessária para a região.

Referências

- ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de Promover a Colonização. In: *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, ano II, n. 2-3, 1941, pp. 834-5.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias – estudo de um grupo de imigrantes ucranianos – 1895-1995*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 1996.
- ANDREAZZA, Maria & NADALIN, Sergio. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 11, n.1. Campinas, 1994.
- _____. *Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores*. Curitiba: Nova Didática, 2000.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *Aspectos da geografia humana do Paraná*. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 1955.
- _____. *Política imigratória do Paraná*. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1969.
- BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Faculdade de Filosofia, 1968.
- _____. *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*. São Paulo: s.n, 1969.
- _____. Política imigratória no Brasil Meridional. In: *Legislación y política inmigratoria en el cono sur de America (Argentina, Brasil, Uruguay)*. Serie inmigración. Volumen III. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1987.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 277-293.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1997, v. 1-2.
- BLUMENAU, Hermann. *Um alemão nos Trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Tradução de Curt Hennings. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARNEIRO, Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- CORTÊS, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- COSTA, Wilma Peres. As condições de vida e do trabalhador urbano no Brasil e as expectativas sobre a imigração européia – um panorama a partir dos Relatórios Consulares Ingleses em 1870. In: *Revista Theomai – Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo*. nº. 3, 2001.
- COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Ruy Barbosa, 1988.
- DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1985.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo. Edusp, 1980.
- DENZEM, Rogério. *Matizes do “Amarelo”. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- EISENBERG, Peter. Falta de imigrantes: um aspecto do atraso nordestino. In: *Revista de História*. Vol. XLVI, nº 94, ano 23. São Paulo: USP, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- _____. (org) *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1988.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada – Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA, João Cardoso de Menezes. *Theses sobre a Colonização do Brasil. Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro. Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil: a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. In: *Technology Reports of the Osaka University*. Osaka:, vol. 33, nº 1736, oct, 1983.

AS CARTAS DO CONDE DA TORRE E OS ASSENTISTAS NO GOVERNO DE NASSAU

Thiago Cavalcante dos Santos*

UMA QUERELA COLONIAL: LIMITES E ESTUDOS DA AMÉRICA PORTUGUESA

Na atual conjuntura da historiografia colonial brasileira, duas correntes se apresentam como alternativas de análise: Antigo Regime dos Trópicos (ART) e Antigo Sistema Colonial (ASC). A primeira, defende uma concepção mais ampla do domínio português, pelo qual as diversas colônias lusitanas compunham com a Coroa um vasto império, permeado de oportunidades e imbricados de relações internas de poder. Era o Império Português o lugar para a oportunidade dos ganhos políticos e econômicos por meio de doações de mercês e honrarias. A sede do poder era um pedacinho de terras no continente europeu, o qual controlava um vasto, longo e distante território com dimensões geográficas bem maiores que os limites do país europeu, pelo qual, apenas por meio de doações de poderes a particulares, poderia ter alguma governabilidade.

Já a segunda corrente - ainda que perceba e concorde nas dificuldades em governar um vasto território tendo a sede de poder no continente europeu - não compactua com a tese de que a Coroa era dependente de sujeitos imbuídos de poder, mas proeminente em seus domínios, por mais conflitante que fosse agrandar colonos e metropolitanos. A ASC enxerga nas mercês um fato corriqueiro da administração portuguesa, mas não concede para a prática a pecha de destaque, mas sim secundária. Não existiria mercês coloniais se não houvesse, primeiramente, poder monopolizador de um Estado ou rei, ou seja, a Coroa impõe sua autoridade com a colônia, e vez ou outra, em alguns desgastes negocia autoridades sem perder a condição de mandatária do poder, da terra, do título e da relação.

O embate entre as correntes citadas, tem uma trajetória marcada por historiadores brasileiros,

portugueses e brasilianistas. Charles Boxer, brasilianista, já destacava a importância de compreender as nuances do Império Português. Ciro Cardoso Flamarion prosseguia na investigação, destacando os micros poderes. Luís Felipe D'Alencastro avançou nos estudos ao enxergar na triangulação do comércio escravista uma malha de interligação do Império português.

Todavia, foram os estudos de Antônio Manuel Hespanha que modificaram as noções da relação colônia e metrópole, marcando a cisão definitiva com a concepção tradicional de uma colônia sempre dependente da metrópole. No Brasil, uma gama de historiadores adotou a concepção de Hespanha como viés metodológico, tais como José Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, Fernanda Bicalho, entre outros.

Segundo Fragoso (2000), nas extensões do Império Português era possível ocorrer enriquecimento colonial e mobilidade social. As elites, adquiriam a posição no topo da hierarquia administrativa e econômica da colônia, negociando com a Coroa através do sistema das mercês¹.

Para Fragoso (2000), desde a conquista portuguesa de Ceuta em 1415 essa estrutura era comum ao Império Ultramar. Ocupar postos, ter privilégios mercantis, realizar viagens marítimas exclusivas, ser isento de taxas e direitos alfandegários. Era o que se ganhava pela fidelidade, e assim os postos no Império permitiam a formação de fortunas.

Conforme Fragoso (2000), a presença nos dois lados do Atlântico de estratégias de acumulação semelhantes pode ser chamada de economia do bem comum. As mercês asseguravam ao reino a solução de bens comuns, como a defesa de uma cidade, um abastecimento

1. Segundo Fragoso (2000), nos últimos anos tem surgido temas da história colonial no Brasil que tentam romper a abordagem do Brasil Colônia caracterizada pela posição periférica ou escravista, e que superaram a posição dicotômica colônia e metrópole.

* Doutor Unesp/Assis.

de escravos, etc. Assim, a economia de bem comum só acontecia baseada no sistema de reciprocidades estabelecidos entre realeza e súditos, centro e periferia.

Os desdobramentos da ART suscitaram uma reação de historiadores que defendiam a visão colônia x metrópole como concebida tradicionalmente e defendida por Fernando Novais. Destaca-se, nesse momento, as leituras e críticas de Laura de Mello e Sousa e os argumentos em favor de um Antigo Sistema Colonial na obra lançada em 2006 *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*.

Já em Hespanha, Mello de Sousa aponta para a pouca atenção a especificidade dos diferentes contextos imperiais. Para Sousa (ano), o autor tem grande apreço ao esquema polissinodal (isto é, polos que integravam pelos poderes municipais e locais) e à microfísica do poder que o leva a enfraquecer em demasia o papel do Estado e a criar armadilhas para si próprio.

A influência de Hespanha sobre os brasileiros da ART também é sinônimo de críticas por generalizações baseadas em situações próprias do Oriente, a um enfoque expressivo à fragilidade do poder central, isto é, desconsiderando que ao fim e ao cabo tudo se fazia em nome do rei e de Portugal.

A América Portuguesa no Brasil-Holandês

A presença holandesa no nordeste brasileiro relaciona-se direta ou indiretamente a uma série de acontecimentos no cenário europeu. Assim sendo, a Independência dos Países Baixos, o fim da Dinastia de Avis, a União Ibérica, a Guerra dos Trinta Anos, e mesmo a Revolução Inglesa são acontecimentos que irão repercutir diretamente na vida da Colônia portuguesa na América.

O expansionismo holandês e a resposta a represália espanhola de fechar os portos do Novo Mundo para os flamengos, em 1601, culminaram em um caminho que mais tarde levaria a quebra da hegemonia da aristocracia rural na América Portuguesa.

Olinda e Salvador eram locais que floresciam em meio a uma região marcada pela pobreza de seus vizinhos. Olinda era o principal polo econômico da região. Nessa cidade, os senhores de engenho podiam desfrutar de seus momentos de lazer graças a riqueza gerada pelo açúcar que enfeitava as casas e preenchia as mulheres de luxuosos adornos. Por sua vez, Salvador era o centro político da colônia lusitana, e em razão,

sobretudo, de sua localização era o local preferido do desembarque de reinóis que vinham e levavam notícias da e para a metrópole.

Ao mesmo tempo, a riqueza açucareira, o interesse por outras especiarias e por possíveis achados metalíferos; estimulava constantes visitas de europeus que viviam fora da Península Ibérica à colônia portuguesa. Essa situação incomodava os comerciantes reinóis estabelecidos aqui, as autoridades eclesiásticas e as forças políticas da colônia. Tal receio vinha desde o questionamento da divisão do Tratado de Tordesilhas, em 1492, e acentuava-se com a Reforma Protestante. Temiam as forças locais, que a presença de outros estrangeiros na colônia pudesse levar a perda do território e ao estabelecimento do protestantismo na América Portuguesa.

O incremento do temor também era decorrente dos saques e das pilhagens feitos no litoral brasileiro, situação esta que gerava conflitos. Os holandeses, responsáveis pelo transporte e refino do açúcar, foram alijados da costa brasileiro por imposição da Coroa Espanhola que proibiu o acesso dos navegadores holandeses aos portos brasileiros. Tal situação tanto poderia levar ao declínio das exportações do açúcar, quanto a invasão da América Portuguesa pelos flamengos.

Os boatos de iminentes invasões eram frequentes. O grande número de holandeses presos, acusados de saques e pilhagens, e o grande número de cripto-judeus estabelecidos no Nordeste que tinham informações de seus semelhantes estabelecidos nos Países Baixos, davam mais consistência a tais boatos.

Em 1624, confirmando os temores, ocorreu a primeira invasão holandesa em Salvador. Entretanto, a permanência dos holandeses na cidade durou pouco. A notícia da conquista do centro político da América Portuguesa fez com que a coroa espanhola organizasse uma esquadra que mais tarde (1625) recuperaria o território outrora perdido.

Esse acontecimento trouxe um duplo aprendizado para holandeses e portugueses. Para os portugueses, a derrota serviu para fortalecer a cidade com a construção de fortes e a permissão para os moradores portarem armas de fogo. Para os holandeses, a derrota serviu como um aprendizado para uma segunda invasão que deveria ser pensada de maneira mais organizada e com uma maior quantidade de combatentes. Fato este que também aconteceu.

O pensamento inicial dos fundadores da Companhia das Índias Ocidentais era conquistar e

ocupar o interior para que os nórdicos pudessem ter a primazia na produção do açúcar. Contudo, o que se pode observar nas fontes e na bibliografia é que a invasão tomou outro rumo.

Uma das primeiras consequências da segunda invasão foi a destruição da cidade. Olinda foi saqueada, os engenhos em suas proximidades foram queimados, as principais famílias ou foram assassinadas, ou fugiram para a região mais ao sul. A leitura das fontes causa a impressão que Olinda tornava-se uma cidade fantasma.

Sendo assim, aos holandeses tornava-se desnecessário manter uma guarnição fixa na cidade abandonada. Associava-se a isso, a lição outrora aprendida com a perda da cidade de Salvador. A fixação e concentração dos holandeses poderia ocasionar um contra-ataque direcionado pelos insurgentes locais ou pelas forças ibéricas. Além disso, o interesse mercantil da empresa holandesa responsável pela invasão do Nordeste, a Companhia das Índias Ocidentais, exigia o controle sobre a região produtora e não apenas sobre uma cidade.

Assim partiram os holandeses para o segundo passo da conquista da América Portuguesa. A posse do pequeno povoado do Recife (dispondo de uma interessante localização geográfica próxima ao mar) atraía aos interesses da Companhia das Índias, que via Recife como um bom lugar para embarque e desembarque de navios. Ao mesmo tempo, acreditavam os batavos que a geografia da cidade poderia dificultar os ataques dos insurgentes.

Porém, ao dar o segundo passo, os holandeses passaram a enfrentar o maior problema desde o seu desembarque no Nordeste: a defesa dos insurgentes. Entre Olinda e Recife havia um local que passou a funcionar como um quartel general dos rebeldes locais, formado principalmente por senhores de engenho. O nome do lugar era Arraial do Bom Jesus, e os engenhos da região do Arraial respondiam pela metade da produção açucareira da região. Como as batalhas estagnaram o trabalho nos engenhos, era fundamental para os holandeses vencerem os locais para alagarem o território conquistado e restabelecer a produção açucareira.

O período de conflito causou um grande derramamento de sangue que interferia na moral e na perseverança dos combatentes. A situação só veio se alterar com o aumento do contingente militar em solos recifenses, e com a deserção de Domingos Calabar para o lado dos holandeses. Conhecedor da geografia local e das

estratégicas empreendidas pelos insurgentes, Calabar acabou tornando-se o principal guia nas práticas de guerrilhas e emboscadas tomadas pela liderança militar flamenga. Gradativamente, a fome e as baixas entre os combatentes fez diminuir o ímpeto revolucionário dos insurgentes locais e, dessa forma, os holandeses puderam vencer os locais e conquistar o Recife.

Conforme já afirmamos, satisfeitos com o território recifense, os invasores decidiram escolher a cidade como sede do Brasil Holandês. Tal decisão parece ter sido acertada na medida em que teria contribuído para estimular a vinda de europeus para o Recife. A capital tornou-se uma cidade portuária que atraía pessoas de todos os tipos étnicos e sociais. Mercenários oriundos da Alemanha, Inglaterra e dos Países Baixos desembarcavam na cidade. Em razão de sua origem social, de seus interesses, de sua forma de vida anterior, e do desconhecimento das atividades produtivas de açúcar, o grosso dos imigrantes que vinham para o nordeste, não se fixava no campo onde havia necessidade para substituir os lusos; mas sim no Recife, aumentando a população e o custo de vida.

O desenvolvimento inicial do Recife atraiu um grande número de migrantes, especialmente com a ida de cristãos-novos que se convertiam ao judaísmo. A fixação do holandês na cidade manteve os invasores longe da produção de açúcar e, por conseguinte, do meio rural, e promoveu no Brasil Holandês uma incipiente urbanização.

Na cidade encontravam-se os diretores da Companhia das Índias e os agentes das empresas da Holanda que tinham interesses no Brasil. Tais lideranças batavas passaram a controlar os rumos da política na colônia, causando o desprestígio dos antigos senhores de engenho que, até então, monopolizavam o poder político na colônia.

O inicial desenvolvimento do Recife fazia com que a cidade começasse a sofrer com os possíveis problemas que uma nascente urbe poderia ter. Tornava-se endêmico na cidade um elevado número de crianças de pais desconhecidos, pois uma vida sexual desregrada provocava em seus progenitores uma indefinição quanto a paternidade da criança. Ao mesmo tempo, o Recife enfrentava outra dura realidade: a proliferação de doenças venéreas, tais como a sífilis e gonorréia.

Ademais as questões urbanísticas, o Brasil – Holandês ficou conhecido pelas tentativas das coroas ibéricas em restaurar o território das mãos dos holandeses. Nesse momento, a chegada de enviados

metropolitanos coincidia com o surgimento de líderes luso-brasileiros que não apenas aspiravam as expulsões dos invasores, mas também beneficiarem-se em monopólios econômicos e carreiras políticas.

Negociações e trocas no sertão e no litoral nordestino.

No cenário do Brasil – Holandês, o ano de 1639 pode ser visto como o ano da transição. Esperava-se que após longos anos de crises agrárias oriundas dos conflitos entre luso-brasileiros e holandeses, a produção açucareira recuperaria o vigor de outrora e alcançaria um patamar significativo.

A expectativa atraiu a atenção não apenas da Companhia das Índias Ocidentais, mas também das coroas ibéricas, no limiar da dissolução da União Ibérica. Configurar-se-ia uma última cartada da monarquia dual em recuperar o Nordeste das mãos holandesas.

A estratégia de um envolvimento indireto na recuperação do território, fez com que as ações ibéricas subdividissem as forças entre o governo oficial na América Portuguesa, sediado em Salvador; insurreções no interior do nordeste e senhores de engenho. No primeiro polo a ordem era manter uma neutralidade frente aos invasores holandeses, visto que uma declaração de guerra aos invasores poderia principiar conflitos no continente europeu. O segundo grupo era composto por todo tipo de sujeito, desde índios e escravos até antigos senhores que perderam seus territórios durante a invasão. O último grupo era composto por reconhecidos senhores de engenho nordestinos que compunham o quadro dos maiores devedores da empresa holandesa.

Nesse cenário, era necessário o envio de uma numerosa força militar ibérica capaz de coordenar as forças envolvidas, bem como recuperar o território em um momento tão importante para a economia local. Nascia assim a esquadra de Dom Fernando Mascarenhas, Conde da Torre.

Embora figura de destaque, Conde da Torre carrega na historiografia a pecha de não ter sido hábil suficiente na estratégia adotada, visto que deixou escapar a chance de reconquistar o território perdido, preferindo ocupar o litoral de Salvador ao invés de investir contra os holandeses em Recife. O clérigo Manoel Calado, em seu *O Valeroso Lucideno*, lamenta o erro do conde em não atacar holandeses em um momento em que esses estavam frágeis e carentes de suprimentos alimentares,

com pouca gente de guerra, fortalezas desmanteladas e poucas munições. O tempo de um ano foi suficiente para a recuperação das forças holandesas, que tiveram condições de resistir e expulsar as forças do conde.

Ao longo do processo de recuperação das forças holandesas, a proibição de luso-brasileiros portarem armas em suas residências provocou conflitos, prisões e mortes; aumentando as tensões entre os dois lados. De imediato, Maurício de Nassau enviou uma comitiva de funcionários neerlandeses no intuito de pedir tréguas ao vice – rei Fernando de Mascarenhas.

Ainda que Nassau e Mascarenhas tivessem atitudes diplomáticas, houve momentos de ataque de uma cidade a outra. Carlos de Torlon, secretário pessoal de Nassau realizou ataques a Salvador. Como revanche, Mascarenhas enviou soldados sob a direção de Paulo da Cunha em direção ao Pernambuco para queimar canaviais de açúcar e matarem os bois mansos que se encontrasse no intuito de impedir que holandeses tivessem o que carregar e como carregar. Segundo Calado (1945), essa atitude teria se dado de maneira a demonstrar aos neerlandeses qualquer participação no dado evento. Assim que despediu esses homens, Mascarenhas também teria enviado uma carta a Nassau “alertando-o que da Baía Ihe haviam fugido muitos soldados, e alguns deles facínoras” (CALADO, 1945, p. 162) O plano de Mascarenhas deu certo. Assim diz Calado sobre a chegada desses soldados ao Pernambuco.

Chegaram as tropas dos nossos soldados ao distrito de Pernambuco, e repartidos de dez em dez, e de quinze em quinze por as freguesias de toda a Capitania, começaram a por fogo os canaviais, e houve grande perturbação entre os moradores, e Holandeses; (...) Entre nossos soldados vinham alguns amigos do interesse, e cobiçosos de dinheiro, tanto que se viam ausentes de seus Capitães (que não podia ser menos, segundo andavam espalhados) deixaram de por fogo a muitos canaviais por respeito do dinheiro, que os senhores dos engenhos, e lavradores lhe davam, e por este caminho ficaram muitos intactos, e outros lhe punham fogo de contravento, e fugiam, acudindo os lavradores com seus escravos o apagaram em breve. O que sabido por o Vice-Rei jurou de enforcar aos culpados, tanto que se tornassem a recolher para a Baía. (CALADO, 1945, pp.163-164)

Ainda que o nome Conde da Torre seja sinônimo de mais uma tentativa fracassada na recuperação do Nordeste, sua estadia produziu uma importante série documental sobre cartas e regimentos trocados entre os

luso-brasileiros da América Portuguesa e a monarquia dual. Ao longo do ano em Salvador, Conde da Torre trocou inúmeras cartas com lideranças locais baianas, senhores de engenho pernambucano, campanhistas do interior, forças do poder metropolitano na colônia e com a realeza portuguesa. A produção dessas cartas é vasta, contudo, pouco estudado na historiografia do Brasil - Holandês.

Há de ser destacado o papel do Conde não apenas em expulsar os holandeses, mas também atender as demandas das diversas forças que lutavam entre si pela representatividade em combater os holandeses, bem como em demonstrar os graus e/ou autonomias de poder. Cabia ao conde resolver questões de governadores no Rio de Janeiro, como Salvador de Sá, as lideranças de Salvador, Recife e os insurretos no interior, que não necessariamente estavam de acordo com os rumos tomados do movimento campanhista.

O presente capítulo divide-se em dois tipos de cartas: cartas de concessão e/ou mercês, e cartas de monopólio. O estudo das cartas em questão, em caráter inicial, é mais um elemento que contribui no entendimento da presença holandesa no Brasil, e também sobre os mecanismos de concessão de poder na América Portuguesa.

Cartas de concessão

Sob a determinação da Coroa Ibérica, o conde é encarregado na escolha de homens na ocupação de postos, bem como na negociação com sujeitos que desejavam ganhos materiais como recompensa pelas lutas contra os holandeses. Ao mesmo tempo, Felipe II era enfático na maneira pelo qual licenças deveriam ser concedidas na Bahia, visto que temia um desequilíbrio se as concessões fossem apenas para os insurretos pernambucanos.

Caberia ao Conde da Torre resolver conflitos e casos de interferências de poderes na colônia que ameaçavam o equilíbrio das forças e das hierarquias de poder. A carta enviada em 20 de agosto de 1638, como determinação:

Aponta ao senhor conde da Torre as dúvidas que se seguirão a uma carta de seguro que o ouvidor geral do estado do Brasil, o doutor João do Couto Barbosa, concedeu a um Jacinto Pereira, no fim da

quais uma por seu serviço que o governador daquele estado se não intrometa no ofício de ouvidor geral. (SALVADOR, 2001, p. 26)

Boa parte das cartas de posse do conde referia-se a oficialização da nobiliarquia dos luso-brasileiros. Era Mascarenhas o responsável em remeter as cartas reais para destacados capitães, como Francisco Rabelo, Sebastião do Souto e a Henrique Dias; lideranças que até o ano de 1645, não eram formalmente vinculados a administração portuguesa.

Os cuidados para com os colonos não se restringiam aos moradores do nordeste, mas também a importantes regiões da América Portuguesa, como a capitania do Rio de Janeiro e os conflitos políticos e comerciais com o capitão mor, Salvador Correa de Sá e Benavidez. Em carta de 22 de agosto de 1638, o rei reitera a necessidade do conde olhar para o Rio de Janeiro com “muito zelo e pagar o que devia ao fiel governador Salvador de Sá e Benavidez” (SALVADOR, 1945, p. 60).

Nas cartas enviadas ao Conde de Montalvão, os diversos tipos de hábitos a serem distribuídos eram anexados a todo tipo de liderança de destaque, incluído os conhecidos Henrique Dias e Felipe Camarão, negro e silvícola, respectivamente. Em carta de 22 de agosto de 1638, o rei concede mercês de hábitos das três ordens militares que escolhessem, quarenta cruzados de soldo cada mês e o foro de fidalgo da Coroa portuguesa aos principais insurretos, bem como ordena que o conde insira Henrique Dias, Francisco Rabelo e Sebastião do Souto nos lugares em que lhe couberem, e que se assim o fizesse o conde estaria servindo ao rei muito bem.

A observância quanto aos silvícolas prossegue na carta de 14 de setembro de 1638, pelo qual o rei comunica ao Conde da Torre a consideração aos índios brasileiros, em especial a Antônio Felipe Camarão e que envia uma cadeia de ouro de dois mil reais com uma medalha do rei. Na mesma carta, o rei afirma ter dado a um tio de Camarão, Simão Soarez Jagurari, uma mercê de setecentos e cinquenta reais de soldo a sua mulher, pela sua morte.

Outro exemplo, é o do sargento mor Diogo Pinheiro Camarão. Para o rei deveria ser pago a esse mil e duzentos e cinquenta reais, sendo que quinhentos réis pagos como pedido na Bahia (o sargento) e os setecentos e cinquenta réis em Pernambuco, depois de restaurado. O rei também afirma ser necessário dar de imediato as comendas de ordem, ou de Santiago ou de Avis, e da necessidade desse sargento mor distribuir para seus índios a quantia de dois mil e quinhentos réis.

A concessão de privilégios aos silvícolas não se restringia a títulos, mas também a cargos, em especial aos pedidos de Felipe Camarão. Para tanto, cita-se como exemplo, o pedido feito por Camarão a Martim Soares Moreno acerca do índio capitão Pantaleão Mariz. Camarão afirma a Moreno que pode enviar Mariz ao Maranhão com o título de capitão e com mil e quinhentos réis de soldo por ano a fim de adestrar os silvícolas da região, importante como porta de entrada para o norte da América Portuguesa. Cita também ao soldado índio Antonio Gomez e a quantia de 750 réis de soldo por ano; e a Calisto do Barco, soldado de outra companhia com os mesmos 750 réis de soldo por ano. Alonso Dias, índio com 500 réis e a Salvador Gonçalves outros quinhentos reis.

Como intermediário e representante da Coroa Portuguesa, o Conde da Torre também é procurado com os pedidos de lideranças locais, bem como portador das respostas enviadas pelo Estado lusitano. Em carta a Cristóvão Soares, há uma resposta a um pedido anterior em que prometeu-se pagamento de algum encomendado de Soares. Na mesma carta se faz a seguinte afirmação:

Em tudo o que houver do serviço de Vossa Merce me há Vossa Merce de mandar com grande confiança e a tudo ei eu de acudir com grande cuidado. Assim o farei ao que se me dizer há no negócio de Angola, e terei por mercê muito particular que Vossa Merce se lembre na confiança que deve ter de mim para me dar muito boas novas suas e conhecer a estima com que és ei de ouvir e pretender, e com essa mesma confiança ei sempre de dar a Vossa Merce razão de mim. (SALVADOR, 1945, p. 507)

Em carta a Antonio da Cunha de Andrade, o conde responde que:

Uma carta recebi de Vossa Merce do primeiro de Setembro em Vossa Merce me pede a brevidade do despacho e carga da sua nau; e em tudo o que me derem lugar as ordens de Sua Magestade, enxergara Vossa Merce que desejo de o servir e procurar que se restitua das perdas de que se me queixa. (SALVADOR, 1945, p. 509)

Portador da justiça lusitana, o Conde da Torre é responsável em perdoar aos que tinham migrado de lado e ido para o lado holandês, bem como em negociar a doação de poder a líderes locais.

É preciso salientar que não era qualquer medida contrária aos holandeses que era bem vista pela liderança do conde. O temor em desestabilizar a estratégia da guerra silenciosa, bem como em principiar o surgimento de liderança paralela, fez com que o Conde da Torre reprovasse algumas atitudes. A carta enviada em 21 de fevereiro de 1639 a moradores do interior que queimavam canaviais, realça tal aspecto ao afirmar que:

Dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre, do Conselho d'Estado de Sua Magestade, comendados das villas do Rosmaninhal e Santiago de Forte Arcada, capitão general de mar e terra e governador do estado do Brazil etc, porquanto sou informado do grande dano que se segue em se tomarem as barcas que andão ocupadas no serviço dos engenhos, e a moléstia e perda que nisso recebem os senhores dos ditos engenhos por ser este o tempo em que ellas lhe são mais necessárias, ordeno e mando que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, posto e condissão que seja, tome nem mande tomar destas barcar pelos respeitos assima <referidos>; e sendo que sejam necessarias para o serviço de Sua Magestade ainda em tal caso as não <poderão> tomar sem ordem particular minha <por escrito>, sob pena de proceder contra o que fizer o contrario como me parecer que convem. Manda se publicar este bando e fixar nos postos públicos desta cidade para que assy venha a noiticia de todos o que nelle se conthem. Dado nesta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, sob meu sinal somente aos 21 de fevereiro de 1639. (SALVADOR, 1945, pp.18-19)

Cartas para monopólio: assentistas

Nos últimos anos, o estudo sobre os intermediários dos poderes da administração metropolitana em sua colônia americana tem despertado a atenção dos historiadores. Os contratadores, ou assentistas, fazem parte de uma gama de sujeitos que intermediavam os negócios entre Portugal e a colônia. Em geral, controlavam os preços da produção agrícola, bem como do comércio alimentício e de vinhos.

Nas cartas do Conde da Torre, chama a atenção o compromisso que a monarquia assume com os que investiram suas rendas na luta contra os holandeses. Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo em carta do rei Felipe II datada de 13 de agosto de 1639, são considerados pela importância da guerra e os custos com ela, confirmando suas despesas bem como dos locais. Para tanto, ele cita o contato com Pedro de Baessa e Jorge

Gomes Alemo por tempo de dois anos na forma que se contem no contrato, pelo qual duzentos mil cruzados serão entregues na defesa do Brasil, sujeitos como Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo fazem parte do grupo dos assentistas.

No contrato que Pedro e Jorge tinham eles eram obrigados a entregar os cruzados, sendo o qual a metade em fazendas nos armazéns e a outra metade em dinheiro de contato em Salvador. A entrega das fazendas seria assistida, recebida, aprovada e avaliada por ministros.

As despesas de Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo eram referentes a um contrato lavrado em 07 de Novembro de 1637 pelo qual se tinha o assento no valor de 200 mil cruzados para o apresto da armada do socorro do Brasil. 100 mil cruzados em dinheiro para Salvador e outros 100 mil em vinhos, azeites, chumbo, murrão e outras fazendas a cidade de Lisboa.

Em Salvador os cem mil cruzados seriam entregues pelos assentistas em cinco pagas iguais, pelo qual vinte mil cruzados cada paga, sendo a primeira 30 dias após a chegada da esquadra no porto de Salvador. Caberia também aos assentistas prover 1500 pipas de vinho novos no valor de 10300 reis cada pipa, bem como suprir as reservas de azeite.

Porquanto elles assentistas por servir a Sua Magestade fazem grande despeza de suas fazendas e créditos, há Sua Magestade de haver por bem que de hoje me diante ate fim do anno de seiscentos e trinta e nove, que he o tempo que há de durar o contrato de consulado, não sejam lançados em finta algua nem empréstimo Jorge Gomes Alemo, nem seu pay, Diogo Rodrigues de Lisboa, participes nesse assento, porquanto Pedro de Baeça, não so em rezo de ser fidalgo da caza de Sua Magestade senão por ser cavaleiro professo do abito de Cristo com penção bastamte, esta livre de semelhantes contrebuições (SALVADOR, 1945, p. 131)

No entanto, os assentistas em questão não foram capazes de arcar com a responsabilidade assumida e assim foram obrigados a:

Entregar duzentos mil cruzados, a metade em fazendas nos armazaram e a outra metade em dinheiro de contato em Salvador. Como os individuos nao cumpriram o acordo de suprimento, o rei mando que os officiais dos armazens retirassem as ditas fazendas aos mestres dos melhores navios da armada e mais seguros e tomassem conhecimentos das entregas por vias,

com declaracao da quantidade e sorte de fazendas que foram entregues. Deveria ter reconhecimento do provedor mor, do escrivao da fazenda, do almoxarife (SALVADOR, 1945, p. 430)

Dos duzentos mil cruzados, cem mil cruzados em dinheiro de contato na cidade de Salvador e outros cem mil na cidade em vinhos, azeites e chumbos, murrão e outras fazendas. Eles eram assentistas e distribuíam os cem mil cruzados em cinco pagas iguais. O pagamento deveria ser feito de trinta em trinta dias, sendo que a primeira deveria ser paga trinta dias depois da armada ter chego no porto da dita cidade.

Eles eram responsáveis por mil sacas quinhentas pipas de vinho em Lisboa, devendo fazer com isso 750 tonéis de vinha, recebendo preço de 10600 reis que vem a ser o caldo de cada pipa a cinco mil e trezentos reis. Os assentistas também deveriam prover com dois mil cântaros de azeites, para os quais a Majestade mandara dar as vasilhas, a preço de novecentos reis cada cântaro.

Referências

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2007. Primeira edição é de 2005.
- BOXER, C. R. O Império Marítimo Português. 1415 – 1825. Tradução de Anna Olga Barros Barreto. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. Os holandeses no Brasil. 1624 – 1654. Tradução Olivério de Oliveira Pinto. Brasiliana. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- _____. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602 - 1685). Trad.
- CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da liberdade*. Recife, 1942.
- GOUVÊA, Maria de Fátima, et al (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVII-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a. PP. 174-175.
- _____. Às Vésperas do Leviathan. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. —A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima, et al (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e MELLO, Evaldo Cabral de. O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MELLO NETO, José A. Gonsalves de: *Henrique Dias: Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil*. Joaquim Nabuco, Recife. 1988.
- . *Tempo dos Flamengos*. José Olympio, Rio de Janeiro. 1947.
- . *A Situação do Negro no Brasil – Holandês* In Novos Estudos Afro-Brasileiros. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1937.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808). São Paulo: Hucitec, 1979.
- PORTO SEGURO, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Silva. *História das Lutas Com Os Holandeses No Brasil: Desde 1624 A 1654*. Progresso, Salvador. 1955.
- RODRIGUES, José Honório. *Civilização Holandesa no Brasil*. Nacional, São Paulo. 1940
- . *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1949.
- SALVADOR, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch. Cartas do 1º Conde da Torre. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; CHDD/MRE, Rio de Janeiro. 2001.
- SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ESTRATEGIA Y TÁCTICA GUERRERAS DE GRUPOS INDÍGENAS CONTRA LOS ESPAÑOLES EN COAHUILA, NUEVA ESPAÑA, EN 1666

Carlos Manuel Valdés*

La documentación colonial siempre depara sorpresas aun a quienes hemos trabajado en archivos. A menudo las masas de manuscritos que habíamos catalogado y revisado revelan, en una segunda o tercera lectura, datos que muestran un pasado que ignorábamos y en el cual surgen elementos que echan abajo certezas largamente aceptadas. El siglo XVII ha sido descrito por los historiadores como una centuria apacible y descolorida en la que, tras el pasmo de la conquista en el XVI, España puebla los espacios vacíos, extiende sus empresas y sus misioneros convierten a los indios al cristianismo. Pero en el momento de recurrir a los documentos nos encontramos con que se trata del siglo del derrumbe demográfico, del esclavismo de los indios, del traslado masivo de africanos a América, de la corrupción de los militares y de no pocos eclesiásticos, de la lucha abierta por el dominio de todos los espacios. También de las guerras indias en el septentrión novohispano.

En el noreste de la Nueva España lograron fundarse y sostenerse unas cuantas villas a finales del siglo XVI, como Saltillo, Parras y Monterrey. Sus habitantes tuvieron enfrentamientos armados con los indios en 1577, 1578, 1581, 1596, 1600, 1601, 1604, 1609, 1616... y la racha continuó en los siguientes años. En la medida que se fundaban otras villas españolas y pueblos de indios, los aborígenes nómadas de la región entraban en la lid. El fracaso de la colonización en la región fue rectificando el rumbo (al menos eso se creía que iba a suceder) con la importación de familias tlaxcaltecas en 1591, de las que se esperaba un triple servicio: mostrar a los nómadas las ventajas de la vida sedentaria, recorrer hacia el norte la frontera española y combatirlos, en su caso. Los tlaxcaltecas fracasaron en la reducción de los indios igual que los españoles. Los españoles, por sus propios prejuicios raciales

no lograron asociarse nunca con los nómadas; los tlaxcaltecas, por su parte, en catorce pueblos y siete misiones en que habitaron, tuvieron solamente una experiencia exitosa de convivencia.¹ Ambos grupos (europeos y mesoamericanos) se creían superiores a todos aquellos a quienes denominaban, con desprecio, chichimecas.²

Monterrey, Saltillo y Parras se encuentran más o menos en una misma línea de ese Septentrión inicial. Más al norte se habían fundado algunas poblaciones que no lograron subsistir. En lo que ahora es Monclova se trató, infructuosamente, de instalar una villa desde el siglo XVI. Sin embargo, los mismos españoles se encargaron de destruirla iniciando una cacería de indios sistemática para venderlos en Zacatecas, México, Querétaro o Las Antillas.³ Esa Nueva Almadén fracasó por los ataques de los nómadas. Otra misión que intentaron los jesuitas, Las Cuatro Ciénegas, no tardó en abandonarse. No muy lejos de ahí fue asesinado un misionero franciscano en el río Nadadores apenas iniciando el siglo XVII. Hay, por tanto, un vacío de establecimientos españoles, fuesen políticos o religiosos, durante un largo período de 99 años que va desde la primera fundación de esa villa en 1577 hasta su refundación definitiva tras su abandono,

1. La misión en donde se logró esa (relativa) convivencia fue San Miguel de Aguayo en la que tlaxcaltecas y alzapas compartieron un espacio, el agua y un templo, pero cada uno tenía sus autoridades, sus milpas y su barrio.

2. El concepto *chichimeca* viene de los mexicas (aztecas) y tiene varias traducciones despectivas aplicadas a los indígenas que estaban fuera de su dominio, nómadas, en general. Es un genérico que puede asimilarse al *bárbaro* de los atenienses. Era término racista y así fue adoptado por los españoles. Una explicación sobre el etnocentrismo como actitud *normal* se encuentra en Werner Sollors, "Who is Ethnic?", ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth y TIFFIN, Helen, eds., *The Post-Colonial Studies Reader*, Londres y Nueva York:Routledge, 1994, pp. 219-222.

3. VENEGAS DELGADO, Hernán y VALDÉS, Carlos Manuel, *La ruta del horror. Prisioneros indios del noreste novohispano llevados como esclavos a La Habana, Cuba*, 2º corregida y aumentada, Saltillo:Gobierno del Estado de Coahuila, 2013.

* Universidad Autónoma de Coahuila.
E-mail: camaval@hotmail.com

que se da en 1676. Entretanto se intentó repoblarla alrededor de siete veces. Ese siglo de ausencia española institucionalizada no significa que la Corona no tuviese una presencia continua muy real. Desde el Nuevo Reino de León se hacían *entradas* a la región norte para tomar *piezas* que se vendían en los lugares antes dichos, y también en Cuba y Venezuela. Esa entrada se realizó en 1667, más allá del río Bravo.⁴ Entonces, ese siglo de ausencia formal hispano significó para los indios una larga noche de persecución y terror.

El documento que aquí presento se sitúa en este espacio temporal de anarquía y oportunismo de los colonos norteños. Aunque enuncia un acto delictivo específico y tiene una fecha concreta, 1666, he creído prudente mencionar sucesos anteriores y posteriores para que se comprenda en toda su importancia el acontecimiento señalado.

La prohibición de la esclavitud india por las leyes españolas no significó un obstáculo para la burocracia oficial y fue aceptada como normal justificándola como enfrentamientos con indios salvajes, bárbaros y antropófagos. Una condena de la práctica esclavista no aparecerá en el noreste sino hasta 1676 con fray Juan Larios y sobre todo entre 1681 y 1689 cuando el obispo de Guadalajara, Santiago de León y Garabito, exija al rey que se enjuicie a los esclavistas. Su exigencia se apoyó en una encuesta que él mismo hubo de realizar para comprender el problema.⁵

Esa larguísima etapa de acoso, maltrato, esclavización y asesinatos de indígenas producirá respuestas violentas de los aborígenes del hoy Noreste de México. Aquí intento mostrar la percepción que tenían las víctimas de ese verdadero genocidio emprendido contra ellos sin justificación. En el Archivo Municipal de Saltillo, escondido bajo un descriptor muy inocuo, perdido entre más de dos mil juicios criminales, se encuentra un manuscrito que se describe en la carátula como “Causa de Migel indio alsado”.⁶ Se trata de un legajo que relata la captura, juicio y condena a muerte de

un indio que declara él mismo llamarse Miguel porque fue bautizado en la misión de Santa María de las Parras y ser de nación tusare.⁷ El evento se desarrolla en unos cuantos días de mayo y junio de 1666.

Normalmente la palabra de las víctimas no era registrada por los escribanos al servicio de la burocracia virreinal, aunque aquí tenemos un ejemplo de transcripción del interrogatorio con datos que solamente pudo haber entregado el procesado. En general siempre es necesario dudar de la veracidad del escrito cuando se trata de enjuiciar a un “enemigo de la Real Corona”, como se le señala desde un inicio, es decir cuando antes del juicio ya se tenía el veredicto. No obstante, parece importante revisar con cuidado el texto para intentar leer lo que manifiesta de manera directa o, también leer entre líneas o, incluso, intentar una revisión hermenéutica del significado de palabras, frases, acciones descritas, ausencias y silencios. Más allá de lo que relata el escrito, los hechos que despliega pueden buscarse en otros repositorios tanto del orden político (archivos municipales) como eclesiástico (archivos parroquiales).

El documento inicia diciendo que se recibió información de un hacendado del Nuevo Reino de León solicitando ayuda al Alcalde de Saltillo, jurisdicción de la Nueva Vizcaya, para atrapar a unos ladrones de caballos que habitan o tienen su radio de acción en la Provincia de Coahuila. Este inicio de proceso es interesante pues nombra a tres provincias de la Nueva España. Sabemos que la tercera mencionada todavía no había sido erigida pues lo sería diez años más tarde, pero, curiosamente, se mencionaba una región bajo el nombre *Cuaguila* desde el siglo XVI; tal incongruencia es aparente porque todo mundo sabía que ese lugar existía y así se le había nombrado desde 1594 (*Cavila*) aunque no existiese en la administración española como provincia. Ser tierra de nadie era la mejor invitación a que los dos vecinos la considerasen un sitio donde no tenían nadie a quien sentirse subordinados: los indios ahí ubicados eran de nadie.

Esa sería la primera de una serie de sorpresas que aparecen en el manuscrito. De inmediato se habla del envío de dos compañías de soldados salidos de

4. La palabra *entradas* en los manuscritos de la época significaba toma de esclavos y el término *pieza* era sinónimo de esclavo.

5. La lucha del obispo de Guadalajara contra el Gobernador del Nuevo Reino de León y sus vecinos se encuentra en la Universidad de California en Berkeley, Colección Bancroft, *Manuscritos Mexicanos*, n 167, 379 ff., traslado y adaptación. El original, más voluminoso, está en Sevilla.

6. Así escrito. La clasificación es: *Archivo Municipal de Saltillo* (AMS en adelante), PM, c 1, e 38, 1666, Causa instruida contra Miguel, indio tusare, que fue cogido en campaña después de cometer varios asesinatos y sentenciado a muerte en 10 de junio.

7. El concepto *nación*, es de uso común en la documentación de la época. Se emplea incluso en las actas de bautismo. Hay toda una polémica sobre su significado, que aquí dejo de lado. Ver una idea sobre el tema en Carlos Manuel Valdés, *La gente del mezquite. Los nómadas del noreste en la colonia*, México: CIESAS-INI, pp. 49-58, 1995.

Saltillo a atacar a los abigeos. Al mando iba Ambrosio de Cepeda, hijo de un español homónimo de Toledo. El primer Ambrosio había montado una hacienda no muy lejos de Saltillo (a unos 16 kilómetros) en la que cultivaba exitosamente trigo, maíz y diversos frutales que, para cosecharlos, recurría a indígenas del norte a los que buscaba cada año donde anduviesen, incluso más allá del río Grande o Bravo (a unos 450 kilómetros). Dichos indios, recolectores-cazadores, dedicaban la mayor parte del año a buscar su alimento y seguir sus costumbres y ceremonias, pero enfrentaban problemas de abasto durante el invierno. Ambrosio de Cepeda, viejo, los atraía a trabajar en su hacienda asegurándoles casa, comida, enseres (cobijas, sombreros, navajas) a cambio de trabajo agrícola; empezando la primavera, regresaban a sus aduares. Es, sin duda, la razón por la que su hijo Ambrosio hablaba las lenguas, pues convivía con los niños indios. Él fue quien atrapó a los ladrones de caballos y entregó al tusare Miguel.

Algunos datos del manuscrito son los que siguen: El documento lo firma el Alcalde Mayor de Santiago del Saltillo, Diego de Valdés, quien dice que envió “dos compañías de soldados a atajar a los indios enemigos alzados y rebelados a la Real Corona que asisten en la provincia de Cuaguila aliados a Don Benito, llamado el Gíbulo, por aviso que se me dio del Capitán Fernando Sánchez de Zamora, Alcalde Mayor del Río Blanco, del Nuevo Reino de León, que traían mucha caballada del puesto de Potosí donde habían cometido muchas muertes”. Una de las compañías fue al mando del capitán Ambrosio de Cepeda, quien trajo muchos caballos y a un enemigo a quien quitaron un muchacho negrito que tanía secuestrado. Cepeda declaró, bajo juramento, que siguió su rastro y los alcanzó cerca de la Castañuela y les quitó más de doscientas bestias y a una india del Nuevo Reino de León y un negrito y uno de los enemigos. Que, además, mataron a doce indios fuera de otros que escaparon. Siguen más informaciones dadas por otros actores que repiten lo antes dicho con pequeñas diferencias. Viene luego la declaración juramentada del negrito. Dijo que “le parece ha tiempo de tres años que estando guardando una manada de ovejas de Francisco Gómez de la Vega, su amo, en la Cieneguilla, junto a Las Nieves, llegaron muchos indios de los alzados, de nación momones, y que se llamaba su capitán Alonso, y era gordo y mozo”, y que a él lo atraparon y vio las cabezas de un cuñado de su amo llamado Agustín Núñez y de un indio llamado Celidón, que los habían muerto, pues

hasta su ropa conoció. Que hicieron más muertes. A él lo llevaron a su tierra junto con los caballos y luego lo trocaron con los vavosarigames por un caballo blanco. Que salían a matar y robar “y de vuelta les oía decir que mataban mucha gente y que todo lo que platicaban entre sí era que habían de acabar los españoles”. Que tienen dos capitanes que los guían: el uno se llama Salvadorillo y el otro Don Francisco “y que no tienen más ejercicio que salir a matar gente y llevar caballada con que convidan a las naciones bárbaras”. Relata otros episodios de muertes y robos especificando lugares (Parras, Aguanueva), nombres de españoles (Aguado y Dorado), enfrentamientos (con otros indios, con dos españoles de Saltillo) y tienen otros muchachos cautivos (uno Juanillo). Añade que los indios que tomaron los carros en el camino a Parral son los todamameros. Menciona a otras naciones: vidavaquimamaros, tasapa, huay, hupa, gogogois, momones y vavosarigames, y que el dirigente que todos reconocen se llama Don Melchor, de nación tasapa, y es ladino en todas lenguas y en castilla. El declarante dice llamarse Nicolás de los Santos, hijo de una negra de nombre Regina, esclava de Francisco Gómez, y tiene, al parecer, catorce años. El Alcalde afirma que este negrito es cristiano y que habla castellano y chichimeca.

Viene después la declaración del indio aprehendido. Antes se nombra traductor a una “persona de toda experiencia de malicia y lengua en la mexicana”. El prisionero dijo que “era cristiano y se llamaba Miguelillo y que en Parras lo habían bautizado y que era de nación tusare. Que tiene cuatro años de andar con los alzados. Que atacaron en la laguna a Alonso el Vajanero. Que en Mazapil guiados por Salvadorillo, mataron un mulato y un español y secuestraron a Estebanillo y a Juanillo, quienes están vivos. Que en Bonanza mataron a dos. Que un compañero que hablaba lenguas entró a San Esteban de la Nueva Tlaxcala que celebraba una fiesta y vio a los que iban a las carboneras y avisó para que los mataran. Se le pregunta si ellos mataron a uno en Parras y declara que eso lo hicieron los piana. Se le pregunta quién mató a Alonso Barba y su arriero en la Boca de Nacatas y dijo que los tetecores. Dijo que al Reino de León entró Agustinillo ‘el Boquinete’. Que la mulada de las Salinas la robó Don Benito pero que en una ranchería los atacaron unos indios y flecharon a Don Benito “y que vinieron todas las naciones y que lo que platican en su tierra es decir [que] han de venir y acabar los españoles y quemar los trigos cuando estén secos”. Añadió que en el Reino de León mataron un

muchacho español a pedradas, le cortaron la cabeza “y luego le cortaron alguna carne y que donde está una cruz la tiraron, que no la comieron porque habíales hecho mal otra cosa que habían quitado a otro que habían muerto”. A la pregunta sobre cuántas naciones siguen a Don Benito, enumeró 18. Hasta aquí los datos.

Los personajes

El Alcalde Diego de Valdés era conocido en toda la región, aún fuera de su demarcación. Algunos años después del suceso que trata este manuscrito, tuvo lugar una visita pastoral del obispo de Guadalajara al Nuevo Reino de León, éste pasó por Saltillo para de ahí dirigirse a las poblaciones norteñas, ya fuesen villas españolas, pueblos de indios o misiones. Un grupo de indios de la misión de San Buenaventura, en el río Nadadores (centro del Coahuila actual), caminó 200 kilómetros para hablar con él antes de que llegara a su misión y pueblo para quejarse de que los frailes franciscanos no los atendían.⁸ Uno de estos indígenas, un cuechal, quedó tan impresionado por la autoridad del Alcalde que adoptó su nombre y apellido. Todos le llamaban Dieguillo pero cuando, más tarde, se le nombró Gobernador del Pueblo de los Nadadores, escribió su nombre completo: Don Diego de Valdés. Es evidente que el *don* se debe al nombramiento de Gobernador que recibió del Virrey, que le envió desde México una vara de mando. Es uno de los que se nombraron.

Don Benito, el Gíbulu, antepone el título *don* a su nombre cosa que no sólo no era común, sino que en la primera época (siglo XVI) era penado usarlo si no se era hidalgo y nadie se atrevía a portarlo, ni siquiera los más ricos y prestigiados. Francisco de Urdiñola antepone a su nombre el vocablo *capitán*, pero nunca se dijo *don*. Una posible razón para dar este tratamiento a Benito pudiera deberse a que hubiese sido gobernador de un pueblo. Pero los indios tenían una fuerte inclinación hacia todo aquello que implicara prestigio personal y pudieron haber adoptado los títulos *don* y *capitán* para destacarse del resto. Ambos títulos aparecen con cierta frecuencia entre los dirigentes en este documento. Don Benito añade un apodo: el Gíbulu. Este alias es curioso porque es claramente una palabra latina. Es difícil

especular sobre ella, pero los únicos que manejaban esa lengua eran los frailes y puede adivinarse que la endilgaron de manera jocosa o, también, cariñosa. En español a la joroba de una persona se le dice giba. Giba es, por tanto, la protuberancia y quien la porta es jorobado. En latín joroba se dice *gibba* y su diminutivo es *gibbula*, por tanto, Gíbulu es jorobadito.

Otro nombre que implica una característica física es el de Augustinillo el Boquinete. De nuevo tenemos un diminutivo y un alias. Éste significa “el de labio hendido”. Es improbable que fuesen ellos mismos quienes impusiesen estos apodos si no dominaban el español. Y puesto que vivían en una misión, el sobrenombre debió ser impuesto por los frailes. La afirmación también se basa en que al nombre de san Agustín se escribió Augustín, como se hacía en latín (de Augustus).

Aparece, de manera fortuita, porque no tenía nada que ver con los robos de caballos, ni con la insurrección, un niño que acompañaba a los indígenas en sus acciones de guerra, Nicolás de los Santos, negrito, hijo de una esclava negra de nombre Regina, secuestrado en la Cieneguilla, cerca de Las Nieves, pastor de ovejas. Se encuentran muchos casos de niños y mujeres secuestrados. Algunas veces se trataba mal a la persona, pero en la mayoría eran bien tratados y adoptados como hijos o, las mujeres, tomadas como esposas.⁹

En lo que toca a Miguel, que es el protagonista, él mismo declara haber sido bautizado en Parras, como en efecto sucedió. Sabemos que ahí había una misión jesuítica, pero quien le impartió el sacramento fue un fraile de San Francisco, lo que significa que no fue en la misión sino en la parroquia donde quedó inscrito. Sus padres fueron registrados como indios quahuilas, pero él dice ser tusare. De acuerdo al acta Miguel recibió dos sacramentos, uno tras otro, el de bautismo y el de extremaunción. Esto parece implicar que el niño estaba tan enfermo que se le preparaba a la muerte. Tal hecho se encuentra con cierta frecuencia cuando se trata de indios viejos y enfermos a los que se imparten los dos sacramentos. Nada más encontré un bautizado con el nombre de Miguel, lo que, sacando cuentas, hace pensar que nuestro personaje tenía alrededor de 20 años cuando fue capturado.¹⁰

8. Carlos Manuel Valdés. De cómo don Dieguillo, indio cuechale, vivió dos vidas, la propia y la que le colgaron, *Revista de Indias*, Madrid, 2010, v. LXX, n° 248, pp. 59-76.

9. Francisco Javier Sánchez Moreno. *Cautivos de los indios en el noroeste de México. Siglos XVIII-XIX*, Saltillo y Zacatecas, Escuela de Ciencias Sociales y Universidad Autónoma de Zacatecas, 2011.

10. Agustín Churrucá y Manuel Sakanassi. *El archivo “Matheo”*

Tenemos en el documento tres tipos de informaciones: la que declaró el niño de ascendencia africana que fue secuestrado años antes y había aprendido la lengua de sus captores. La del rebelde tusare. La de las autoridades españolas (Alcalde, Escribano).

Marcelo de los santos era un niño de ascendencia africana, hijo de una esclava. El mismo era esclavo, porque en la legislación de la época los hijos de vientre esclavo heredaban esa condición aún en el caso de que el padre fuese un mulato libre, otro indio e incluso un español. El niño pasó de esclavo de un español a esclavo de indios nómadas puesto que lo canjearon por un caballo. Él empezó a servir a su nuevo dueño, un indio de la *nación* momones que muy pronto se deshace de él cambiándolo por un caballo. Su nuevo amo fue, por tanto, un vavosarigami (se escribe de diferentes maneras en el mismo documento), cuyo territorio se situaba al interior o al margen del gran Bolsón de Mapimí (la parte más desértica del hoy Coahuila y Chihuahua), pero diez años después, en 1676 y subsiguientes los había en algunas misiones franciscanas del centro de Coahuila, como Santa Rosa y San Buenaventura. La etnia o banda momón parece pertenecer a la familia de los tobosos pues se le encuentra en varios documentos en acciones en que participan de consuno. Son las únicas sociedades de tipo matrilocal y matrilineal en la región, cosa que no debe dejarse de lado. Ambas se opusieron a la presencia española por más de un siglo hasta desaparecer (al menos de los documentos, si no de la vida).

Los momones, antes de secuestrar al negrito ya habían matado a dos personas y portaban sus cabezas. La cabeza de un enemigo era una especie de trofeo para todo guerrero, pero no era muy común cortarla. En cambio, la cabellera siempre se le cortaba al cadáver de un enemigo vencido, costumbre extendida desde Sonora (tribus yaqui y pima) hasta Tamaulipas (olives); también se cortaba el cuero cabelludo a los españoles y en veces se portaba, ya seco, en el pecho. Pero cortar la cabeza del adversario lo he encontrado nada más en documentos del norte de Coahuila y sur de Texas y precisamente los momones, bobosarigames y tasapas, entre otros, habitaban al norte de Coahuila.

Su capitán se llamaba Alonso. Como advertirá el lector todos los dirigentes tenían nombre cristiano. En el documento se habla de Salvadorillo, don Francisco,

don Melchor, don Benito, Augustinillo y Dieguillo. Sus apodos, cuando los tienen, son también castellanos; don Benito el Gíbulu y Augustinillo el Boquinete (de labio hendido). Lo anterior significa que todos provenían de misiones, que habían sido bautizados y que algunos hablaban o entendían el español. Sabemos que la mayoría de los ataques a misiones (jesuitas o franciscanas) del área fueron realizadas por sus propios catecúmenos.¹¹

Puede verse que el negrito hablaba muy bien el español y que había aprendido una o dos lenguas de los indígenas con los que convivió, de ahí que pudiera decir “que todo lo que platicaban entre sí era que habían de acabar a los españoles y que no tienen más ejercicio que salir a matar gente y llevar caballada con que convidar a las naciones bárbaras y los sacan a que les ayuden. Mataron seis bestias cerca de Parras, luego a una mula que estaba mancornada con un caballo. Toparon con unos arrieros y los mataron y también a sus mulas. Mataron dos indios y un muchacho y se llevaron una india que mataron después. Flecharon a dos hombres del Nuevo Reino de León. Mataron unos arrieros y a tres borrados. Se les huyó un muchacho. Tienen un cautivo de Parras llamado Juanillo con otros que han llevado de todas las naciones.” La declaración, tomada por judicial, es muy clara. Sus captores no sólo se ejercitaban en salir a matar gente sino también destruían casas y mataban animales de carga que a ellos no les servían, pero que eran parte de los bienes materiales de sus enemigos. Si no, ¿por qué matar una mula? Había, pues, una visión estratégica.

Por su parte, Miguelillo era un joven guerrero que formaba parte de un grupo de asalto que tenía a su cargo una región en la que agredieron en varios puntos durante algún tiempo que no se explicita en el manuscrito, pero que debe haberles ocupado varios meses. Cuando hizo su declaración aclaraba lo que habían hecho otros (distintas etnias, diferentes personas) y al referirse a su propio grupo aparece el pronombre personal “ellos”, que, evidentemente es una especie de paráfrasis del escribano.

La primera de esas naciones aparenta pertenecer al ramo coahuileño, la última a la de toboso; de las demás tengo poca información, pero se les encuentra siempre en las misiones del centro y norte de Coahuila,

[parroquial de Parras], Parras:El Popular, 1987. Libro de bautismos.

11. Cfr Carlos Manuel Valdés. *La gente del mezquite. Los nómadas del noreste en la Colonia*, segunda edición corregida y aumentada, Saltillo:Gobierno del Estado de Coahuila, 2017.

como ya se dijo de los momones. Los nombres de naciones son de una abundancia asombrosa: en el archivo parroquial de Parras se encontraron 147; en el municipal de Saltillo 189; en el del estado de Coahuila 91; en las crónicas franciscanas 78, etcétera.¹²

Por lo que puede verse *su tierra* se situaba en el centro-norte, tal vez alrededor de la actual Cuatrociénegas. Entre ésta y la hacienda de la Castañuela no había más que un gran desierto; un corredor natural de norte a sur cortado abruptamente por una sierra transversal que corre de oriente a poniente siendo que toda la Sierra Madre corre de noroeste a sureste. La Castañuela era una hacienda especializada en ganadería extensiva, tenía, por lo mismo, unos cuantos habitantes: los vaqueros. Pasaban entre Saltillo y Mazapil y llegaban al cerro de Potosí. Habían localizado, sin duda, los puntos en los que serían difícilmente descubiertos.

En Potosí, un lugar solitario en el extremo sur del Nuevo Reino de León, reunían el ganado robado al norte de Zacatecas (Nueva Galicia) y al sur de Nuevo León. Avanzaban asaltando los pequeños ranchos al sur de Saltillo (Nueva Vizcaya) que eran de españoles que tenían servidumbre mulata e indios de encomienda a quienes se denominó “borrados” debido a las escarificaciones que se practicaban en el rostro como marcas de identidad.

Es evidente que los indios ya habían llegado a adoptar como estrategia la desaparición de los españoles. Desde 1578 el rey de España escribía que estaba enterrado que “los indios de las Parras e villa de Santiago del Saltillo y sus confines están de guerra”.¹³ Los españoles huyeron de Parras y Saltillo a poblaciones más seguras porque contaban con soldados españoles debido a su producción de plata: Durango y Mazapil. Para 1594 llegaron los primeros jesuitas y con ellos las grandes epidemias de viruela que se llevaron a centenares de indígenas, razón por la que estalló una pequeña rebelión en 1600 más que guerrera antirreligiosa: los catecúmenos huyeron aterrorizados a los montes, donde continuaron muriendo.

12. CHURRUCA, Agustín. *El sur de Coahuila antiguo, indígena y negro*, Parras: Archivo Matheo, 1994; VALDÉS, *Op. cit.* Si añadimos esos nombres a los mencionados por dos cronistas del siglo XVII, en una región contigua, tendremos alrededor de 890 naciones. CAVAZOS GARZA, Israel (ed.) *Historia de Nuevo León con noticias sobre Coahuila, Tamaulipas, Texas y Nuevo México*, Monterrey: Ayuntamiento de Monterrey, 1985.

13. POWELL Philip W.. (recop.), *War and Peace on the North Mexican Frontier A Documentary Record. I Crescendo of the Chichimeca War*, Madrid: José Porrúa Turanzas, 1971, p. 189.

Por su parte, los padres jesuitas, llamaron a un militar experimentado para que los persiguiese y regresase a la misión, cosa que hizo, por la fuerza, y ya en Parras, colgó a sus cabecillas.¹⁴ Esto es sólo un ejemplo de las formas de concebir la relación entre españoles e indios, cosa que irá creando una animadversión profunda entre unos y otros.

Por la parte del Nuevo Reino de León los hacendados y esclavistas organizaban con frecuencia excursiones para atrapar indios, los cuales nunca regresaban de los centros mineros en que los vendían. Cerca de la fecha que tiene el documento comentando salió de Monterrey un grupo de soldados, vecinos e “indios amigos” a buscar esclavos a una región muy alejada (alrededor de 380 kilómetros) y, como lo relata un escribano italiano: atraparon 70 pero tuvieron que matar a 100.¹⁵ Nadie, en su sano juicio, acabaría con cien conejos para atrapar 70 o palomas o cualquier otro ser viviente. Este simple dato entregado por quien dirigió la asonada contra pobres indígenas que no les había hecho ninguna ofensa nos dice de qué eran capaces los españoles de la región para hacerse de fortuna. Con estos dos hechos, el ahorcamiento de los caciques por haber huido de la misión, y la barbarie hispana nos conducen a repensar las ideas de los indios y su estrategia de lucha.

Miguel, tusare, expresa de manera candorosa pero clara. Dijo que al Reino de León entró Agustinillo. Que la mulada de las Salinas la robó Don Benito pero que en una ranchería los atacaron unos indios y flecharon a Don Benito “y que vinieron todas las naciones y que lo que platican en su tierra es decir [que] han de venir y acabar los españoles y quemar los trigos cuando estén secos”. Añadió que en el Reino de León mataron un muchacho español a pedradas, le cortaron la cabeza “y luego le cortaron alguna carne y que donde está una cruz la tiraron, que no la comieron porque habíales hecho mal otra cosa que habían quitado a otro que habían muerto”.

Miguel detalló sus ataques y desplegó datos que no le preguntaron. También aclaró que no hizo lo que no hizo. Comparando este juicio con varios otros

14. PÉREZ DE RIBAS, Andrés. *Historia de los triunfos de nuestra santa fee entre gentes las más bárbaras y fieras del nuevo orbe*, México: Siglo XXI, 1992 (facsimilar de la de 1645).

15. BAUTISTA CHAPA, Juan. *Historia del Nuevo Reino de León de 1650 a 1690*. Israel Cavazos Garza (ed.), *Historia de Nuevo León con noticias sobre Coahuila, Tamaulipas, Texas y Nuevo México*: Monterrey, R. Ayuntamiento, pp. 121-226, 1985.

realizados a nómadas podemos darnos cuenta de que tenían la costumbre de decir la verdad, aunque eso les costara la vida, como sucedió a Miguel. 68 años más tarde un indio que tenía un dominio extraordinario de la geografía regional y de la lengua española (era trilingüe), había dado santo y seña de sus ataques a españoles y tlaxcaltecas (aliados de los españoles) en una enorme región. Llevó a cabo tantos desmanes contra los enemigos que fue condenado a la pena capital, para lo cual se le envió preso al gobernador: increíblemente éste lo liberó.¹⁶

Acabar a los españoles era el objetivo de los coaligados porque con ellos habían llegado a sus desgracias. Robar caballos tenía un triple objetivo: debilitar al enemigo, acrecentar la propia fuerza e incitar a las naciones aún titubeantes a participar en la lucha. Convidaban sus caballos a los demás para presionarlos a salir con ellos a robar y matar. Más que solidaridad se buscaba el cohecho.

Nada más robaban caballos: ni vacas ni borregos y ni siquiera mulas, pero, aunque no se los llevaran los mataban. Aparece el designio de hacer daño, de golpear siempre. Algo que podría estar muy cercano a los conceptos de la guerrilla moderna o incluso del terrorismo. Los caballos eran el tesoro de un español. Un caballo podía costar lo mismo que una casa y a veces más. Sin caballos los españoles estaban perdidos porque a pie, cuerpo a cuerpo, los indios los vencían con facilidad. Para los indios los caballos eran también un elemento estratégico. Desde principios del siglo XVII se encuentran documentados eventos con indios a caballo por los jesuitas que apenas estaban llegando. Los nómadas domesticaron con rapidez a los caballos, lo que cambió radicalmente su cultura. El robo de caballos continuó hasta finales del siglo XIX: el último expediente que tenemos fue escrito por un Mayor del ejército mexicano que persiguió a unos abigeos en 1881 y luego en 1891 en el desierto del norte de Coahuila... y que nunca logró alcanzarlos.¹⁷

16. VALDÉS, Carlos Manuel y CORONA, Sergio Antonio. *Gerónimo Camargo, indio coahuileño. Una crónica de vida y muerte cotidianas del siglo XVIII*, Torreón: Universidad Iberoamericana, 2001.

17. FLORES, Blas M.. *Exploración practicada en el desierto de Coahuila y Chihuahua*, México: Secretaría de Fomento, 1892. TURPIN, Solveig A. y ELING, Herbert H. (eds.). *Dust, Smoke & Tracks. Two Accounts of Nineteenth Century Mexican Military Expeditions to Northern Coahuila and Chihuahua. Colonel Emilio Langberg 1851. Major Blas M. Flores 1880-1881*, Alpine: Sul Ross State University, 2009.

Apoderarse de los caballos es una acción táctica de doble sentido: restarle fuerza al enemigo y acrecentar la propia. Y, en el manuscrito aparece algo muy importante: dice que los momones tienen arcabuces. No hay manera de saber cómo y dónde los adquirieron, pero existen dos posibilidades: los arrebataron a soldados españoles; los compraron a franceses que estaban establecidos en Luisiana y partes de lo que más tarde se denominaría Tejas. Existen datos sobre otros casos de venta de armas y pólvora hechos por un francés que luego se supo vivía entre los indígenas y hablaba su lengua. Pero no es seguro que en este caso haya sido así.

Matar a todo adulto varón y secuestrar niños y mujeres era una práctica de los nómadas cuando se hacían la guerra unos a otros. Se tiene información de robos de infantes desde 1562, y se prolongaron hasta mediados del siglo XIX. Robaban niños sin importar que fueran españoles, indios o negros, como es el caso de Marcelo, el declarante. Se encuentra un caso en el que un españolito participa, ya en el bando indio, matando y robando. Su “rescate” e interrogatorio son una muestra de que ya se había indianizado al máximo pues se debió emplear, para conocer su origen y algo sobre sus familiares, a un intérprete.

Observaciones

Se trata de un documento largo, redactado por varios escribanos, del cual aquí se transcriben breves partes de la cabeza de proceso y de dos interrogatorios. Se añaden notas explicativas. Se toma la ortografía y la formación de las frases tal cual, solamente se han añadido acentos ya que no se usaban en la época, ni siquiera la tilde de la ñ.

El escrito es una buena muestra de la lengua castellana usada en áreas alejadas de los centros de poder: México y Guadalajara. Se observa que uno de los escribanos maneja una escritura fonética con algunos recursos interesantes: escribe *oi* por hoy, *ai* por hay, *uio* por huyó. Hace uso de la *x* para suplir a la *s*, como cuando dice *excapo* por escapó y *expanol* por español. Separa algunas palabras dándoles el verdadero sentido de su origen latino, cosa que es notable e indica su conocimiento de la lengua sagrada: escribe *pro vincia*, *juris dission* y *pro metió*, lo que nos conduce a provincia, formada por *pro* y *vincere* que indica lo que viene de los vencidos (tal vez se refiere a

los impuestos).¹⁸ Jurisdicción está compuesta por *jus-juris*, el derecho, y *dico dicere*, decir, lo que significa el que enuncia la ley o quien la ejecuta en un área determinada. Prometió, de *pro* y *mittere*, enviar hacia, meter en lugar de, comprometer. Esto lo añado porque también en las declaraciones de los testigos, el niño y el “delincuente”, se encuentran detalles de la lengua que tienen implicaciones lingüísticas importantes.

Un documento del siglo XVII acerca de una guerra y escrito por una de las partes en el conflicto debe ser, necesariamente, visto con desconfianza. No sólo se trata de un problema de tipo normal por el que un grupo étnico tiene una mirada objetivizante sobre cualquier otro, sino algo más complejo. Aquí los españoles están juzgando a alguien a quien consideran enemigo y por el que sienten particular animadversión, toda vez que les ha robado sus caballos y ha matado a su gente. Además, es alguien que habla una lengua extraña y pertenece a una nación bárbara.

Por parte del tusare puede observarse también una concepción hostil pero mucho más abierta. Él y las distintas naciones confederadas consideran que sus enemigos son todos los que pertenecen de alguna manera al mundo español. Así, matan indios borrados, esclavos negros, mulatos, españoles, tlaxcaltecas: no es el aspecto exterior, la piel o la lengua lo que los hace diferentes sino el campo al que pertenecen, sus lealtades. En cambio, los otros grupos étnicos con los que en otro tiempo tenían guerra permanente, ahora son sus confederados, aliados, amigos.

Dudar de todo lo que asienta un escribano pagado por la Corona puede ser una buena táctica; sobre todo en casos como el presente. Dudar de lo que se dice que declaró el prisionero será, así mismo, una actitud prudente. Pero es actitud castrante y es, precisamente, muy cómoda: nos evita hacerle preguntas al documento y, sobre todo, al pasado, en general. Hoy en día no tenemos indígenas en el Noreste (incluyendo Tejas) mientras que cronistas, militares, misioneros y burócratas dejaron miles de papeles

sobre los aborígenes. Existen millares de vestigios arqueológicos. No hay indios. Esto nos exige analizar cada parte y someterla a contrastaciones diversas.

De las afirmaciones del negrito cautivo de los momones y bobosarigames por tres años ¿qué cosas pueden comprobarse? De las declaraciones de Miguel, tusare, cautivo, ¿qué puede tenerse por cierto? Observando un mapa vemos que sus acciones tenían una lógica militar: geográficamente eran razonables. Los testimonios de ambos pueden compararse para tratar de invalidarlas o reconocerlas. El negrito pasó, a su pesar, tres años de vida (de los 12 a los 14) junto a Miguel (de los 18 a los 20 años). Sus datos referentes a terceras personas son todavía comprobables a nivel de documentos parroquiales, civiles u otros.

Conclusiones

Miguelillo vio la luz en la misión de Parras, pero su mundo se situaba lejos de ahí. Su relación con el cristianismo debe haber sido efímera pues no aprendió siquiera la lengua de Castilla como sí lo hicieron sus dirigentes. Él siguió siendo indio sin ladinizarse. De hecho, lo encontramos asociado a indios norteros de habla coahuileña y tobosa, lo que parece demostrar que sus padres no perseveraron mucho tiempo en esa misión en la que se hablaban el náhuatl, el zacateco y el cuachichil.

La villa de Almadén (luego Monclova) después de este año de 66 no logró sobrevivir. Se repoblaría hasta que el 31 de diciembre de 1674 cuando llegó el fraile Juan Larios instaló una parroquia (Huadalupe) y un pueblo de indios (San Miguel de Luna) con grupos de queiquesales, pinanacas, contotores, babiamamares y otros.¹⁹ Después se promovió la presencia de tlaxcaltecas y purépechas, indígenas mesoamericanos ya cristianizados desde un siglo y medio atrás asentándolos en un pueblo contiguo e independiente. Y el siguiente año de 1675 se fundaron las misiones de Santa Rosa, San Bernardino y San Buenaventura con el objetivo de separar bien las etnias pues se dieron cuenta de que, por ignorancia, habían obligado a contotores y basarigames, enemigos jurados, a vivir juntos. Esas misiones desaparecieron muy pronto; sobrevivió nada más San Bernardino, con indios tilijais y pinanacas.

18. Se discute el uso de ese término en “Preguntas a Michel Foucault sobre la geografía”, Michel Foucault, *Microfísica del poder*, Madrid: La Piqueta, 1980. Para éstas y otras palabras consultar Alfred Ernout y Antoine Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, París, Klincksieck, 2001. Por ejemplo *provincia*: Prouincia, ae, término técnico del derecho público. Administración de un territorio conquistado. Prouinciaie appellatur quod populus Romanus eas prouicit, i. e. ante uicit [se llaman provincias las que el pueblo romano venció, es decir, venció antes. Mi traducción], p. 541.

19. GORHAM, Mildred I. *The Development of the Coahuila-Texas Frontier 1670-1700*, Tesis de maestría en Historia, Universidad de California, pp. 16-19, 1917.

Miguelillo no pudo conocer al padre Larios ni logró ver el surgimiento de villas, pueblos y misiones en sus antiguos terrenos de caza. Tampoco se enteró de que sus perseguidores, estarían allá presentes entre sus compañeros de lucha, como Ambrosio de Cepeda, su traductor, que luego sería nombrado Alcalde ordinario de la nueva villa desde ese último día de 1674. Lo que sí debió recordar, porque sucedió nueve años antes, es que Alonso de Cepeda fue uno de los esclavistas que habían secuestrado familias enteras para venderlas en las minas del sur, de las que nunca más supieron sus parientes en la región. Evidentemente que era imposible que hubiese olvidado que quien lo apresó y sirvió como traductor había secuestrado a numerosas familias indias, nueve años antes, que vendió como esclavos y de los que nunca se supo dónde habían quedado. Era imposible, asimismo, que supiera que los desmanes de Cepeda fueron denunciados cuando él ya estaba muerto, ante el Rey de España. La acusación contra la familia Cepeda, de esclavistas, dejaba claro que “Ajora nuevamente Juan de Cepeda, Ambrosio de Cepeda y Alonso de Cepeda, españoles, con mano poderosa an pretendido quitarles el mandamiento de Vuestra Excelencia [a los indios] y diligencias fechas por dicho gobernador y entrándose en su pueblo y cossas y llevándoles sus mujeres e hijos causándoles notorios oprobios sin atender al perjuicio, daños e ynconvenientes que dello pueden resultar”.²⁰

La denuncia no produjo ningún cambio. Ni el Rey ni el Virrey ni los dos gobernadores de las provincias cercanas (Nuevo Reino de León y Nueva Vizcaya) hicieron nada por meter al orden a los esclavistas saltillenses. Lo que quizás resultó de la denuncia fue que se aceleraría la creación de la Nueva Extremadura de Coahuila en ese año de 1674.

Miguel fue fusilado y su cuerpo colgó de un árbol durante días como un aviso para quienes tuvieran la tentación de perjudicar el establecimiento del imperio español en la región. El Alcalde de Saltillo lo condenó en los términos siguientes: “Alzado y rebelado a la Real Corona, usando de mi comisión de teniente de capitán general fallo que debo mandar y mando a usanza de guerra y estilo de corte sea arcabuceado dicho Miguel,

indio tusare, al pie de la horca que está en esta villa y después de muerto colgado en ella”. Añadió que nadie se atreviera a descolgarlo, so pena de la vida.

Una confederación india contra el Estado español tuvo lugar. Sería impensable que sus participantes pudiesen haber comprendido suficientemente lo que significaba ese Estado. Nunca tuvieron experiencia de la formación estatal puesto que ellos carecían de la misma. Sus formas de organización en pequeñas bandas o rancherías no requerían de clases sociales, ni siquiera de estamentos. Eran grupos familiares extensos con suficientes intercambios con otras etnias, lo que creaba un sistema de alianzas que, cuando tenían problemas, como es el caso, podían negociar con sus aliados. Haber logrado hacer que 20 “naciones” se unieran contra quienes los estuvieron vejando, fue, dentro de sus alcances, una muestra que implicó una concepción de lucha, de guerra de guerrillas y de ataques estratégicos contra todo lo que pudiera significarles a ellos lo español. Su fracaso no estaba dentro de sus posiciones de lucha en el momento.

20. AGN, Indios, v. 21, e 16, f 15 v. (1657). Documento publicado por Antonio Tamez Mireles (recop.), *Cimientos de lo nuestro*, Monterrey, Universidad de Monterrey, pp. 25-29, 1996.

LUCHAS Y RESISTENCIAS CONTRA EL COLONIALISMO ESPAÑOL EN EL CENTRO DE CUBA (PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XIX)

Hernán M. Venegas Delgado*

Muy poco se conoce de ese rico y convulso periodo político-social que se ubica entre fines del siglo XVIII y las dos primeras décadas del siglo XIX en la Cuba colonial española, cuando la isla, al calor de las nuevas ideas revolucionarias venidas de Francia, de la Revolución Haitiana y de los nacientes Estados Unidos de América, conoce además de los hechos políticos en la América Hispana, inflamados extraordinariamente a través de sus principales líderes.

La historiografía cubana y sobre Cuba, si bien ha destacado estas influencias, ha marginado por lo general la inclusión de Cuba en el movimiento revolucionario e independentista de la década de 1820-1829, esgrimiendo la famosa tesis del “miedo al negro”, o sea, el temor a un levantamiento de esclavos en Cuba, similar al de *Saint-Domingue*, a continuación devenido en Haití, que hacía inclinar a las elites criollas cubano-hispanas a no seguir el ejemplo del independentismo hispano-americanista del Continente.

No obstante, es precisamente en esos años cuando, en el centro y centro-este de la isla, estalla un poderoso movimiento revolucionario independentista, y anti esclavista por sus fines y proyecciones, que se sale de los marcos políticos del occidente de la isla, donde predomina una tendencia a buscar reformas de España para la Isla.

Es cierto que aparece relativamente escasa información sobre estos hechos en la capital cubana, La Habana, pero por la documentación acerca de la conspiración independentista liderada por Román de la Luz y Luis F. Bassave a inicios de la segunda década de decimonono, se sabe que las autoridades centrales de la Isla comisionaron

también para que pasase a los campos a 80 leguas de esta ciudad [de La Habana], a donde se habían

extendido y propagado los malvados [es decir, hacia el centro insular]; y allí en brevísimo tiempo [se] substanció diligencias correspondientes **a más de veinte procesos**, consultando sus respectivas sentencias criminales”¹ (las negritas son de hmvd).

Unos pocos años después, la otra cara del problema para España lo representaban los llamados corsarios insurgentes, es decir, buques armados por los estados hispanoamericanos -incluso los llamados corsarios bonaerenses del lejano Río de la Plata- Estos se encargaban de avivar la llama de las luchas independentistas en el área del Golfo de México-Mar Caribe, por lo que las autoridades españolas los acusaban de “piratas”, nada más alejado de la realidad dado su fin libertario. Por ejemplo, en 1817, en el puerto de Casilda, en la región trinitaria, una de las dos cunas fundamentales de ese primer independentismo cubano, el gobernador regional informaba y a la vez se quejaba al capitán general y gobernador de Cuba, de un ataque a dicho puerto, por lo que sus autoridades dicen claramente que “están hartos y piden protección de los cruceros que hay en La Habana, pues los piratas huidos de allí se agolpan en sus costas” (las trinitarias).²

A todo ello se unen por supuesto las actividades de los conspiradores por la independencia, tachados de estar vinculados estrechamente a las “provincias disidentes”, lo cual era toda una gran verdad. Así, dos años después, en 1819, el mismo gobernador trinitario descubrió un complot independentista, con ramificaciones hasta Puerto Príncipe (actual Camagüey), región situada hacia el centro-este cubano y cercana a la región de Trinidad. El gobernador de esta

1. Archivo General de Indias (AGI), Ultramar, legajo 113, s/n, citado por José Luciano Franco Ferrán. *Las conspiraciones de 1810 y 1812*, La Habana: Ciencias Sociales, 1977, p. 51.

2. Documento del AGI, no especificado, citado por Manuel Escalona Jiménez en *Cuba, el gran cuartel (1810-1840)*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-Centro de Publicaciones del Ministerio de Defensa, 2002 (tesis doctoral), p. 320.

* Prof. Dr. Universidad Autónoma de Coahuila, México. E-mail: hvenegasdelgado@yahoo.es

última hace referencia no a uno, sino a varios “reos cogidos en detestable delito de alta traición”,³ lo que implica que ese complot o conspiración estaba bastante ramificado, lo que se corrobora a continuación.

Centro de esta lucha independentista eran los hermanos José Aniceto y Antonio Abad Iznaga Borrell, a quienes se les une otro hermano, José Antonio. Estos, a despecho de los prejuicios historiográficos aún prevalecientes sobre la relación independentismo-esclavitud, terminarían enseguida encabezando una vasta red conspirativa, dentro del centro de la Isla y en los hermanos países hispanoamericanos, durante el transcurso de los años situados entre 1819 y 1827, en el medio de la cual se produjo, en el extranjero, la muerte de Antonio Abad y José Antonio. Los hechos iniciales se ubican entre 1819 y 1820, en torno a un todavía no esclarecido atentado al gobernador de Trinidad y “sus villas anexas”, es decir, las que comprendían el resto del centro cubano.

Así, el 8 de noviembre de 1819 el gobernador de la oriental ciudad de Santiago de Cuba se dirigía a su similar en Trinidad anunciándole que había recibido informaciones de que en la isla de Jamaica, vecina colonia inglesa, situada precisamente al sur de Cuba, se disponía ya de “una fuerza pa. obrar hostilmente contra la población de mando de V.”, a lo que contesta el gobernador trinitario, el día 29 de ese mes: “estoy tomando algunas providencias, y ya la Ciudad está regularmente apercebida para rechazar cualquier insulto que se le quisiese hacer, por parte de los Piratas”.⁴

Si analizamos la situación en el Continente la misma no puede ser más favorable a estas conspiraciones y rebeldías en el centro cubano, pues en 1819 precisamente se estaba produciendo el Congreso de Angostura y a continuación el Libertador Simón Bolívar atravesaba los Andes colombo-venezolanos, gana la célebre batalla de Boyacá, entra en Bogotá, capital del virreinato neogranadino, y cierra el año con la formación de la República de Colombia, compuesta por ese virreinato, la capitanía general de Venezuela y la Audiencia de Quito.

A pesar de que aún quedaban fuerzas realistas en el territorio colombiano, Bolívar está consciente de que es fuerte en el mar, pues tiene el control del Caribe y, a tal extremo, que le escribe al general Carlos

Soublette, el 19 de junio de 1820: “teniendo nosotros innumerables corsarios que se multiplicarán en razón inversa de nuestras desventajas militares” (en tierra).⁵ Cuál no sería la situación en extremo peligrosa para España, en particular en el centro cubano que venimos estudiando, que el cabildo trinitario aporta tres razones básicas en 1822 para fortalecer las defensas españolas en la región, incuestionables por sí mismas. Éstas eran la de su cercanía “a las Provincias insurreccionadas”, la de la “continua piratería de los Corsarios [...] en las costas” y la de la “poca confianza que inspiran los muchos forasteros y gente de color que inciden en el vecindario”.⁶

Por supuesto que resultaba comprensible el temor de las autoridades coloniales sobre el sesgo independentista y anti esclavista que tenían estos sucesos en Trinidad, ciudad y región donde, desde a fines del siglo XVIII se estaban produciendo conspiraciones de los esclavos en 1792, 1793, 1796 y en particular la de 1798 (FONER, 1888, p. 454).⁷ En esta última, la de 1798, resultaron ahorcados sus dos cabecillas. Al respecto el gobernador y capitán general de Cuba, conde de Santa Clara, se dirigía al todopoderoso Príncipe de la Paz, verdadera cabeza del gobierno español, asegurándole que

Este castigo ejecutivo [...] pronto contendrá sin duda a los demás negros de la provincia que tal vez pensarán en lo mismo, animados de las noticias que no ignoran de lo sucedido en la parte francesa de la isla de Santo Domingo en la que han tomado mucha preponderancia sobre los blancos, y mucho más desde que evacuaron los ingleses los puestos que tenían en aquella isla. En esta plaza [la de Trinidad] he notado no tener los negros todo el respeto y consideración que deben a los blancos como antes sucedía”.⁸

5. Vicente Lecuna, *Cartas del Libertador*. Caracas: Litografía y Tipografía del Comercio, 1929, tomo II, p. 195.

6. Archivo Histórico Municipal de Trinidad (AHMT), Actas Capitulares, sesión del 12 de julio de 1822.

7. FONER, Philip S. *Historia de Cuba y sus relaciones con los Estados Unidos*. La Habana: Editora Universitaria, 1966, p. 90; PÉREZ LUNA, Rafael. *Historia de Sancti Spiritus*, Sancti Spiritus: Imprenta La Paz, 1888, tomo 1, p. 454.

8. *Sobre ejecución de dos negros esclavos de Trinidad*. Carta del Gobernador de la Habana, Conde de Santa Clara, dirigida al Príncipe de la Paz, en la que informa sobre la ejecución de dos negros esclavos de Trinidad, debido a que estos fueron los líderes de un motín que pretendía acabar con la vida de los blancos, nº 1. Copia de carta del Teniente de Gobernador de la ciudad de Trinidad, D. Luis Alejandro de Vassecourt (Trinidad 3 Agosto), en *Boletín n.º: 70 AFEHC*. <http://www.>

3. AGI, Papeles de Cuba, en *ibidem*.

4. Archivo Nacional de Cuba (ANC). Asuntos Políticos, legajo 111, nº 27.

Unos años después el peligro para los esclavistas regionales era tal que, para amedrentar los justos reclamos de libertad de los esclavos, de los negros y mestizos libres y de los abolicionistas blancos y liberales, se expuso en la plaza pública de la ciudad de Trinidad la cabeza cercenada de uno de los seguidores de la conspiración libertaria habanera de José Antonio Aponte, de apellido Barbier (GARRIGÓ, 1929, p. 108),⁹ conspiración que halló también sus ecos en la vecina región de Sancti Spíritus y, lo que era más peligroso aún, hasta dentro de sus elites más encumbradas, hecho este último aún no esclarecido siquiera de forma satisfactoria.

Entonces, amén de la “piratería” de los insurgentes de la Hispanoamérica continental, el peligro de sublevaciones de esclavos era un hecho cierto en que, por descontado, podían convertirse ambos, independentistas y esclavos, en seguros aliados contra el gobierno colonial en Cuba. En Trinidad específicamente, mientras la población total de la región aumentaba en un 78% entre 1817 (16 126) y 1827 (28 706), el número de esclavos lo hacía aún en mayor proporción, en un 128%, de 5 120 a 11 697 en iguales años.¹⁰

Por esto, al finalizar el año de 1822, el cabildo trinitario se refiere a estas realidades *in situ* cuando, al tratar de nuevo en este caso el problema del curso insurgente-, nos dice: “de cuyas resultas están las cárceles llenas”.¹¹ Encima de ello, de la vecina jurisdicción de Sancti Spíritus, conectada directamente con la de Trinidad a través de sus elites de poder económico y político, llega la noticia de haberse levantado en la primera “gentes de color con ideas sublevatorias”,¹² lo que las altas autoridades españolas en la Isla relacionan con “un grupo insidioso [que] ejercía la autoridad en la villa,¹³ es decir, el grupo oligárquico liderado por la familia Valle, emparentada, con la de los Iznaga trinitarios. De este grupo espirituario era la cabeza

visible el coronel Fernando del Valle, todo un *pater familias* regional, quien era nada más y nada menos que Jefe de las Milicias de las Cuatro Villas (léase todo el centro de la Isla), varias veces alcalde y funcionario cabildario y que, además, había estado implicado antes en una conspiración de corte independentista, con la participación de mulatos libres, hecho aún no investigado a fondo.

Ello explica la convulsa situación ya no solo del centro de Cuba, sino también de su porción oriental, que a principios de 1822 lleva al gobierno colonial a incrementar el número de sus navíos de guerra (lanchas cañoneras y una corbeta de guerra) para “perseguir los buques de los independentistas y de los piratas y defender las costas de que están plagadas en esta Isla”.¹⁴ De aquí que en el caso concreto de Trinidad su gobernador denunciaba que había “gente deambulando e intrigando sin que nadie les diga nada, con gritos de independencia y muera la Constitución”.¹⁵ Obviamente que nadie les quería decir nada, pues en el centro de la conspiración estaban los personajes más destacados de la rica elite azucarera y esclavista trinitaria, encabezada por los jóvenes antes mencionados de la todopoderosa familia Iznaga.¹⁶

Pero Trinidad no era la única incluida en esos movimientos independentistas -y por extensión anti esclavistas, aunque no se lo propusiesen explícitamente- La cuestión era, según uno de sus regidores, que “en varios puntos de la Ysla, las opiniones sino están del todo extraviadas, son diverjentes [...], por lo que debemos tomar medidas de precaución”,¹⁷ a lo que añade meses después el propio capitán general y gobernador de Cuba, el 8 de noviembre de 1823, al hacer referencia explícita de las conspiraciones en Trinidad y la occidental región de Matanzas, que en ambas ciudades “se ha empezado á proceder sumariamente sobre el mismo asunto **y tal vez se descubrirá más de lo que se crée** [...] El mayor número de prosélitos consiste

afehc-historia-centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=4408.

9. GARRIGÓ, Roque. *Historia documentada de la Conspiración de los Soles y Rayos de Bolívar*. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1929, tomo 1, p. 108.

10. Instituto de Investigaciones Estadísticas. *Los censos de población y vivienda en Cuba*, La Habana: Instituto de Investigaciones Estadísticas, 1980, tomo 1, vol. 1, p. 135 y tomo 1, vol. 2, p. 83.

11. AHMT, Acta capitulares, sesión del 21 de octubre de 1822.

12. *Ibidem*.

13. Manuel Escalona, obra citada, p. 87.

14. AHMT, Actas Capitulares, sesión del 4 de marzo de 1822.

15. AGI, Papeles de Cuba, en la obra citada de Manuel Escalona, p. 342.

16. Una información más detallada de la participación de la elite regional, con sus propiedades, esclavos y cargos en el cuerpo capitular local, se puede localizar en la Parte I, capítulo “El escenario trinitario”, del libro de Hernán M. Venegas Delgado. *La Gran Colombia, México y la independencia de las Antillas Hispánicas (1820-1827). Hispanoamericanismo e injerencia extranjera*, México: Editorial Plaza y Valdés-Universidad Autónoma de Coahuila, 2010, pp. 17 a 43.

17. AHMT, Actas capitulares, sesión del 15 de enero de 1822.

en labradores, menestrales del campo y gente de color **seducidos por algunos Alcaldes, Regidores y vecinos de igual categoría**¹⁸ (las negritas son de hmvd).

Y entre esos “varios puntos de la Ysla” a que hacía referencia el edil trinitario estaba la vecina región centro-oriental de Puerto Príncipe, donde la situación política y social no era menos complicada y que mantenía muy estrechos vínculos con la de Trinidad desde el punto de vista de su vocación independentista e, insistimos, por extensión lógica, anti esclavista.

Ahora bien, Puerto Príncipe, al contrario de Trinidad, se caracterizaba en primer lugar por poseer una economía y una sociedad eminentemente ganadera y solo, en segundo lugar, azucarera, con el reciente desarrollo de la manufactura azucarera esclavista desde principios del siglo XIX, en particular en la sub región nucleada en su puerto fundamental, el de Nuevitas, fundado en 1819.

Con extensas y fertilísimas llanuras, ideales para la ganadería vacuna sobre todo, su territorio era atravesado por el llamado “camino ganadero” que, desde el oriente de la Isla, la comunicaba con la capital colonial, destino final de la mayor parte de sus exportaciones de ganado en pie esencialmente -y otra destinada al contrabando, mucho más difícil de precisar siempre. Cuál no sería el éxito económico regional que, si en 1792 contaba con 110 propiedades ganaderas,¹⁹ alrededor de un tercio de siglo después, en 1827, vería elevar este número a 1 242 propiedades de este tipo, o sea unas once veces entre ambas fechas. En este último año se contabilizaban además 279 508 cabezas de ganado vacuno e incluso la discreta, aunque creciente, cifra de 129 740 arrobas de azúcar.²⁰

En cuanto al número de esclavos, éste no es tan despreciable estadísticamente como se supone por lo general, al tratarse de una región básicamente ganadera. Así, en 1792 poseía 9 558 esclavos, que representaban el 34,9 % de su población, mientras que en 1827 ya eran 15 704, aunque la representación en relación con el total de su población había disminuido

a un 25,3 %, desde luego, nunca con un incremento tan sustancial al trinitario, que casi duplica el número de esclavos en iguales fechas. Ahora bien, los ingenios azucareros principieños, si bien crecen en número, se trata de pequeñas unidades productivas. Entre ambas fechas lo que predomina es la población blanca, que pasa de un 53,3 % a un 63,5 % del total de su población, lo que corrobora su vocación ganadera y agricultora -en segundo lugar, esta última- Mientras, en Trinidad, la cifra de blancos tendía a estancarse e incluso a reducirse ligeramente, de un 42% a un 39,5%, en iguales parámetros temporales.²¹

En Puerto Príncipe, con similares fechas a las de Trinidad, unas primeras noticias, de 1809-1810, la sitúa entre las regiones “problemáticas” para el gobierno español en la Isla, cuando uno de sus poderosos hacendados, Diego Antonio del Castillo y Betancourt, que además era Sub delegado de la Real Hacienda de Marina, es apresado por sus actividades contra el gobierno español en Cuba. Éste, quien había sido alcalde ordinario antes, poseía tres hatos (haciendas) ganaderos, más otros sitios y estancias, así como casas y esclavos²² y contaba con dos apellidos renombrados en la región, al igual que en el caso de los Iznaga trinitarios.

Una particularidad de Puerto Príncipe, que antagonizó aún más la situación político-social tan convulsa que se anunciaba, lo significó el traslado de la Real Audiencia de Santo Domingo hasta esta ciudad, tras los sucesos independentistas en la isla de La Española, en particular en el Santo Domingo hispano. Con la Audiencia llegarían sus funcionarios y, con éstos, un grupo de los mismos -no todos- con evidentes inclinaciones independentistas, como el famoso caso del Oidor de la Audiencia José Manuel Vidaurre, de origen peruano, quien terminaría juntándose en el exterior de Cuba con los hermanos Iznaga y otros revolucionarios cubanos.²³

Tal fue el contubernio entre la elite criolla de poder económico y algunos funcionarios de la Real Audiencia e incluso de la administración española local, que un Oidor de la misma apunta y aconseja, en mayo de 1810, que la situación en Puerto Príncipe “no es oportuna para procedimientos ruidosos y más, contra

18. ANC, Asuntos Políticos, legajo 27, número 7. También reproducido en el *Boletín del Archivo Nacional*, La Habana, año VII, n° 3, mayo-junio de 1908, p. 46.

19. LAS CASAS, Luis de. Padrón general de los habitantes de la Isla de Cuba formado en el mes de diciembre de 1792, en *Memorias de la Sociedad Patriótica de La Habana*, La Habana, tomo XXXII, n° 3, 1846.

20. DIONISIO VIVES Francisco. *Cuadro estadístico de la siempre fiel isla de Cuba*. La Habana: Oficinas de las Viudas de Arazoza y Soler, Impresora de Gobierno y Capitanía General por S.M., 1829.

21. *Ibidem*, citas 19 y 20.

22. Para ampliar esta información consúltese la obra citada de Hernán M. Venegas Delgado, pp. 48-49.

23. Sobre la Audiencia, ahora de Puerto Príncipe, véase en *ibidem* la página 49 y sucesivas.

personas, que por sus enlaces están unidos con casi todas las familias desentes de uno de los principales pueblos de la Ysla²⁴ (las negritas son de hmvd). Claro está que también había miembros de estos grupos elitescos favorables al gobierno español, pero entonces no lograron sobresalir siquiera de forma significativa, sino después, lamentablemente.

Como en Trinidad -y Sancti Spíritus-, también estallan en Puerto Príncipe conspiraciones y sublevaciones de esclavos en 1811 y 1812, que a todas luces tenían además otras proyecciones y, en 1813, se divulgaban en esta última una “Proclama Patriótica Civil”, que animaba a los vecinos a atacar a la autoridad legítima, así como los impresos titulados *Quejas de un Eclesiástico y Espejo Diario*, además de dos pasquines que invitaban a los principieños a la insurrección.²⁵ Dos años después, en 1815, se tienen noticias más precisas de los contactos de los revolucionarios con la América insurreccionada, cuando se denuncia que “tres buques insurgentes llamados colombianos habían desembarcado en varias haciendas a 22 leguas de la ciudad y cometido robos, depredaciones y robo de negros”.²⁶

La situación principieña era tan tensa que el propio Simón Bolívar escribe el 4 de octubre de 1816, desde Port-au-Prince, Haití, donde se hallaba refugiado, informando

que la isla de Cuba esta insurreccionada y que es en Puerto Príncipe de Cuba donde ha comenzado esta revolución, en la cual, se dice, que muchos españoles han perecido. Así mismo parece, según los informes, que ellos se ven obligados a abandonar el país; poco a poco todo se emancipa y recobra sus derechos.²⁷

Aunque exageradas las informaciones que le llegaron a Bolívar sobre el Puerto Príncipe cubano, no menos cierto era el hervidero que entonces bulliría en

esa región, durante la próxima década, comenzando por 1821 cuando, al calor del segundo periodo constitucional en Cuba (1820-1823), afirma un periódico habanero, *El Indicador Constitucional*, quizás algo exageradamente también, que en la región estaban dispuestos 25 000 constitucionalistas, para luchar contra los “serviles” y “pelucones inquisitoriales” partidarios del régimen colonial.²⁸

Sin embargo, lo que sí era totalmente cierto fue un documento, aparecido en el mismo periódico pocos días después, el 19 de junio de 1821, de una organización política principieña, que ya se hacía pública y que tantos malestares causaba y causaría en los próximos años a la Corona española en la región: la Cadena Eléctrica. En dicho documento se decía:

Así como el cuerpo humano necesita de remedios para la conservación de su salud, así también **el cuerpo político necesita de remedios más eficaces** para la consolidación y firmeza de su sistema de gobierno; he aquí el instituto de la Cadena Eléctrica de Puerto Príncipe. Esta sociedad [...] es la que se ha propuesto ser el baluarte indestructible de los tiranos maquiavélicos.²⁹

El 2 de mayo de 1822 los acontecimientos políticos llegaron al extremo en Puerto Príncipe, con gritos de “¡Mueran los godos!” y de “¡Viva la independencia!”,³⁰ de una forma incontrolada, que el propio Gobernador y Capitán General de la Isla, se quejaba, el 4 de julio de 1822, de no tener tropas suficientes y de carecer de una Marina de Guerra apropiada para controlar sobre todo a Puerto Príncipe y a la oriental región de Bayamo, contigua a la principieña.³¹

De tal manera el ayuntamiento principieño, controlado por los partidarios de España pocos meses después, declaraba que, “como se sabe, aquí [en Puerto Príncipe] debía darse el primer grito de independencia para que corriese desde este centro a los extremos [...],

24. ANC, Asuntos Políticos, legajo 124, expediente 13, tomado de José Luciano Franco Ferrán, *Las conspiraciones de 1810 y 1812*. La Habana: Ciencias Sociales, 1977, pp. 83-85.

Nota: Una información más detallada de la participación de la elite regional, con sus propiedades, esclavos y cargos en el cuerpo capitular local, se puede localizar en la Parte I, capítulo El escenario principieño, del libro citado de Hernán M. Venegas Delgado, pp. 45 a 85.

25. ESCALONA, Manuel. Obra citada, p. 341.

26. AGI, Papeles de Cuba, 2059b, en obra citada de Manuel Escalona, p. 322.

27. Vicente Lecuna, obra citada, tomo I, p. 254 (el original de la carta está en francés).

28. Información extraída de una carta fechada en Puerto Príncipe el 17 de junio de 1821, reproducida por el periódico habanero *Indicador Constitucional*, en su edición de 10 de julio de ese año, citada por Justo Zaragoza, *Las insurrecciones en Cuba. Apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo*, Madrid, Imprenta de Manuel G. Hernández, 1872, tomo I, p. 765, nota 33.

29. En Archivo Histórico Provincial de Camagüey (AHPC), fondo Juárez Cano, legajo 13 (1821-1824), también en Justo Zaragoza, obra citada, tomo I, p. 765, cita 34.

30. Vidal Morales y Morales, *Iniciadores y primeros mártires*, La Habana, Cultural, 1931, tomo I, p. 26.

31. PEZUELA, Jacobo de la. *Ensayo histórico de la Isla de Cuba*, Nueva York, Imprenta Española de R. Rafael, 1842, pp. 501-502.

rebelión que tienen preparada tanto tiempo hace las asociaciones secretas de todos los pueblos ligados con los más estrechos vínculos”.³²

Otro elemento social que agudizaba la situación sociopolítica principieña a favor de la independencia fue la presencia de emigrados dominicanos, establecidos en Cuba tras la firma de la Paz de Basilea en 1795, lo que se vincula también con el traslado de la Audiencia de Santo Domingo para Puerto Príncipe entre 1797 y 1800. En efecto, su cabildo, ahora controlado por los españoles y sus servidores criollos, denuncia que “los principales interesados en el incendio público son naturales de la Isla de Santo Domingo [...] Estos llevan las más íntimas relaciones con los otros dominicanos que se hallaban en el Cadena [Eléctrica]”,³³ entre los cuales se destacaban varios miembros y altos funcionarios de la Real Audiencia, y no solo dominicanos.

La otra parte de la conspiración independentista se encontraba ubicada en Colombia, donde “los insurrectos de Cartagena [de Indias] tenían preparada y lista para salir con 2.000 hombres y 10 buques bien armados y tripulados, una expedición con destino a uno de los puertos de esta Isla [de Cuba],³⁴ que con toda probabilidad se trataba del puerto principieño de Nuevitás, donde se había descubierto una conspiración -más adelante abortada- o, quizás, el de Vertientes, hacia el sur de la región.

En conclusión, tanto en Trinidad como en Puerto Príncipe estaban dadas las condiciones para el desarrollo de un movimiento independentista y por extensión anti esclavista (pues implicaría a los esclavos en éste, necesariamente), movimiento que ante la represión colonial española *in crescendo* en Cuba, se trasladaría hacia los países hermanos de la América Hispana en trance final para obtener su independencia.

Así, desde los Estados Unidos, donde se reunieron los conspiradores libertarios cubanos -con otros hispanoamericanos residentes o de paso por este país-, se libraría una larga campaña de los mismos, liderada por los hermanos Iznaga, en cuya empresa se produjeron, entre fines de 1823 e inicios de 1827, cuatro viajes de dichos conspiradores tanto a Colombia como a México y Perú, para traer hacia Cuba una fuerte expedición armada conjunta colombo-mexicana,

desembarcar precisamente por el centro de la Isla, con el apoyo de diversos sectores sociales, y con el auxilio de los esclavos de esta macro región, proclamar la independencia cubana.

Lamentablemente la fragmentación de los estados recién surgidos, su propio estado ruinoso económicamente por las guerras de independencia recién finalizadas y los intereses contrarios a la independencia de Cuba y de Puerto Rico por parte de las potencias europeas y de los Estados Unidos de América, más otros factores diversos, impidieron que estos justos ideales y acciones, nucleadas en torno a las regiones de Trinidad y de Puerto Príncipe en el centro y centro-este de Cuba, concluyeran exitosamente.³⁵

No obstante, esta gesta heroica crearía las bases para el desarrollo del movimiento independentista que décadas después estallaría con particular fuerza precisamente en dichas regiones y en el oriente insular.

32. ANC, Asuntos Políticos, legajo 123, expediente 64.

33. Ibidem, legajo 134, expediente 17.

34. CANO, Jorge Juárez. *Apuntes de Camagüey; algunas noticias de la provincia de Camagüey...*, Camagüey: El Popular, 1929, p. 75.

35. Un estudio más detallado de la labor de los independentistas cubanos y de sus fuertes conexiones con los gobernantes y políticos de Colombia, México y otros estados que apoyaron la independencia cubana -y por extensión la puertorriqueña entonces- se puede localizar en Hernán M. Venegas Delgado, *La Gran Colombia, México y la independencia de las Antillas Hispánicas...*, Parte II.